



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JOYCE AMÂNCIO DE AQUINO ALVES**

**O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E O  
PAPEL DAS ONGS NEGRAS BRASILEIRAS NA LUTA  
ANTIRRACISTA**

**Campina Grande – PB  
Julho/2013**

**JOYCE AMÂNCIO DE AQUINO ALVES**

**O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E O  
PAPEL DAS ONGS NEGRAS BRASILEIRAS NA LUTA  
ANTIRRACISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior

Área de concentração: Ciências Sociais

Campina Grande

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A474f Alves, Joyce Amâncio de Aquino.  
O fortalecimento da identidade étnico-racial e o papel das ONGs negras brasileiras na luta antirracista / Joyce Amâncio de Aquino Alves. – Campina Grande, 2013.  
172 f.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.  
"Orientação: Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior".  
Referências.  
1. Antirracismo. 2. Identidade Étnico-Racial. 3. ONGs Negras. I. Sales Júnior, Ronaldo Laurentino. II. Título.

CDU 323.12(043)

**JOYCE AMÂNCIO DE AQUINO ALVES**

**O fortalecimento da identidade étnico-racial e o papel das ONGs negras brasileiras  
na luta antirracista**

Dissertação Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Junior (UFCG/ CH/ PPGCS) – Orientador

---

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (UFPE) – Examinador Externo

---

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva (UFCG/ CH/ PPGCS) – Examinador Interno

## **DEDICATÓRIA**

**Dedico este trabalho aos meus pais (Edézio Alves e Maria Cristina Alves) que com amor sempre me incentivaram e guiaram meus passos.**

## **RESUMO**

Na presente dissertação, buscamos entender o processo de construção da identidade étnico-racial, pela discussão das relações étnico-raciais no Brasil e a sua institucionalização desde os movimentos sociais negros e sob a forma de ONGs. Dessa forma, descrevemos o surgimento, atuação e condições em que estão inseridas as ONGs de cunho étnico-racial no Brasil e sua ampla rede de articulações, principalmente visando identificar as implicações da atuação de três ONGs étnico-raciais, Criola, Fala Preta! e Geledés. Destacamos como se constituíram cada uma, a relação de diferenças, semelhanças e desafios em âmbito regional e nacional no contexto social e político. Para tanto, analisamos quais os impactos da atuação das ONGs negras, traçando as semelhanças, diferenças e desafios enfrentados pelas organizações em foco, para compreendermos as implicações políticas e sociais das ONGs negras que baseiam suas existências na problemática étnico-racial, verificando como as mesmas contribuem para o caminho da superação do racismo em nosso país.

**Palavras-chaves:** Antirracismo; Identidade étnico-racial; ONGs negras.

## **ABSTRACT**

In the present dissertation, we search to understand the process of the construction of the ethnic-racial identify, by discussion the ethnic-racial relations in Brazil and its institucionalization since the social black movements and about the shape of the NGOs. In this way, we describe the emergence, performance and conditions in which an insert into the NGOs with ethnic-racial character in Brazil and its wide net of articulations, principally by sight identification of the implicatives of performance of the three ethnic-racial NGOs, Criola, Fala Preta! and Geledés. We stand out the constitution of each one, the relations of diferences and similarities and challenges in the regional and national scops in the politic and social context. For this we had analyse which impacts of the performance of the black NGOs outlining the diference the similarities and challenges faced by the organizations in sight, to understand the political and social implications of the black NGOs which have in its bases the demands of the ethnic-social problems by verify how the may contribute to the way of the solution of the racism in our country.

**Key-words:** Antirracism, Ethnic-racial identify; NGOs black.

## AGRADECIMENTOS

Durante a minha trajetória acadêmica e também durante a formulação desse trabalho, muitas pessoas me incentivaram e me auxiliaram com palavras e ações e eu gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos, especialmente:

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, por ter me proporcionado grande crescimento intelectual através do seu núcleo de docentes;

Ao professor, Ronaldo Sales, por ter não apenas colaborado com a orientação desse trabalho, mas por ter acreditado desde o início na relevância do tema, guiando-me através de seu entusiasmo, competência e idéias que me trouxeram bastante conhecimento;

Ao grupo de estudos Práxis, coordenado pelo professor Gonzalo Rojas e composto por alunos da graduação e pós-graduação, que para mim tornaram-se pessoas importantes e amigas, com agradáveis e ricas discussões políticas que me engajaram ainda mais no âmbito acadêmico;

Aos meus pais, Cristina e Edézio, pela dedicação, amor e educação que nunca me faltaram e me fizeram chegar até aqui e querer ir sempre mais longe;

Ao meu noivo, Wagner, por sempre estar ao meu lado e me encorajar com seu amor e compreensão diante dos desafios da vida;

Aos amigos e colegas que fiz na cidade de Campina Grande-PB, os quais os nomes não caberiam aqui, mas com os quais eu pude vivenciar momentos de aprendizado e de compartilhar experiências.

## LISTA DE SIGLAS

ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais  
AMNB- Articulação das Mulheres Negras Brasileiras  
APNs - Agentes da Pastoral Negros  
CEAP- Centro de Articulação de Populações Marginalizadas  
CEERT- Centro de Estudos de Relações Trabalho e Desigualdade  
CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais  
CONEN- Coordenação Nacional de Entidades Negras  
CTB- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBD- Instituto Brasileiro de Diversidade  
IBISS- Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social  
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
FNMN -Fórum Nacional de Mulheres Negras  
FNB- Frente Negra Brasileira  
MNU- Movimento Negro Unificado  
MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial  
TEM- Ministério do Trabalho e Emprego  
NEABs – Núcleos de Estudos Afro-brasileiros ou núcleos de Estudantes Negros/as  
OEA- Organização dos Estados Americanos  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PIDESC- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais  
SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
STF- SUPREMO Tribunal Federal  
TEN- Teatro Experimental do Negro  
UHC- União dos Homens de Cor

UNEGRO- União dos Negros pela Igualdade

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFEM- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: ANALISANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO</b> .....	16
1.1 O processo de construção da identidade étnico-racial.....	16
1.2 Discutindo as relações étnico-raciais no Brasil.....	23
1.3 Os movimentos sociais negros: A identidade étnico-racial na esfera política...29	
1.4 A institucionalização dos movimentos sociais negros e as ONGs.....	37
<b>CAPÍTULO II- A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL PELAS ONGs</b> .....	51
2.1 As ONGs brasileiras: Um panorama geral.....	51
2.2 A perspectiva da Identidade étnico-racial como instrumento nas ONGs.....	61
2.3 A luta por estratégias: formação de políticas públicas e ações afirmativas.....	72
<b>CAPÍTULO III- A ARTICULAÇÃO DAS ONGs NEGRAS CRIOLA, FALA PRETA E GELEDÉS JUNTO À PROMOÇÃO DA EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL</b> .....	84
3.1 As ONGs Criola, Fala Preta e Geledés: histórico; atividades e influência.....	84
3.2 As articulações das ONGs negras com outros atores políticos.....	102
3.3 Alguns resultados da atuação das ONGs negras no Brasil.....	114
<b>CAPÍTULO IV - UM BALANÇO SOBRE A ATUAÇÃO E AS ATIVIDADES DAS ONGS NEGRAS NO CAMPO SOCIAL E POLÍTICO NO BRASIL</b> .....	125
4.1 As ONGs Negras Brasileiras: Fala Preta!, Criola e Geledés: Novas estratégias em torno da identidade?.....	125
4.1.1 A ONG Fala Preta! .....	126
4.1.2 A ONG Criola .....	128

4.1.3 A ONG Geledés .....	132
4.2 Um balanço da atuação e contribuição das ONGs negras na superação do racismo.....	143
4.3 O Antirracismo feminista nas ONGs negras: Desafios e influências no cenário brasileiro.....	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>160</b>

## INTRODUÇÃO

A formação do Estado brasileiro possui contribuições com a presença dos negros no Brasil, uma vez que a população multiétnica decorre da existência de representantes das várias nações africanas trazidas como mão-de-obra, que repercutem até os dias de hoje com representações culturais peculiares. Ao adentrarmos nas questões étnico-raciais e nos aspectos dos agrupamentos e mobilizações, teremos o terreno de nosso trabalho, que se constitui em entender como a influência cultural e política determinou o surgimento de organizações e mobilizações acerca da identidade étnico-racial e quais as conseqüências desse processo, principalmente pós-1990 no que diz respeito às ONGs negras.

Nossa pesquisa inicia-se norteando o processo de construção da identidade étnico-racial no Brasil, traçando por objetivos:

- i.** Entender o processo de construção da identidade étnico-racial, debatendo as relações étnico-raciais no Brasil e a sua institucionalização desde os movimentos sociais negros e sob a forma de ONGs;
- ii.** Descrever o surgimento, atuação e condições em que estão inseridas as ONGs de cunho étnico-racial no Brasil e sua ampla rede de articulações;
- iii.** Identificar as implicações da atuação de três ONGs étnico-raciais, (Criola, Fala Preta! e Geledés), destacando como se constituíram cada uma, a relação de diferenças, semelhanças e desafios em âmbito regional e nacional no contexto social e político;
- iv.** Compreender quais os impactos da atuação das ONGs negras, sobretudo das estudadas em nossa pesquisa, verificando como as mesmas contribuem para o caminho da superação do racismo em nosso país;

Para isso, utilizou-se como fonte de pesquisa, material bibliográfico e documental (livros, artigos e notícias que tratam do tema abordado), coleta de dados através das declarações em sites, entrevistas e análises das experiências.

Dessa forma, no presente estudo, abordamos, no capítulo primeiro, o processo de construção da identidade étnico-racial que abrange questões culturais, sociais e políticas

e nos possibilita uma análise sobre as relações étnico-raciais no Brasil, bem como a inserção destas no plano discursivo e político. Com isso, estamos especialmente interessados em retratar a maneira traçada pelos movimentos sociais negros e outros grupos que, ao longo de suas articulações, transbordam para o mecanismo da institucionalização, e pautam suas reivindicações em organizações aqui representadas pelas Organizações Não-Governamentais.

A partir disso, no segundo capítulo, intitulado "A instrumentalização da identidade étnico-racial pelas ONGs, aprofundamos o surgimento e o trabalho das ONGs que instrumentalizam a identidade étnico-racial em suas agendas e atividades, buscando novas estratégias na tentativa de ampliar seus interesses e objetivos em políticas públicas e ações afirmativas.

Assim, prosseguimos na constituição de um terceiro capítulo, dessa vez apresentando as principais ONGs étnico-raciais em um panorama geral, observando como as mesmas desenvolvem suas atividades. Em nosso trabalho, optamos analisar três das principais ONGs negras a Criola, a Fala Preta! e Geledés, que compõem o eixo Rio-São Paulo, por entendermos que se tratam de protagonistas em processos decisórios importantes e pela repercussão da atuação das mesmas, em especial, na Conferência Mundial em Durban, na África do Sul e em suas repercussões nas instituições políticas brasileiras.

Por fim, no capítulo quatro, com o exemplo das três ONGs negras representadas aqui, traçamos as semelhanças, diferenças e desafios enfrentados pelas organizações em foco, para compreendermos as implicações políticas e sociais das ONGs negras que baseiam suas existências na problemática étnico-racial, buscando entender as possíveis contribuições que são oferecidas pelas organizações em um debate sobre a luta antirracista no Brasil nos dias atuais.

### **A problemática da identidade étnico-racial**

A identidade nacional brasileira a partir de 1930 foi construída a partir do mito da democracia racial, assim constituiu-se em uma crença de uma nação onde as pessoas de todas as raças e descendências conviviam em harmonia, sem segregações ou conflitos. Portanto, não ocorreu um "racismo oficial" como nos casos da África do Sul e dos Estados Unidos, não houve declaradamente um racismo na sociedade brasileira. Dessa

forma, surgem denúncias e razões que fomentam as reivindicações de movimentos sociais negros e antirracistas, almejando a adoção de políticas públicas específicas para a população negra.

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que consiste em uma importante referência em relação à questão étnico-racial, surgem novos olhares e perspectivas por parte do Movimento Negro e de ONGs que atuavam na questão da identidade étnico-racial. Pesquisadores do IBASE buscaram destacar as mudanças nas condições de vida da população afrodescendente e enfatizaram que tais mudanças são tarefas que cabem a todos os setores da sociedade brasileira. As tentativas de fortalecimento das identidades, principalmente a identidade étnico-racial, buscam aniquilar a opressão e exploração que há no imaginário de superioridade de um grupo sobre o outro.

Cabe observar que, no Brasil, tem se desenvolvido políticas públicas que contemplem a pauta antirracista, como a implementação da lei 10639/03 correspondendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira, que objetiva divulgar e produzir conhecimentos, atitudes e valores que conscientizem a pluralidade étnico-racial.

Também buscando a construção da identidade étnico-racial, acrescentam além do estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, bem como a cultura afro-brasileira nas esferas, social, econômica e política. Crescem inclusive, as manifestações do dia da consciência negra, que representa a afirmação da resistência cultural e social dos afrodescendentes. Da mesma lei referida anteriormente, o artigo 53 trata especificamente a criação e organização nos currículos dos cursos e programas de educação nas universidades. Com efeito, as mudanças da lei visam alcançar o meio acadêmico, bem como qualquer conhecimento aplicado estabelecendo planos, programas e projetos de pesquisa.

Para tanto, nesse trabalho é apresentado como são fundamentadas as organizações e como essas tem intervindo socialmente com políticas pontuais e esforços visando o fortalecimento de grupos. Assim, partindo do pressuposto de que essas organizações possuem como elemento *a identidade*, escolhemos tratar do caso das ONGs negras, que buscam a equidade no tratamento das questões de gênero, discriminações étnicas e culturais na tentativa de ampliar a participação democrática e a construção de novos espaços públicos.

## **Considerações metodológicas**

A realização da pesquisa em questão, articula de forma objetiva e coerente com os objetivos traçados através da análise sobre os conceitos de identidade e sobre a relevância das ONGs e seu papel na busca por inclusão dos indivíduos, principalmente em questões étnicas- raciais e de gênero. Portanto, realizar-se-á um levantamento da literatura especializada na temática de identidade e ONGs, além das características que formam e fortalecem a presença da identidade étnico-racial, constituindo assim, um aporte ao quadro geral retratado em quatro partes:

- i.** Bibliografia teórica geral de identidade e ONGs;
- ii.** Livros e artigos sobre o conceito e o papel das ONGs negras brasileiras;
- iii.** Coleta de dados através da análise dos documentos das ONGs negras em geral, e no caso específico da ONGs Criola, Fala Preta e Geledés (como estatutos, projetos, parcerias);

Após o embasamento conceitual, teórico e metodológico, para analisar a identidade étnico-racial pelos diversos grupos, bem como a compreensão da atuação das ONGs negras, buscaremos averiguar seu papel político, seus propósitos e implicações.

## **CAPÍTULO I- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: ANALISANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO**

A identidade étnico-racial constitui o principal elemento de mobilização dos movimentos sociais negros e demais organizações políticas do segmento negro no Brasil.

Muitos grupos buscaram construir, fortalecer e evidenciar a existência do racismo na sociedade brasileira, mas a partir da construção identitária sobre “ser negro” temos muitas tensões e influências. A principal luta tratava-se da mitigação do mito da democracia racial que fez parte da formação do nosso país e persiste nos dias atuais.

Nesse capítulo primeiro, temos as bases teóricas para a discussão de todo o nosso trabalho, pois retrata a escolha pelo tratamento da identidade étnico-racial e de como os primeiros pesquisadores e atores políticos começam a lidar e a consolidar um debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Historicamente, elaboramos como a problemática étnico-racial avança com rumos diferentes até se institucionalizar, bem como as implicações desse processo que explica como o combate ao racismo ganha espaço na agenda política brasileira.

### **1.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO- RACIAL**

Ao tratarmos sobre a construção da identidade no plano teórico, encontramos infinitas abordagens que poderiam enriquecer esse trabalho, mas ampliaremos a construção da identidade étnico-racial enquanto processo político que redefine relações e desenvolvem tipos particulares de intervenção política, reelaborando novos discursos e implementando novas práticas.

Para direcionarmos a concepção de identidade que adotamos, optamos pela idéia de inclusão e exclusão, de sentimento de pertencimento, para adentrarmos nos processos de instrumentalização da noção de identidade e mobilização dos negros. Nesse caso, Cardoso de Oliveira (1976:24) compreende como propriedades estruturais do processo de identificação étnica:

“ a) o caráter contrastivo da identidade étnica e seu forte teor de oposição com vistas à afirmação individual ou grupal”, b) “ sua manipulação em situações de ambiguidades, quando abrem-se diante do indivíduo ou do grupo alternativas para a “escolha” ( de identidade étnica) a base de critérios de ganhos e perdas” (critérios de valor e não como mecanismos e aculturação) na situação de contato”.

Para não partirmos de um conceito fixo de identidade, retratamos a sua “produção”, que está sempre em processo, e é sempre constituída interna e não externamente à representação (Hall, 1996). Nesse sentido, as identidades se constroem, se moldam e se transformam. Pois, ao pensarmos a identidade étnico-racial nesse trabalho, nos remetemos à identidade afro-brasileira, refletindo como se agrupam os indivíduos que compartilham e se identificam socialmente como negros no Brasil.

A questão de raça é inserida no mesmo tratamento de etnia por parte de alguns pesquisadores, mas iremos relacionar esses conceitos para tratarmos diretamente da identidade afro-brasileira. Verifica-se que, no Brasil, têm-se fortalecido dentro dos estudos étnico-raciais a perspectiva teórica do uso dos conceitos de *etnia*, *afrodescendência* e *identidade negra*, com ênfase no conceito de *raça* como categoria implicada com a afrodescendência da população brasileira (Lima, 2008).

Dessa forma, os conceitos de etnia e afrodescendência se configuram com o enfoque político-cultural, baseado na relação histórica de uma ascendência africana diversa que é marcada pela trajetória de luta e exploração no âmbito do escravismo e do racismo e pelos referenciais processados nessa trajetória (Cunha Jr.1998; Sodré, 1983, 1999).

Para tanto, enxergamos ser mais pertinente, adotarmos a compreensão da identidade étnico-racial para prosseguirmos em nossa pesquisa, pois, a articulação etnia/raça situa sócio-historicamente a multiplicidade identitária que compõe a população afro-brasileira, abrangendo melhor a proposta de apresentarmos as expressões de identidade negra (Lima, 2008). Também contempla a visão de Munanga (2001) a respeito da multiplicidade das etnias oriundas da África e sua complexa diversidade na atual existência brasileira, levando-nos a uma postura teórica de tratarmos de etnias e identidades negras tomando por base a constituição e influência africana.

Portanto, para uma melhor compreensão entre etnia e afrodescendência é pertinente enfatizarmos a identidade étnico-racial de maneira hifenizada, para não nos desprendermos da discussão posterior sobre a mobilização, organização e institucionalização política em que se baseia a *questão negra*. O aporte teórico para

pensarmos a identidade numa construção étnico-racial é tratado por Hall (2003), Sodré (1983, 1999); Munanga (1999); Banton (1998); Cashmore (2000); Guimarães (1999) e Ferreira (2000).

É importante destacarmos que converge com a nossa escolha de tratar a identidade como étnico-racial, a idéia compartilhada por Barth (1998) que afirma que o componente biológico ou dado racial não é determinante para a constituição de um grupo étnico, para o estabelecimento de fronteiras entre o *eu* e o *outro*, a menos que seja para o grupo, grupo esse que compartilha a presença da etnia e raça dentro do mesmo grupo.

A abordagem de Stuart Hall (2003) sobre identidade também converge em muitos elementos com o que se pretende analisar adiante, pois, segundo o autor, a questão do multiculturalismo retrata características sociais e os problemas de governabilidade da sociedade, onde diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade “original” e, por outro lado, refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade.

Com isso, Hall (2003) aponta que o multiculturalismo tem centralidade na contestação política, sendo pensada como uma construção política. De acordo com o autor, as identidades “são mais políticas que antropológicas” e, “em condições diaspóricas” as pessoas são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas (Hall, 2003, p.67).

Por conseguinte, essa afirmação do autor norteia a abordagem sobre identidade étnico-racial que trazemos nesse trabalho, uma vez que reflete como a lógica multicultural requer uma possibilidade de expansão e aprofundamento de práticas democráticas da vida social, “a contestação sem trégua de cada forma de fechamento racial ou etnicamente excludente” (Hall, 2003, p.89).

A identidade étnico-racial, aqui especificada como afro-brasileira, permeia o processo de construção política pela participação ativa na sociedade numa dinâmica de mobilização. Dessa forma, e com esse raciocínio, Escobar (1999) analisa a proposta de Hall sobre o aspecto reivindicatório presente em sua idéia de identidade:

“... para Hall, a identidade é algo que se negocia em termos culturais, econômicos e políticos e que envolve um caráter duplo. Por um lado, a identidade se concebe como enraizada em uma série de práticas culturais compartilhadas, como uma espécie de ser coletivo; esta visão da identidade tem

manejado um papel importante em momentos históricos determinados, tais como as lutas anti-coloniais; supõe um redescobrimto imaginativo da cultura e contribui a dar coerência às experiências de fragmentação e dispersão nascidas da opressão. Por outro, a identidade também se vê em termos das diferenças criadas pela história; esta visão enfatiza não tanto o ser como o chegar a ser, implica posicionamentos mais que essências, descontinuidades, mais que continuidades. Diferença e semelhança, desta forma, constituem para Hall a natureza dupla da identidade dos grupos da diáspora africana”. (ESCOBAR, 1999, p.188-189)

A opção de frisar a categoria “raça” ao lado de “etnia” é usada para indicar que “raça” é uma das muitas maneiras de expressar a etnicidade - uma maneira que coloca ênfase no fenótipo. Inclusive, historicamente, raça e etnia têm sido intercambiáveis. Nisso, segundo Sansone (2003, p.60) os grupos sociais tem sido racializados, etnicizados e novamente racializados, em um processo que combina forças dentro e fora de determinado grupo étnico.

Portanto, sobre a construção da identidade étnico-racial, Castells (2001, p. 21) destaca que as identidades são individuais e coletivas e o mesmo sujeito pode ter múltiplas identidades, além de tê-las constituídas de forma processual e contínua. Logo, ao analisarmos as relações raciais no Brasil, averiguamos como se constroem ou se desconstroem as identidades individuais e principalmente coletivas.

Tendo em vista essa informação, é preciso pensar na afirmação de Hall (2003) ao dizer que a construção das identidades está inscrita em relações de poder, de interações materiais e simbólicas, e, como tal, não pode ser pensada fora do campo de tensão contínua e processual. Como parte disso, trataremos especificamente das relações étnico-raciais no Brasil, mais adiante, para compreendermos como essas relações de poder são constituídas e enxergamos a problemática que é levantada pelos grupos e organizações políticas.

Portanto, a identidade étnico-racial, ao se configurar gera relações de poder e disputa por parte de muitos grupos e organizações, que, embasados em suas crenças, lutam e defendem seus interesses. Para tanto, surge paulatinamente evidências dessas questões inseridas no processo de que as identidades constroem-se, descobrem-se e reconhece-se:

“... a identidade étnica se constrói em relação a outras identidades sociais, e é sempre dada e conquistada, no sentido de que a visão das pessoas de fora codetermina as maneiras pelas quais um grupo étnico se (re)descobre. (...) Pode haver momentos na vida em que os indivíduos ou grupos são infíeis a um ou mais componentes de sua identidade social. Essa combinação de (in)fidelidades múltiplas contribui para o ecletismo da identidade étnica, mas freqüentemente passa despercebida nas representações oficiais da negritude o do ser branco.” (SANSONE, 2003,p.255)

Nesse sentido, a questão étnico-racial e seu processo de construção social é parte do nosso objetivo de analisar o étnico e o racial, por entendermos que contempla os elementos sociais, culturais e políticos que buscamos averiguar ao longo do trabalho.

Muito além do processo de construir e reconhecer a identidade étnico-racial é analisar a essência de cada termo. Fenton (2003, p. 36) comenta que podemos constatar as referências que agrupam tanto grupos étnicos quanto raça. O autor elenca especificidades a cada um desses termos, para o mesmo, Grupo Étnico equivale a:

- 1) O grupo é uma espécie de subconjunto no quadro de um Estado-Nação;
- 2) O ponto de referência é tipicamente a cultura e não a aparência física;
- 3) Frequentemente o grupo referido é “outro” (estrangeiro, exótico, minoria) que não um maioria, presumida como não “étnica”.

Com relação à Raça, o autor aponta duas concepções específicas:

- 1) A idéia de que os grupos “locais” são casos de divisões do gênero humano abstractamente concebidas;
- 2) A idéia de que a raça faz referência específica à diferença física ou “visível” como marcador principal de diferença e de desigualdade.

Dentro dessa perspectiva, não optamos por tratar nenhum dos termos em sentido isolado, por compreender que ambos serão úteis e amplamente utilizados para analisarmos as principais questões que englobam a compreensão das relações étnico-raciais no Brasil, bem como a atuação política de grupos e organizações.

“No Brasil, a negritude não é uma categoria racial fixada numa diferença biológica, mas uma *identidade racial e étnica* que pode basear-se numa multiplicidade de fatores: o modo de administrar a aparência física negra, o uso de traços culturais associados á tradição afro-brasileira ( particularmente na religião, na música e na culinária), o status ou uma combinação desses fatores”( Sansone, 2003, p.25)

Portanto, o “étnico- racial” embasa a construção da identidade afro-brasileira e nos conduz à compreensão enquanto elemento de luta pelos grupos. Assim se identificam e se esforçam para ser identificados como tais, pavimentando suas idéias,

teorias e lutas que tentam geralmente combater o racismo e afirmar positivamente a sua identidade em uma dialética entre o “eu” e o “outro”.

É nesse sentido que Guimarães (1999, p.9) conceitua “raça” não como algo correspondente à realidade natural, mas como um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, como algo endodeterminado.

Guimarães (1999) ao debater sobre raça e racismo defende a importância do uso do conceito de “raça” pelas ciências sociais por enxergar uma necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias.

Com isso, visualizamos parte da lógica na formação da identidade étnico-racial, ou seja, a tentativa de evidenciar as diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais.

Como parte dessa realidade, a formação e a construção da identidade étnico-racial, tornam-se importantes para reconhecer a si e ser reconhecido pelos outros, Sodré (1999, p 34) complementa com seu pensamento:

“Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente.”

As implicações teóricas acerca da identidade étnico-racial nos auxiliam a compreender os caminhos pelos quais os brasileiros passaram a agir e enxergar a partir da constituição e/ou constatação de tal identidade. Com as análises que teremos a seguir, poderemos compreender como se configuram as práticas sociais e os olhares a respeito da problemática social e política que etnia-raça reflete na sociedade brasileira.

Na afirmação de Silva (2009), há no Brasil o discurso de harmonia étnico-racial que mascara práticas discursivas sociais discriminatórias e racistas que constroem identidades subalternas para os negros. Entretanto, esse discurso produziu entraves políticos e científicos que geraram questionamentos ao longo da formação político-social no Brasil, analisaremos essa questão na seção posterior.

Ao passo que estamos abordando identidade, vê-se como o Brasil, em particular, construiu e constrói socialmente as identidades étnico-raciais em um contexto

discursivo e prático. Faz-se necessário ressaltarmos a idéia da identidade enquanto construção, inacabada, mutável e situacional (Cunha 2002, p. 115).

Por conseguinte, teremos uma especial atenção em posições teóricas sobre as relações étnico-raciais no Brasil com ênfase nas principais idéias e disputas que brotam de um Brasil rumo à modernidade.

“A situação das relações raciais e da formação da identidade negra no Brasil é uma prova de que a relação entre a comunidade, a etnicidade e a prática cultural sempre foi mais complexa do que se costuma sugerir, ainda que essa complexidade venha, sem sombra de dúvidas, aumentando. Hoje em dia, parecemos mais inclinados a lidar com essa complexidade, talvez por estarmos enfrentando uma nova disjunção entre essas categorias, em consequência da modernidade avançada.” (Sansone, 2003, p. 267)

Contudo, antes da discussão sobre a problemática das relações étnico-raciais no Brasil, convém esboçar como se pauta a construção da identidade étnico-racial tendo por base a “democracia racial” como um elemento basilar de análise, uma vez que, enquanto mito definiu e ainda define o tratamento da questão étnico-racial em nosso país.

A questão étnico-racial no Brasil é algo bastante conflitante, pois se tentava conformar uma “democracia racial” e depois desconstruir esse mito que ia se tornando insustentável à medida que se levantava uma problematização identitária em uma realidade de desigualdade presente (FERNANDES, 1965; HASENBALG, 1979).

O “mito da democracia racial” era baseado na lógica de que as raças no Brasil conviviam harmônica e democraticamente em situação de igualdade. Todavia, líderes negros e cientistas sociais, muitos destes também negros, tentaram convencer amplos setores da sociedade (e ainda tentam) de que o “mito da democracia racial” é um ideal ainda longe de ser alcançado (Guimarães, 1999).

Portanto, é necessário entendermos um pouco a complexidade que engloba as relações étnico-raciais no Brasil, com destaque para a compreensão de alguns autores que não apenas denotavam suas percepções, mas militavam no combate contra as desigualdades.

## **1.2 DISCUTINDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL**

As “relações raciais” enquanto campo de pesquisa científica é de inspiração norte-americana. O padrão das relações raciais nos Estados Unidos foi tomado pelos cientistas sociais como modelo para comparar, contrastar e compreender a construção social das “raças” em outras sociedades, especialmente no Brasil (Guimarães, 1999, p. 38-39).

É preciso entender como o Brasil projetou sua ideologia e construiu relações desiguais, pois o Brasil sofreu influências da ideologia da supremacia branca. O embranquecimento e a democracia racial foram tendências que emergiram da Europa no século XIX. No Brasil, desde sua formação, vivenciava a mistura do povo indígena, dos europeus colonizadores e dos negros que chegavam às terras brasileiras como mão-de-obra.

A partir disso, se inicia o processo de mestiçagem no Brasil que, na opinião de Lima (2008), faz parte das relações étnicas no Brasil, apresentadas como embranquecimento e usada como um mecanismo de oposição à construção de uma identidade negra brasileira. No pensamento brasileiro, a mestiçagem se articula entre o fim do século XIX e meados do século XX, objetivando a continuação de uma sociedade monoétnica e monocultural<sup>1</sup>.

Assim, o Brasil tentar criar definitivamente para si, uma tradição e uma origem, um “povo” apenas a partir de 1930, principalmente com o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda República (1945-1964), pois, antes disso, durante o Império (1823- 1889), na Primeira República, o país buscou se modernizar através da adoção de novas instituições, de europeização dos costumes (Freyre, 1936) e do incentivo à imigração européia (Seyferth, 1990; Schwarcz, 1993) mantendo distanciamento entre brancos e pretos, civilizados e matutos (Guimarães, 2002).

Ou seja, até os anos 1930, o Brasil tentava mostrar a mistura dos povos que originava uma uniformidade e se esforçava em fazer-se uma nação nos padrões europeus de sociedade. Mas, na visão de Andrews (1997, p.98) reabre-se a questão do desenvolvimento do Brasil e da identidade nacional e, em 1933, o intelectual e teórico social Gilberto Freyre defende que o Brasil é um país de “democracia racial” devido à

---

<sup>1</sup> Ver em: Sílvia Romero (1888) e Gilberto Freyre (1936), pois, apresentam essa perspectiva e se encontram fundamentos teóricos à ideologia do embranquecimento e do mito da democracia racial.

sua experiência como estudante nos Estados Unidos onde viu uma forte segregação racial na década de 20 em comparação a realidade brasileira.

“É muito interessante notar como esse ideário anti-racialista estranhou-se na maneira de ser brasileira. De certo modo, tornou-se lugar comum, entre os brasileiros, a afirmação de que as raças não existem, e de que o que importa no Brasil, em termos de oportunidades de vida, é a classe social de alguém. Na verdade, dada a aceitação tão ampla e profunda de tal ideário, a grande questão é saber porque esse anti-racialismo se viu sob ataque nos últimos anos, sofrendo a crítica sistemática de movimentos negros e de alguns cientistas sociais” (Guimarães, 1999, p. 62)

Assim, a compreensão das relações raciais se dava pelo viés da miscigenação e as diferenças sociais pareciam diferenças naturais e culturais. A perspectiva cultural nesse debate é encontrada na Escola Nina Rodrigues na reivindicação da problemática racial, atualizando as teorias para a época.

O termo cultura se ampliava nas discussões raciais, pois Arthur Ramos (1962, p. 57) defendia que noções de cultura e aculturação adquiriram completa e perfeita atualidade. A partir de 1950 essas interpretações começam a ser contestadas com novas análises das relações raciais no Brasil. Dentro disso, a tradição sociológica sobre essas questões, em aspectos teóricos e metodológicos remete-se à Escola de Chicago, tendo início no Brasil com os estudos promovidos pela UNESCO.

Durante esse período surgem os primeiros ensaios críticos sobre as relações raciais escritos por intelectuais negros militantes como Guerreiro Ramos (1954) enxergando a questão do negro como não uniforme no Brasil, com diferenças regionais e de classe; o preconceito de cor não equivalente ao preconceito racial; o homem de cor assimilando os padrões da cultura dominante e se vendo segundo os padrões dos brancos; há ressentimento do homem de cor de posições mais baixas contra homens de cor de posição mais elevada.

Guerreiro Ramos é um dos principais intelectuais anti-racistas na história política e cultural do Brasil. Do mesmo período, outra contribuição intelectual nos é dada por Abdias do Nascimento (1950), sendo o criador do Teatro Experimental do Negro, responsável pela formação dos primeiros atores e atrizes dramáticos negros, estando presente nas principais ações em prol da igualdade racial.

De acordo com Guimarães (1999, p.72) as maiores influências intelectuais sobre estudos raciais no Brasil se dividem em três gerações. Na primeira geração foram Gilberto Freyre, Charles Wagley, Donald Pierson e Roger Bastide; na segunda geração,

Florestan Fernandes, Costa Pinto, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, René Ribeiro, Guerreiro Ramos, Pierre van den Berghe e Marvin Harris. Na terceira geração, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Os pensadores da problemática racial contribuíram cada qual ao seu modo para a pesquisa e o pensamento social brasileiro. A UNESCO promoveu um grande ciclo de estudos raciais entre os pesquisadores brasileiros que versavam sobre o preconceito e a discriminação racial. Os principais estudos e resultados que se destacaram foram os Costa Pinto (1953), no Rio de Janeiro, Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955), em São Paulo.

Roger Bastide e Florestan Fernandes mencionam um problema de ordem teórico-conceitual durante suas pesquisas da UNESCO, constatando que a “natureza e função” do “preconceito racial” ainda não tinham sido bem conhecidas pela sociologia, frisando que a maioria dos estudos empíricos desse tipo havia sido realizada nos Estados Unidos, ou seja, em situações de “segregação racial” (Bastides e Fernandes 1951, p.3).

Logo, era um grande esforço trazer a noção de preconceito para uma sociedade que, discursivamente, não apresentava isso como um problema real. O Brasil fora escolhido para laboratório das pesquisas sobre relações raciais graças a sua fama de “paraíso racial” e aos esforços de alguns intelectuais brasileiros e estrangeiros ligados a Unesco (Maio, 1999). As novas pesquisas traziam à tona novos desafios, pois não parecia simples entender a realidade brasileira.

Segundo Guimarães (1999, p. 65) vê-se como o anti-racialismo militante e a crença da existência de um país plurirracial, levantando-se a bandeira da “democracia racial” que passou a ser um dogma entre 1968 e 1978, durante a ditadura militar, tornando-se uma espécie de ideologia do Estado.

Na avaliação do referido autor, esse discurso adotado no Brasil que mitiga o anti-racismo e o anti-racialismo só negavam os fatos de discriminação e desigualdades raciais que cada dia mais aumentava. Logo, a forma como a “democracia racial” se apresentava criava um tipo ideal que distanciava a identificação da existência da discriminação. Conforme o pensamento de Eduardo Oliveira:

“Como herança ideológica, o mito da democracia racial nos persegue até hoje. Ele continua sendo base da crença nacional na inexistência de mecanismos de discriminação e se coloca como um eterno obstáculo ao debate sobre as relações raciais e culturais no País. No ideário da democracia racial criou-se na figura do mestiço um tipo ideal, capaz de diluir as características específicas (culturais e biológicas) dos diferentes conjuntos identitários. Entretanto, não podemos deixar de

lembrar que este tipo ideal foi pensado, acima de tudo, como resposta ao potencial conflito da oposição branco-negro, numa sociedade fundada sob o signo da desigualdade entre as duas raças através do escravismo. Se o ideário da miscigenação tira do branco seu teor de "pureza", ele retira do elemento negro o direito à existência - deve-se considerar a influência da tese do embranquecimento entre nós.”(OLIVEIRA, 1997)

A democracia racial é, na verdade, essa estratégia de tratar o dilema da raça no Brasil, que Florestan Fernandes (1965, p. 205) enxerga como uma representação enganosa, um mito, manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais ‘aristocráticos’ da ‘raça dominante’.

Não se trata apenas de marginalizar o tema das relações raciais no Brasil, mas principalmente de intimidar àqueles que procurassem aprofundar a existência de um problema racial.

No que diz respeito à problemática racial no Brasil, uma grande contribuição é dada por Thales de Azevedo (1975) que explorou as denúncias da pressão da mídia e dos intelectuais sobre uma identidade nacional que não abria espaços para tais fatos estranhos à cultura brasileira.

Como se vê, o esforço centrou-se em transformar o Brasil em um reflexo de um só povo, excluindo a importância da identidade étnico-racial enquanto elemento da ordem social, como é o caso da democracia racial para o Brasil, como um discurso político colocado para a sociedade, pois sintetizava o sentido de nação.

Como se pode perceber, existia uma forte resistência à análise de raça e estudos raciais, algo que atravessa essa pesquisa quando abordarmos as questões das ONGs negras no Brasil e das atividades que retomam e desenvolvem junto aos grupos negros em uma luta antirracista. De acordo com Costa (2006) o discurso da mestiçagem banuiu o racismo da agenda política:

“Se é verdade que os estudos raciais reduzem o discurso da mestiçagem a uma mera ideologia inventada para encobrir a opressão dos negros, os críticos dos estudos raciais cometem o erro oposto, ao desconsiderar a importância do discurso da mestiçagem para a legitimação de uma ordem política e social perpassada por vários vícios racistas. (Costa, 2006, p. 211)

A reprodução desse discurso foi ampla, mas também serviu para gerar oposições pois, a questão étnico-racial para os negros era retomada em uma luta antirracista, em termos práticos e objetivos (Guimarães, 2002, p.51). Logo, a luta antirracista era mais

difícil durante a ditadura militar, pois proibia-se sua discussão, uma vez que “nada fere mais a alma nacional, nada contraria mais o profundo ideal de assimilação brasileiro que o cultivo de diferenças” (Guimarães, 1999, p.58).

Por isso, com o regime militar instaurado no Brasil a questão racial torna-se um tabu, e isso só alcança mudanças a partir de 1970 com a pressão dos movimentos sociais negros e a sua organização, pois esse período foi marcado pelo fortalecimento de vários movimentos sociais no Brasil e no mundo, como é o caso do movimento hippie, movimento feminista, movimento estudantil entre outros<sup>2</sup>.

É a partir de 1970 que também se tenta romper o autoritarismo político e denunciar a discriminação e o racismo, crescendo assim as reivindicações dos movimentos sociais negros. De acordo com Guimarães (2002, p. 98) a ditadura militar desorganizou grupos políticos marxistas e nacionalistas de oposição ao governo, exilando militantes e intelectuais importantes como Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, dentre outros.

É importante ressaltar também, que na esfera acadêmica houve mudanças, surgindo as primeiras análises sociológicas sobre a importância da “raça” e as desigualdades sociais no Brasil (Hasenbalg; 1979; Silva; 1978). Os movimentos sociais negros conduziram a denúncia do mito da democracia racial, passando a atuar politicamente no Brasil, centrando esforços para combater a discriminação, desde 1970 até a atualidade.

De fato, buscou-se denunciar e apontar a existência da desigualdade para que se pudesse conscientizar a sociedade brasileira, mas isso ocorreu lentamente. É necessário observar que os movimentos sociais negros ganham mais notoriedade a partir de 1970, direcionando seu discurso e suas práticas políticas embasados em questões étnico-raciais.

Nesse sentido, podemos explorar as concepções de Max Weber voltadas para a “etnicidade política” e mobilização no sentido de origem comum para objetivos políticos. Todavia, o que trataremos a seguir é identificar como se ergueu toda a luta política, bem como compreender como os movimentos sociais negros passaram, a direcionar discursos e práticas políticas embasadas.

---

<sup>2</sup> Esse contexto é tratado em: Souza, Maria Antônia. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Tuiuti de Curitiba, PR.

“Esse processo de aprendizado coletivo encontra-se em pleno curso no Brasil. Graças, entre outros, à ação do Movimento Negro e às atividades conjuntas no âmbito de uma rede anti-racista transnacional, o racismo tornou-se tema permanente da pauta política brasileira” (Costa, 2006, p. 218).

Para compreendermos como os movimentos sociais negros se estruturam e se organizam, veremos detalhadamente suas articulações ao longo das discussões que englobam as relações raciais no Brasil, observando como a questão identitária e racial se vincula a uma luta política, haja vista que a transformação do termo negro foi resultado do discurso como prática ideológica e política.

Na verdade, um primeiro obstáculo e o mais importante era lutar contra um discurso, como é definido por Fairclough (2001), aquele discurso que “mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (p. 94).

Com isso, é pertinente traçar as relações raciais enquanto relações de poder que denotam “raça” como um dos principais elementos políticos, justamente por tornar-se bandeira reivindicatória de movimentos, grupos e organizações.

### **1.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS: A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESFERA POLÍTICA**

A luta contra o racismo e a discriminação no Brasil foi a responsabilidade maior da militância negra, que, por sua vez, buscou quebrar com os ideais lançados sobre a sociedade brasileira, e em certos termos, abalar a “harmonia” e a cordialidade do paraíso racial que o país sempre projetou.

As formas de organizações dos movimentos sociais negros foram diversas ao longo da história, variando conforme os contextos e as demandas que iam surgindo de maneira heterogênea e gradativa. Assim, antes de adentrarmos o momento histórico em que os movimentos sociais negros ganharam a cena política brasileira e se destacaram a

partir de 1970, faz-se necessário sintetizar como se deu essa luta ao longo dos anos e como se tentava abrir espaços de discussões.

Ao tratar anteriormente das relações raciais no Brasil, não mostramos a face do ativismo negro que perpassou os períodos cruciais na política. Dessa forma, se faz necessário frisar como a identidade passou a ser basilar na luta política.

“Como muitos outros autores apontam, os negros no Brasil, sempre ostentaram comportamentos radicais, quebrando as regras do conformismo social. Debrucemo-nos, por um momento, sobre esses que se definem como “negros”, que organizam movimentos sociais e dizem representar o conjunto do “povo negro” (Guimarães, 2002, p. 87)

Encontramos muitos recortes temporais realizados pelos autores que predominam na temática de raça que passam a tomar a década de 30 como um marco das principais tensões raciais no Brasil. Entretanto, é preciso retomarmos um pouco dos registros da luta e da movimentação negra que se enraízam logo após a Abolição e que perduram até os dias atuais, para compreendermos o processo de disputas de poder e da legitimação da discussão dessa problemática.

Domingues (2007) analisa os movimentos sociais negros e comenta como os movimentos tentaram desenvolver estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo durante todo o período republicano entre 1889 e 2000, com etapas, atores e propostas. Nesse sentido, Santos (1994) compreende por movimentos sociais negros:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p. 157)

Diante disso, essa definição acima nos dá uma concepção da militância negra, mas em nossa pesquisa, não acentuaremos as formas de agrupamento da identidade negra que se apresentam ao longo da história brasileira, como as irmandades negras, escolas de samba, terreiros de candomblé e outras manifestações culturais.

Logo, o que será abordado aqui é o movimento político negro, que ainda que tenha base cultural, contempla muito mais a face política que desejamos desenvolver ao longo do trabalho, principalmente ao examinarmos a questão das ONGs negras no Brasil e as atividades que as mesmas desenvolvem em busca de políticas públicas e ações afirmativas.

Na seção desse capítulo, além da compreensão de como podem ser definidos os movimentos sociais negros, traçaremos sua consistência e seus desafios, pois a questão da “raça” para os movimentos sociais negros e não obstante a questão da identidade étnico-racial é o principal elemento de mobilização e reivindicações políticas em torno de um projeto comum de ação. (Domingues, 2007, p. 102).

Com isso, Weber (1946, p.61) contribui ricamente afirmando que o poder é a “possibilidade de um homem ou um grupo de homens realizarem sua própria vontade numa ação comunal, mesmo contra a resistência de outros que participem da ação”. Portanto, os movimentos sociais negros buscaram ganhar espaços no cenário político através dos seus protestos e denúncias em torno de uma causa.

É interessante estabelecer uma sequência de acontecimentos que permitirá caracterizar os movimentos sociais negros que existem hoje. Domingues (2007) enxerga quatro relevantes fases dos movimentos sociais negros enquanto organizados, denominando: Primeira Fase dos Movimentos Sociais Negros organizados na República (1889-1937): da primeira República ao Estado Novo; Segunda Fase da Segunda República à Ditadura Militar (1945 a 1964); em uma Terceira Fase do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000) e uma Quarta Fase de 2000 até o presente como uma hipótese interpretativa da realidade.

No que diz respeito à Primeira Fase, que corresponde ao período logo após a abolição da escravatura e ao início da República com os libertos, ex-escravos e descendentes instituíram movimentos de mobilização negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados brasileiros (Domingues, 2007, p.103).

Pinto (1993) constatou que existia entre 1907-1937 em São Paulo, cerca de 123 organizações negras. De 1889 a 1920, Muller (1999) encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em

Pelotas. Como é possível observar, são importantes registros de organizações negras mesmo sem forte presença de teor político.

A identidade étnico-racial começa a se fazer representar e lutar contra o preconceito, principalmente com o surgimento da imprensa negra, que se tratava de jornais organizados e publicados por negros para tratar questões de renovação política. Sales Junior (2009) define a imprensa negra e a sua importância nesse contexto:

“A imprensa negra apesar das limitações decorrentes da desorganização social, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios, da inexperiência política e dos elevados índices de analfabetismo da Diáspora Negra brasileira, suscitou uma nova atitude política que reunia aspirações integracionistas e assimilacionistas em reivindicações igualitárias, e mobilizou um segmento da Diáspora Negra para o debate e a busca de soluções para os “problemas raciais brasileiros”(Sales Junior, 2009, p.42)

Com isso, a tarefa da imprensa negra se cumpria, denunciando a situação da população negra no país, buscando destacar a problemática do racismo através de importantes jornais em várias cidades brasileiras<sup>3</sup>. Todavia, a importância dos movimentos sociais negros como força política surge a partir de 1930, com a fundação em 1931 da Frente Negra Brasileira (FNB), com uma maior reivindicação política.

Ao tratar sobre a década de 30, estaremos diante da mobilização coletiva dos negros que se iniciou com a Frente Negra Brasileira que consistia em uma organização étnica, no sentido de que cultivava valores comunitários específicos, mas cuja forma de recrutamento era a identificação baseada na “cor” ou “raça” e não na “cultura” ou nas “tradições” (Guimarães, 2002, p. 87).

Para tanto, a FNB exercia o papel de politizar o discurso sobre as relações raciais que eram, até então, postos em debate. Tinha um instrumento de comunicação, o jornal *A voz da Raça* que se desenvolveu criando núcleos em vários estados do país. Isso converge com o pensamento de Weber (1976, p. 83) quando o mesmo afirma que “No que diz respeito a ‘classes’, ‘grupos de status’ e ‘partidos’, de uma maneira geral em que eles necessariamente pressupõem uma societalização globalizante, e especialmente um arcabouço político de ação comunal no interior em que atuam”.

A imprensa negra empregava através de seus redatores, matérias ou notas as categorias “classe” e “classe de cor”, pois os leitores e editores se identificavam como

---

<sup>3</sup> Ler sobre a imprensa negra: Bastide (1951); Ferrara (1986) Garcia (1997), Mello (1999) Lopes (2001) ; Domingues (2004) Maciel (1997) e Santos (2003).

várias faces de um mesmo recurso descritivo (Sales Junior, 2009, p. 43). Coerentemente à idéia de Weber, vale salientar que a FNB foi uma organização política que chegou a se tornar partido, antes de ser extinta pelo Estado Novo. Na perspectiva de Weber os ‘partidos’ vivem sob o signo do ‘poder’.

“Sua ação é orientada no sentido da aquisição de ‘poder’ social, o quer dizer no sentido de influenciar uma ação comunal a despeito de qual seja seu conteúdo. Em princípio, podem existir partidos num ‘clube’ social tanto quanto num ‘Estado’. Em contraste com as ações de classe e grupos de status, em que isso nem sempre é o caso, as ações comunais de ‘partido’ significam sempre uma societalização, pois as ações de partido sempre se dirigem para um objetivo pelo qual se luta de uma forma planejada” (Weber, 1976, p. 81).

Em 1936, a FNB transformou-se em partido e pretendia participar das próximas eleições e obter apoio da “população de cor”, estando influenciada pelo cenário internacional de ascensão do nazifascismo, defendia um programa autoritário e ultranacionalista (Domingues, 2005). A FNB era majoritariamente de direita, embora tivesse algumas dissidências socialistas, era de corte fascista e incluía um grupamento paramilitar (Guimarães, 2002, p. 87).

Diante da instauração do Estado Novo, em 1937, a FNB é extinta junto às outras organizações políticas devido à forte repressão política. Portanto, a partir de 1945 é que entramos na análise denominada por Domingues (2007) como Segunda Fase da Segunda República que se estende até 1964, nesta fase há um forte projeto nacionalista em termos econômicos e culturais que fomentava principalmente o ideal de democracia racial.

Já as reivindicações sociais dos negros tentavam se expandir também, e um dos principais agrupamentos dessa época era a União dos Homens de Cor (UHC) que havia sido fundada em 1943 em Porto Alegre, e atuava na promoção de debates na imprensa local, com jornais próprios e serviços de assistência médica e jurídica. Outro exemplo de agrupamento que surgiu nesse período foi o Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado em 1944 no Rio de Janeiro. Sobre o TEN, enquanto principal organização negra do país, Guimarães (2002) considera:

“Embora tivesse, de início, o objetivo eminentemente cultural, de abrir o campo das artes cênicas brasileiras aos atores negros, acabou, com o tempo, por se transformar em agência de formação profissional, clínica pública de psicodrama para a população negra e movimento de recuperação da imagem de auto-estima dos negros brasileiros” ( Guimarães, 2002, p. 89).

O TEN não só propagava a auto-estima dos negros, mas buscava a criação de uma legislação antidiscriminatória. Publicou o jornal *Quilombo*, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe. Algum tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com forte repercussão na opinião pública<sup>4</sup>.

Os principais intelectuais do TEN eram Abdias do Nascimento (1950, 1968) e Alberto Guerreiro Ramos (1957). Porém, com a instauração da ditadura, o TEN foi fragilizado e extinto em 1968 com o exílio de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos. Como se vê, a questão étnico-racial durante a ditadura teve bastante obstáculos no que diz respeito até mesmo as representações culturais.

É possível visualizar a partir disso a luta travada contra a democracia racial, pois, de acordo com Guimarães (2002) o objetivo era opor-se à ideologia oficial patrocinada pelos militares e propalada pelo luso-tropicalismo. Com isso, o TEN consegue através dos intelectuais, gerar protestos e debates em âmbito nacional, como afirma Costa (2006):

“No Brasil, o movimento articulado pelo TEN e organizado em torno de simpósios e oficinas de teatro nunca teve as características de uma organização que contasse com uma base militante ampla. Não obstante revestiu-se de enorme importância no âmbito da mobilização de intelectuais, sobretudo, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro” (Costa, 2006, p. 143).

Essa segunda fase traçada por Domingues (2007) nos mostra um ciclo que alavancou um debate, embora tenha sido bastante contrabalanceado por se tratar do período ditatorial no Brasil, tendo em vista o combate às discussões sobre as questões raciais. Gonzalez (p.30) aponta que a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad”.

Portanto, a reorganização no campo político iniciou no fim da década de 1970, já às margens da luta contra a ditadura militar. Com isso, entraremos na Terceira Fase esboçada por Domingues (2007) como temos tentado retratar nessa pesquisa e que o autor denomina como Terceira Fase dos Movimentos Sociais Negros organizados na República (1978-2000): do início do processo de redemocratização à República Nova.

---

<sup>4</sup> Ver em Nascimento (1968, p.193-211)

Através dessa terceira fase, observaremos que entre as décadas de 1970 e 1980, houve um afrouxamento no controle militar, ou seja, um período de crescimento e criatividade para as organizações negras e a cultura negra (Sansone,2003, p.43).

Dentro dessa perspectiva, exploramos como as organizações negras atuam após 1970 com o maior apoio dos Movimentos Sociais Negros e outros grupos, que englobam a identidade étnico-racial como instrumento político de luta.

Para tanto, as forças políticas que tiveram destaque já no fim da década de 1970 foram o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), depois simplificado em Movimento Negro Unificado (MNU) e o Grupo de Negros do MDB.

Segundo Domingues (2007), o processo que influenciou a fundação do MNU foi algo que teve influência externa e interna, pois, a luta contra a discriminação racial sofreu influência dos acontecimentos na cena global como a luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses que tiveram porta-vozes como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas como Panteras Negras.

No plano interno, o MNU foi impulsionado também por idéias marxistas, com a proposta de conjugar classe e raça. Vale salientar o aspecto evolutivo da luta política assumida pelos negros ao longo das décadas, como ressalta Guimarães (2002):

“[...] O MNU dos anos 1980 traça o seu passado em continuidade com os movimentos negros dos anos 1930, 1940, 1950 e 1960, numa linha evolutiva em que as rupturas refletiriam apenas o amadurecimento do pensamento negro e o desenvolvimento da sociedade e da nação brasileira. Ou seja, o MNU não foi um raio do céu azul, nem surgiu fazendo tábula rasa do passado” (Guimarães, 2002, p. 158)

Como é possível observar, a identidade étnico-racial vira bandeira de um movimento político de proporções maiores, e, nesse sentido, a partir de 1982 o MNU desenvolve seu Programa de Ação que tinha por pauta algumas reivindicações: desmistificar a idéia de democracia racial brasileira; fortalecer a luta política da população negra; fazer dos Movimentos Sociais Negros um movimento de massas; organizar sindicatos e partidos políticos e a introdução nos currículos escolares do estudo da História da África e do Negro no Brasil (Domingues, 2007).

Esses objetivos fariam muitos grupos unirem seus interesses para uma luta unificada antirracista que conseguiu ganhar visibilidade pouco a pouco. Há, no argumento sociológico de Weber, a visão da etnicidade como uma convicção na

descendência comum, analisando as origens e as consequências dessa convicção para o indivíduo e a ação coletiva (Fenton, 2003, p. 81).

Essa ação coletiva, aqui representada pelos Movimentos Sociais Negro, se completa com o pensamento de HUGHEY (APUD WEBER, 1988, p. 81) ao descrever que a raça “cria um grupo apenas quando subjetivamente percebida como traço comum” e torna-se a base da ação política quando da experiência comum dos membros da mesma raça está ligada a qualquer antagonismo em relação a membros de um grupo obviamente diferentes.

Assim, a questão da identidade comum de raça norteou os Movimentos Sociais Negros quanto a sua militância. Os ativistas negros geralmente consideram-se como um grupo unificado, apesar da multiplicidade característica desse movimento social (Cardoso, 2008, p.11-28). Os Movimentos Sociais Negros aos poucos realizaram mudanças pontuais como o 13 de Maio, simbolizado como a abolição da escravatura transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. O dia 20 de Novembro (celebrado como o dia da morte de Zumbi dos Palmares) foi eleito como data para o Dia Nacional da Consciência Negra<sup>5</sup>.

Na verdade, foi através dessas representações que os Movimentos Sociais Negros conseguiram englobar na política nacional a causa negra e a sua relevância para o Brasil. O que é importante destacar aqui é que através da política “o ativismo negro começou a se desenvolver como uma política de identidade” (Sansone, 2003, p. 290).

Os movimentos sociais negros organizados cresceram em sua luta a partir de 1980, também desenvolvendo uma das mais importantes dimensões de luta negra no Brasil: a mobilização das comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombos, que também organizaram lutas por suas terras, suas identidades e direitos.

Na visão de Domingues (2007) os Movimentos Sociais Negros “africanizaram-se”, pois utilizavam o discurso da negritude e do resgate às raízes ancestrais africanas. Os avanços dos Movimentos Sociais Negros têm sido amplamente explorados em pesquisas na área de educação, pois tem sido uma esfera onde se tem combatido cada vez mais o racismo e a discriminação racial.

Carneiro (2002) constata que houve várias iniciativas de inclusão destes temas nos currículos formais de certas escolas, ou mesmo nas redes de ensino de algumas cidades

---

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver: Oliveira (2003, p. 21-42) e Santos (1991).

brasileiras. Segundo a autora, o movimento de mulheres negras emergiu introduzindo temas novos na pauta dos movimentos sociais negros e enegrecendo as lutas do movimento feminista, sobre isso explicaremos melhor nos capítulos seguintes sobre as ONGs negras.

Através da educação, os Movimentos sociais negros reivindicam tanto a sua participação quanto a sua identidade, enfatizando e valorizando a participação do negro na história do Brasil. Diante disso, o ensino da história e cultura afro-brasileira tornou-se obrigatório em 9 de Janeiro de 2003 durante o Governo Lula com a Lei 10.639, devido às pressões do movimento negro e de seus militantes<sup>6</sup>.

A referida lei foi uma das conquistas dos Movimentos sociais negros, que se consolidaram no campo da Educação. Alguns autores chamam a atenção do ativismo negro em fins da década de 80 e 90, onde alguns estudos articulam raça/cor no campo educacional: Rosemberg (1984), Silva (1988), Hasenbalg e Silva (1990), Figueira (1990), Barcelos (1992), entre outros.

O ativismo dos Movimentos sociais negros também se estendeu nessa Terceira Fase na campanha política contra a mestiçagem. De acordo com Domingues (2007) o tema da mestiçagem no Brasil diluía a identidade do negro, sendo uma armadilha alienadora que se tornava obstáculo na luta política.

Conforme o pensamento de Rosa Ribeiro (2000), as questões da “miscigenação” e da “mistura” são de grande relevância. Sobretudo nas últimas décadas, as elites frequentemente insistiram na miscigenação e no sincretismo, ao se referirem à cultura popular e às classes inferiores, enfatizando a beleza do que é racial ou culturalmente misto. Isso de certa forma prejudicou a utilização política e eleitoral da negritude de baixo para cima, uma vez que firmou a idéia de que não havia no Brasil um lugar “natural” para a identificação racial.

Com efeito, sobre a política de identidade baseada em etnia e raça, a visão de mestiçagem é arqui-inimiga dos direitos civis e étnicos no Brasil, como tem sido a opinião de alguns ativistas negros e cientistas sociais (Sansone, 2003, p. 286). Realmente, ainda se trata de uma questão complexa e polêmica nos debates, devido a instauração dessa visão.

---

<sup>6</sup> Sobre a tramitação da lei ver: ALBERTI E PEREIRA, (2007.)

Já a Quarta Fase nos estudos de Domingues (2007) trata sobre sua hipótese interpretativa de que se abre um novo momento para os Movimentos sociais negros, embora enfatize que esse momento inovador tenha um caráter de movimento cultural e de valorização da cultura negra.

Assim, com o crescimento do grau de consciência sobre raça no Brasil se abrem as estratégias políticas, principalmente depois da democratização, nos últimos 25 anos, “o ativismo negro tem tentado desenvolver uma política de identidade” (Sansone, 2003, p. 290). Com essa política de identidade, contemplamos uma breve discussão que esse capítulo nos introduz sobre a institucionalização dos movimentos sociais negros pelas ONGs negras.

A partir da próxima seção, observaremos como ocorreu, depois de 1988, com a construção de uma nova institucionalidade política e com uma legislação anti-racista presente, através da Carta Constitucional, uma luta contra a discriminação racial e o preconceito de cor organizado em bases jurídicas, fazendo com que os movimentos sociais negros se proliferem em entidades independentes da sociedade civil e as Organizações Não Governamentais.

#### **1.4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E AS ONGs**

A partir de 1990, com as transformações políticas e econômicas vivenciadas no Brasil, iniciam-se novas experimentações e instrumentos que promovam a luta contra a discriminação. Uma boa parte da militância negra que compõe os movimentos sociais negros, partidos, sindicatos e órgãos estatais passaram a atuar no chamado “quarto setor”, organizando-se também em ONGs.

Para compreendermos como se dá o processo de institucionalização dos movimentos sociais negros, é necessário enxergarmos como a identidade étnico-racial é uma diretriz relevante para associarmos com o estudo de Weber sobre ação comunal (mobilização); ação societária (organização) e ação política (institucionalização). Os movimentos sociais negros nos apontam essa análise.

Max Weber dá-nos grande contribuição ao explicar a formação da consciência dos agentes sociais e, ao mesmo tempo, como, em seu entender, é formado o sentido da ação que eles praticam na vida social. Ou seja, identifica quais fatores são responsáveis não só pela formação das idéias e representações que o indivíduo possui acerca do mundo social, mas também, pela formação do sentido com que ele orienta o seu comportamento em sociedade.

Para Weber, a “situação de classe”, a “situação de status” ou “situação estamental” bem como as experiências dos indivíduos nas “organizações partidárias” constituem os fatores responsáveis pela formação da consciência do indivíduo e do sentido de suas ações (Weber, 1982). Dessa forma, podemos observar que os movimentos sociais negros buscaram conscientizar os indivíduos sobre suas condições identitárias e de classe, dirigindo ações que afirmassem sua existência e luta política.

Nessa perspectiva, Maria da Glória Gohn (2002) comenta tais demandas específicas, destacando que:

“(...) os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80; e nos anos 90 por um tipo especial de ONGs que denominamos anteriormente de cidadãs ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania”. (Gohn, 2002, p.303)

Essas entidades buscam trazer novas estratégias às velhas questões acerca da raça no Brasil. Diante disso, os Movimentos sociais negros assumiram e assumem vários momentos em termos de reivindicação coletiva contra o racismo, haja vista que após 1970 as ações permitiram uma interação mais íntima com as instituições estatais e os governos específicos.

A dimensão política que aqui desejamos elucidar se processa principalmente dentro das ONGs, embora sejam as organizações e entidades negras diretamente envolvidas com a luta contra o racismo como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU) os Agentes da Pastoral Negros (APNs), A União dos Negros pela Igualdade (Unegro), além de entidades de expressão cultural e religiosa (Santos, 2005).

Há relativo avanço na mobilização sobre as questões étnico-raciais no Brasil apontadas por Santos (2009), pois o autor comenta sobre o processo de

institucionalização dos movimentos sociais negros, destacando tal processo como resultado da militância negra:

“Uma das implicações da *institucionalização dos movimentos negros* são os possíveis atrelamentos políticos da ação coletiva deste segmento e as diversas relações de dependência resultantes deste processo. Uma característica comum a todas as experiências passadas e presentes de conselhos, secretarias especiais e outros órgãos governamentais ou estatais voltados à população negra é a discrepância entre a implementação das políticas propostas e o orçamento disponível.” (Santos, 2009, p. 249)

Santos (2009) nos esclarece que a institucionalização é uma forma de conseguir que os poderes estatais reconheçam a existência do racismo e da discriminação. Por conseguinte, esse espaço foi propício a partir da redemocratização brasileira. Nisso, surgem oportunidades em que os ativistas convencem pessoas para a causa racial e se inicia o processo de construção de bandeiras, símbolos, demandas e projetos (Rios, 2008).

Ou seja, a institucionalização dos Movimentos sociais negros não pode ser compreendida separada dos avanços e das transformações que ocorreram ao longo dos anos, como um grito de luta que ecoou pelas décadas.

Vale salientar que tem sido pouco pesquisada a questão da relação dos Movimentos sociais negros com o seu exterior como Estado, mídia, partido, outros movimentos sociais e ONGs. Há trabalhos que relacionam o Estado e os partidos políticos com o Movimento, nos estudos de Andrews (1991), Gevanilda Santos (1992) e Hanchard (2001).

Com isso se vê, as pesquisas que englobam os Movimentos sociais negros não têm sido exploradas quanto às suas alianças e estratégias sob outras formas organizativas, não considerando a dimensão das redes de articulação em que se inserem os Movimentos sociais negros. No caso do nosso trabalho, a nossa principal análise é sobre as ONGs negras.

Para tanto, é necessário entendermos que o conceito de identidade étnico-racial é uma ferramenta analítica que perpassa esse debate, pois baseia a “construção social do coletivo” (Melucci, 1995, p. 44).

É interessante perceber que a luta dos Movimentos sociais negros na visão de Santos (2009) vem sendo realizada desde o século 20, posicionando as demandas do Movimento que são parcialmente atendidas, mas muito mais que isso, provocam

mudanças nas dinâmicas internas e externas, fragmentam suas organizações e aprofundam suas ações frente ao Estado e a sociedade civil.

Para aprofundar as ações diante da sociedade civil e do Estado, é necessária a formação de uma consciência comum – ainda que apenas sobre os seus interesses econômicos – depende da organização da classe no sentido de comunalizar ou socializar os sentimentos e interesses comuns de seus membros bem como das “condições culturais gerais, especialmente as do tipo intelectual” (Weber, 1982, p. 215).

Ao longo da trajetória dos Movimentos sociais negros, constata-se a relevância de organizações de identidade negra como foram a Frente Negra Brasileira e a União dos Homens de Cor que se mobilizavam promovendo eventos e com fortes lideranças e redes pessoais, pois a estruturação dos grupos e a sua organização dependiam de relações pessoais entre sindicatos, grupos religiosos, universidades, partidos e clubes.

Rios (2008) aponta que o ativismo negro começou a sofrer alterações a partir de 1980, período em que os movimentos sociais negros foram se institucionalizando. Portanto, uma das maiores evidências do processo de institucionalização dos movimentos sociais negros foi o surgimento cada vez maior de ONGs.

“Desse modo, as organizações se inserem numa dimensão burocrática, administrativa e técnica, que não se expressa apenas em seu desenho institucional. Um grau elevado de profissionalismo tem sido necessário para o desenvolvimento e sustentação dos projetos sociais. Nessas estruturas de mobilização, coexistem indivíduos com perfis de liderança política- na figura do “militante” construída no protesto- e a nova figura cada vez mais em destaque: o “funcionário” e o “assessor”, que prestam serviço às organizações e tornam-se especialistas na gestão de demandas relativas à população negra” (Rios, 2008, p. 157)

Os movimentos sociais negros buscaram novas práticas e arranjos institucionais, experimentando um amadurecimento institucional, uma vez que com o reconhecimento do racismo e da discriminação, o governo federal tenta promover espaços institucionais onde o tema da equalização racial passa a ser corrente de discussão nessa temática.

O processo de mobilização realizado pelos negros foi gerando seus frutos na esfera política. Em Durban, África do Sul, no ano de 2001 ocorreu a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata<sup>7</sup>. Anteriormente à Conferência de Durban, os avanços do anti-racismo foram

---

<sup>7</sup> Ver a respeito da Conferência de Durban: ALVES (2002).

potencializados através das agências estatais. Logo, Costa (2006, p. 146) comenta que em 20 de Novembro de 1995 foi criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho Interministerial População Negra que se tratava de um conjunto ambicioso de propostas destinadas a promover a “cultura negra” e a igualdade de oportunidades para negros e brancos.

A Conferência deu uma maior visibilidade às questões de desigualdades raciais, com um resultado efetivo que foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial<sup>8</sup> (SEPPIR), que brotou da Medida Provisória nº 111, de 21 de Março de 2003, convertida na Lei 10.678, advinda do reconhecimento das lutas histórias dos Movimentos sociais negros do Brasil. Dessa forma, a SEPPIR consiste em uma instância federal em que se desenvolve e executa políticas de igualdade racial.

Porém, mesmo sendo uma iniciativa de destaque, há críticas por parte de alguns militantes negros. Segundo Santos (2005) há relatos de que lideranças negras do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, criticam a maneira pela qual a SEPPIR foi constituída, ou seja, atendendo muito mais a configurações político-partidárias e aos *lobbies* de militantes petistas do que a aspirações e necessidades dos movimentos negros.

Não entraremos nas discussões sobre as críticas da SEPPIR, pois deve-se considerar que a existência da SEPPIR e as “experiências de secretarias estaduais e municipais de combate ao racismo e promoção da população negra são exemplos de um complexo processo de *institucionalização dos movimentos negros* que inicia nos anos de 1980” (Santos, 2009, p. 247).

Portanto, os negros foram alcançando seus interesses ao passo que surgiam órgãos públicos que os defendiam. Exemplos desses órgãos são citados por Santos (2009) como elementos da institucionalização das demandas dos movimentos sociais negros nos últimos 20 anos, entre eles: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afrobrasileiras do Rio de Janeiro (Sedepron/Seafro), a Fundação Cultural Palmares, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

---

<sup>8</sup> Informações encontradas no site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, através do link: <http://www.seppir.gov.br>

Como é notório, a criação desses órgãos e secretarias amplia não apenas a discussão das relações raciais no Brasil, mas proporciona a atenção que se volta a favor dos objetivos e anseios que os Movimentos sociais negros vêm buscando gradativamente.

Assim, como bem fundamenta Guimarães (2002, p. 59) a luta contra o racismo avança no terreno jurídico-político através da Carta de 1988, com a introdução dos “direitos coletivos” e “direitos difusos”, reconhecendo como sujeito de direito, o amplo setor da sociedade brasileira organizado em ONGs e instituindo o Ministério Público como guardião desses novos direitos.

Com o funcionamento desses órgãos como o Ministério Público, formam-se programas como o SOS Racismo e a criação de Delegacias Especializadas. Um exemplo disso é a cidade de Salvador onde se criou seções especializadas no combate aos crimes raciais.

“Tratou-se, fundamentalmente, de garantir a igualdade legal dos afro-descendentes e do combate ao racismo, entre outros, através da institucionalização de mecanismos de reconhecimento das manifestações culturais brasileiras. As comemorações do tricentenário da morte Zumbi, por sua vez, foram marcadas por uma crescente politização e pela ênfase na visibilidade pública de anti-racismo, levando a que o tema, até então pauta de setores organizados ligados ao movimento negro, passasse a fazer parte da agenda de diferentes setores vinculados ao mercado, à mídia”( Costa, 2006, p.145)

Portanto, experiências como a SOS Racismo e outros serviços de atendimento por ONGs negras foi reproduzido por todo o Brasil, o que nos faz pensar na relevância dessas ONGs enquanto aspecto institucional de luta anti-racista. A dinâmica que cerca os processos de identificação étnica é sempre mais variada do que a política efetiva da identidade, que tende a não conseguir abranger toda a variedade e a diversidade existentes num dado grupo (Pierucci, 1999).

A idéia desse capítulo é trazer ao debate como o campo de luta que acompanha os movimentos sociais negros, desde a sua formação, se torna palco para as demandas políticas que emergem também dentro dos espaços das ONGs. De acordo com Fenton (2003) as disputas sociais (isto é, nas relações sociais) e societárias (isto é, ao nível de uma sociedade ou nação-Estado) são uma forma comum de mobilização da etnicidade.

Dentro dessa análise é que as ONGs conseguem vez e voz no processo de construção da identidade étnico-racial buscando a valorização do respectivo grupo. Guimarães (2002, p. 110) destaca que parte desse processo consiste no compromisso da

incorporação da população negra brasileira ao mercado de trabalho, na ampliação da educação formal, em condições infra-estruturais que desfizesse os estigmas criados pela escravidão.

Aprofundaremos mais adiante como se dá a atuação das ONGs no campo político e que repercussões essas trazem à luta antirracista e se há algum diferencial da busca já traçada pelos Movimentos sociais negros ao longo da história. Entretanto aqui enfatizamos que junto ao processo de institucionalização do movimento há o surgimento e o fortalecimento de novos atores políticos.

“Juntamente com as mudanças nas diretrizes das políticas anti-racistas adotadas pelo governo brasileiro, observam-se mudanças importantes no interior no movimento negro. Trata-se aqui de uma vigorosa diferenciação interna, processo marcado pelo surgimento e/ou visibilização de múltiplas ONGs e iniciativas que buscam articular novos interesses e diferenças no interior do movimento negro” (Costa, 2006, p. 148)

Com a relevância dessa forma contemporânea de organização política e social, de caráter étnico-racial, indicamos as estratégias e possíveis contribuições que as ONGs representam no aspecto institucionalizado e reivindicado da luta que os Movimentos sociais negros tem realizado. Tudo isso, tem considerável atenção nessa pesquisa.

Sobre o processo da institucionalização dos movimentos sociais negros e das ONGs, faz-se necessário uma reflexão adequada sobre identidade para que possamos extrair os elementos que norteiam o funcionamento das organizações negras.

Para Selznick (1971), quando uma organização adquire uma identidade própria, distinta, torna-se uma instituição. Isso envolve a asseveração de valores, da maneira de agir, além da certeza de que são sumamente importantes para sua própria salvaguarda, o que implica, portanto, uma estreita relação entre infusão de valor e autopreservação.

Portanto, a identidade étnico-racial é um elemento basilar do grupo (aqui especificado como ONGs negras) que partem do compartilhamento de uma identidade em comum para uma ação, como a Teoria dos Novos Momentos Sociais e a teoria da Mobilização Política na produção sobre a ação coletiva.

Com isso, as instituições como secretarias, partidos, grupos e organizações não-governamentais, articulam uma identidade coletiva, conforme pensa Melucci (1996) que denomina identidade coletiva como o processo de construção de um sistema de ação, uma vez que a identidade coletiva é uma definição interativa, compartilhada e

produzida por um grupo de indivíduos, relativa às “orientações” de suas ações e ao “campo” de oportunidades e constrangimentos nos quais tais ações tomam lugar.

Não obstante, a capacidade de reivindicar torna-se ampliada nos espaços institucionalizados. “Com este propósito, os cidadãos da sociedade civil se mobilizam através de múltiplos movimentos sociais e organizações não-governamentais, autônomas e autogeradoras de poder” (Frank e Fuentes, 1989).

Mesmo compreendendo que partimos da análise dos Movimentos sociais negros para entender a mobilização e articulação das ONGs, é importante frisar que, trataremos posteriormente dessa forma de organização social e política, pois não se pode deixar de considerar a relevância das experiências das primeiras organizações, que tratam diretamente do processo de afirmação e luta dos grupos no acerca da identidade étnico-racial no Brasil.

Portanto, junto ao processo de institucionalização dos Movimentos sociais negros, bem como o surgimento e aperfeiçoamento de organizações que contribuem efetivamente na construção da identidade étnico-racial: núcleos, coordenações e assessorias existentes no setor público, aqui chamadas órgãos de promoção da igualdade étnico-racial; núcleos existentes nas universidades, geralmente NEABs – Núcleos de Estudos Afro-brasileiros ou núcleos de Estudantes Negros/as; organizações do movimento social, dentre ONGs, entidades dos Movimentos sociais negros, Conselhos de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Terreiros de Religiões de Matriz Africana, Blocos Afro, Fóruns e Articulações de Entidades Negras, grupos de Hip-Hop, Associações de Capoeira, Grupos de jovens, grupos de mulheres e de LBGT que transversalizam a dimensão racial, e muitos outros.

A dimensão de luta antirracista no Brasil, transcende até mesmo as fronteiras do Estado, pois “ a defesa das nossas relações étnico-raciais sempre esteve em pauta na constituição da nossa política externa brasileira” (Santos, 2005, p. 53). Nesse sentido, as políticas oficiais em âmbito interno e externo, incorporam algumas manifestações negras e dão sentidos de autenticidade à nossa identidade nacional.

Pode-se constatar que a questão étnico-racial recebe uma particular atenção, sendo inserida em discussões e posicionamentos políticos por meio da cultura. As ações que são trazidas à política se assemelham às reivindicações da luta que os Movimentos sociais negros já apresentava desde sua fundação, pois, podemos considerar que são

frutos de “combates constantes”, principalmente no período da propagação do mito da democracia racial como discorremos anteriormente.

Dessa forma, embora não seja tema central nessa pesquisa, o Racismo Institucional é parte da realidade brasileira, ao passo que se criam órgãos em defesa e apoio a questão racial, em contrapartida não podemos ignorar a existência do racismo institucional, tendo em vista que atinge a vida de muitos brasileiros através da desigualdade entre brancos e negros que se origina no Estado.

Através do pensamento de Gilberto Freyre (1933) sobre raça e cultura no Brasil, que pode ser encontrado em sua obra *Casa-grande & Senzala*, na qual o autor concede destaque ao papel da casa grande e da senzala na formação sociocultural brasileira. Freyre compara a estrutura física, imponente da Casa-grande, que em seu imaginário expressaria o modo de organização social e política que se instaurou no Brasil, fulcrada no tipo de dominação patriarcal. (Weber, 2009).

Com isso, há o esforço de pensar na análise de Hasenbalg (1979) de como o racismo institucional enraiza as relações raciais no Brasil, na esfera do poder:

“O preconceito e a discriminação racial aparecem no Brasil como consequências inevitáveis do escravismo. A persistência do preconceito e discriminação após a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós-abolição, mas é interpretada como um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das várias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural”(HASENBALG, 1979, p. 73).

O que se faz necessário enfatizar é que com o reconhecimento da existência do Racismo no Brasil é que se buscam resultados também junto ao Estado. Logo, o que constitui o racismo institucional é a discriminação racial alimentada ao longo do tempo pelo Estado. Por conseguinte, uma definição do Racismo Institucional dentro da perspectiva que abordamos aqui é ofertada por Crisóstomo (2010) que afirma:

“É toda forma de ocorrência que coloca em uma situação de desigualdade um coletivo, neste caso, um coletivo étnico. Ele não difere dos outros tipos de racismo, mas ele acontece através das instituições, coisa que não estamos acostumados a perceber. Então o processo de desenvolvimento institucional privilegia determinado tipo de grupo étnico em detrimento de outros. O racismo institucional pode ser encontrado, por exemplo, na hora das contratações no mercado de trabalho ou quando o Estado deixa de eletrificar determinada comunidade rural, ribeirinha, e desenvolve a mesma eletrificação em uma outra comunidade étnica “(CRISÓSTOMO, 2010, p.1)

Portanto, o Racismo Institucional origina as formas de discriminação racial, uma vez que advindas do Estado e instituições, recaem sobre a sociedade civil os seus efeitos.

Diante do processo de institucionalização dos Movimentos sociais negros e da crescente participação política dos grupos negros que se tem buscado combater toda e qualquer forma de discriminação.

Com isso, ao analisarmos as ONGs, tentaremos compreender como essas organizações se mobilizam e lidam com o Estado e as instituições em seu processo reivindicatório, já que há por parte das ONGs uma preocupação com formação de equipes e assessorias que possam auxiliar em suas demandas.

Assim, de acordo com Rios (2008) é a partir de 1990 com as ONGs que surgem os projetos sociais voltados para mulheres, jovens e crianças negras no campo da saúde, da educação, da cultura, do trabalho e dos direitos humanos. Por isso, o racismo institucional é um dos focos na luta ativista negra que reivindica medidas como políticas públicas e ações afirmativas.

“O racismo interpessoal e institucional são problemas reais para os afro-brasileiros pobres e membros da classe trabalhadora. Mas suas vidas são afetadas por tantos outros problemas, e a ideologia racial brasileira oferece-lhes incentivos tão fortes para ignorar um problema que raramente assume uma forma aberta e explícita, que relativamente poucos deles respondem ao chamado dos ativistas negros para um movimento de combate ao racismo” (ANDREWS, 1998, p. 313)

Contudo, ao lidar com o racismo e a discriminação, as ONGs exercem um papel articulador, principalmente no que diz respeito à conscientização e ações com o poder público, algo que não difere muito das atividades já desenvolvidas dentro dos Movimentos sociais negros.

Após a realização da Marcha Zumbi dos Palmares Pela Cidadania e a Vida ocorrida em 1995 se organizada por diversas organizações negras em Brasília, as demandas dos Movimentos sociais negros transformam-se do “denuncismo” para demandas mais “propositivas”, pois as energias do movimento passam a ser concentradas em propostas políticas de inclusão racial, dialogando com as esferas estatais de um modo mais profissionalizado e sistemático (Santos, 2009).

É bastante significativo o ganho de resultados que alcança a agenda política racial na esfera política através de novas estratégias e práticas. De acordo com Santos (2009):

“Muitas organizações negras e ativistas ligados ao governo federal, estadual e municipal irão demandar exatamente uma resposta mais pragmática e institucional ao problema das desigualdades raciais, ainda que alguns segmentos preferissem uma postura de constante crítica e denúncia do racismo estrutural” Outro aspecto fundamental é que as relações com o aparato estatal atendem a determinados requisitos que podem ser descritos nos seguintes itens: a) atuação de ativistas negros,

geralmente independentes, sejam estes funcionários públicos ou com mandatos parlamentares; b) algum tipo de experiência com a máquina burocrática; c) percepção de aberturas institucionais ou de oportunidades políticas surgidas da relação movimento social/Estado” (Santos, 2009, p.247).

Nessa perspectiva, destacamos que não analisamos aqui a relação dos Movimentos sociais negros com o Estado, pois tratamos de visualizar como esse processo de institucionalização gerou outras demandas no conjunto da sociedade civil, como é o caso das ONGs negras que consistem em um novo arranjo institucional.

Segundo Santos (2009) o que caracteriza a ação coletiva é o caráter de “fora dos canais institucionais” ou mesmo contra os poderes instituídos, assim partindo dos Movimentos sociais negros enquanto Movimentos Sociais, o coerente à pesquisa é enxergar os seus desdobramentos.

Na esfera Estatal, por exemplo, temos casos de atuações parlamentares que buscaram defender e aproveitar este espaço em prol da população negra. Um caso notório é a experiência de Abdias do Nascimento no Senado Federal, pois o mesmo realizou várias ações explícitas em defesa dos negros.

Diante disso, a presente pesquisa não aprofunda a análise da atuação dos Movimentos sociais negros junto ao Estado, mas ressaltamos que foi uma luta constante do próprio Movimento, e não que este último saia de cena, mas que devido ao crescimento cada vez mais massivo de ONGs negras, algo que, na visão de Santos (2007) é denominado de “Processo de Organização dos Movimentos Negros”.

Na verdade, o pensamento que o autor citado acima descreve é que há certas mudanças e até mesmo certa “profissionalização” do que antes se enxergava apenas como militância.

“O militante é dessa forma transformado em funcionário-militante, sendo responsável por determinadas tarefas dentro da organização: secretário executivo, coordenador de projetos, secretária(o), assistente de projetos etc. É comum que se encontre em tais organizações pessoas que, na realidade, não são necessariamente militantes “orgânicos” e sim meramente funcionários com funções e papéis específicos” (Santos, 2007, p. 9)

Contudo, o que iremos verificar nasce exatamente dessa transformação institucional que os Movimentos sociais negros vivenciam após 1990, vendo como se processa de fato o funcionamento das ONGs, e se há por parte destas um rompimento da luta anti-racista e anti-discriminatória, pois é preciso averiguar até que ponto as ONGs se

inserir nas práticas continuadas dos Movimentos Negros ou se são apenas outras e novas formas de ação coletiva.

Não é tão simples separar as duas formas de organização, Movimentos sociais negros e ONGs negras, uma vez que há comuns fusões nas reivindicações. Mas, é importante compreender que o protagonismo das ONGs nos convida a uma análise mais detalhada, haja vista que as mesmas tem tido atuação em determinadas áreas específicas em busca da cidadanização da população negra.

É possível ver que algumas ONGs podem manter uma relação mais estreita com as demandas dos Movimentos sociais negros e outras não se aproximam muito da consistência dos Movimentos sociais negros, como bem analisa Santos (2007) em sua pesquisa, ele aponta como há organizações que são de fato atuantes em captar recursos e gerenciar projetos.

Todavia, se existe ou não essa relação de continuidade ou ruptura através institucionalização, a “onguização” se converte inevitavelmente em instrumentos de luta, cabendo aqui no presente trabalho avaliar como se dão essas atividades e os seus resultados perante a articulação e a construção do fortalecimento da identidade étnico-racial, que pauta desde muitos anos o cenário político e social brasileiro.

A luta dos Movimentos sociais negros amplia espaços e propicia novos horizontes de pesquisa. Como bem destaca Guimarães (2002):

“Novos estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil, elaborados inicialmente no âmbito da sociologia e da demografia, ganham outras disciplinas sociais, como a economia, enquanto saem das universidades e se aninham nos órgãos de planejamento estatal, a respaldar as reivindicações do protesto negro” (Guimarães, 2002, p. 165).

O protesto negro obtém ainda mais respaldo ao adentrar à institucionalidade, mas, não podemos afirmar que esse respaldo fortalece politicamente os Movimentos sociais negros, cabendo-nos refletir essa provocação que pode se apresentar no estudo das ONGs negras.

Nesse sentido, o que podemos evidenciar é que com o processo de institucionalização dos Movimentos sociais negros e com a emergência das ONGs negras converge com a idéia de Hall (1997) sobre a *Política de Representações*, pois a idéia de política de representação remete a constituição discursiva do social e implica entender representação não como expressão e apresentação públicas de realidades e relações pré-constituídas, mas como um momento constitutivo de relações sociais.

Ou seja, a política de representação refere-se a uma intervenção voltada para influenciar os termos mesmos em que o social se constitui. Hall tenta mostrar que o sujeito se articula e se posiciona conforme as possibilidades existentes. Desse modo, é possível explicar que as ONGs negras configuram a representação dos negros sob um novo olhar no contexto atual, com as possibilidades atuais.

De acordo com Costa (2006) Hall enfatiza o conceito de “novas etnicidades”, buscando enfatizar o processo de autoconstituição da identificação, diferenciando, assim as novas etnicidades de identidades adscritas como a nacionalidade ou a relação rígida de pertença a um determinado grupo étnico. Por isso, sobre a política de representações é pertinente compreender como se representa e se constitui o sujeito no antirracismo:

“Isso implica reconhecer e assumir plenamente a heterogeneidade e o descentramento do sujeito, buscar a diferença múltipla no interior da diferença binária (branco/preto) e recuperar as interseções entre raça, classe, gênero e etnia. É precisamente na articulação dessas diferenças-todas elas móveis, cambiantes, construídas no momento de sua manifestação discursiva-que o sujeito da resistência anti-racista pode se constituir” (Costa, 2006, p. 113)

Logo, o estudo das ONGs negras, trata fundamentalmente de um novo espaço político pelo qual o processo de construção da identidade étnico-racial é instrumento na formação e implementação de demandas sociais e políticas, em contexto nacional e local.

Com a projeção das ONGs negras no cenário brasileiro, cabe analisa-las enquanto sujeito coletivo, sendo tal noção de sujeito postulada por Costa (APUD HALL) uma vez que não sugere a idéia de grupos constituídos pré-discursivamente, a partir de condições objetivas, materiais e que, por assim dizer, estivessem à espera de um discurso que decifrasse sua condição comum e os constituíssem como sujeitos.

Para tanto, a maior visibilidade das ONGs negras após 1990, torna-as uma das formas contemporâneas de representação da luta antirracista, que não se encontra necessariamente nos moldes dos Movimentos sociais negros, mas expressa muitas características comuns no que diz respeito à mobilizações que buscam reconhecer e fortalecer o negro na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, é coerente averiguar o processo de construção da identidade étnico-racial e delinear como foram debatidas as relações raciais no Brasil politicamente, haja vista a complexidade da discussão dessa temática em um país que se intitulava paraíso racial.

Como se vê, a institucionalização dos Movimentos sociais negros e o aparecimento das ONGs também é consequência da continuidade de todo um processo alicerçado na identidade étnico-racial e a pertinência de tratar do processo de institucionalização, se faz na medida em que se originam secretarias, órgãos públicos e organizações acerca desse assunto.

“Institucionalização é um processo. (...) o grau de institucionalização depende da proteção que existe para a interação pessoal com o grupo. Quanto mais precisa for a finalidade de uma organização e quanto mais especializadas e técnicas as suas operações, menores chances haverá de forças sociais afetarem seu desenvolvimento.(...) não existe organização alguma de qualquer duração que esteja completamente livre de uma institucionalização” (SELZNICK, 1971, p.14)

Não muito diferente dos Movimentos sociais negros retomando as suas bandeiras histórias de “integração do negro na sociedade de classes” (Fernandes, 1965), as organizações não- governamentais que serão abordadas no próximo capítulo, refletem a face técnico-profissional e a face de mobilização social que definem a sua atuação no que se propõem realizar, uma vez que instrumentalizam a questão da identidade étnico-racial e a defendem, introduzindo-nos a um debate de idéias sobre a nova dinâmica das tensões raciais no Brasil.

## **CAPÍTULO II - A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL PELAS ONGs**

As ONGs negras desenvolvem a perspectiva da identidade étnico-racial no fim da década de 1980 e início da década de 1990, passando a incorporar demandas que já existiam nos movimentos sociais negros, mas se caracterizando principalmente pelo aparato institucional e burocrático. Dessa forma, as ONGs negras, buscam influenciar através das suas estratégias de luta, uma maior atenção por ações afirmativas e políticas públicas diante do Estado e sociedade civil. Apesar de se definirem como “não governamentais” é possível percebermos que as ONGs negras dialogam diretamente com o Estado e procuram atuar pelo reconhecimento da identidade de uma maneira mais profissional e sistemática. Para tanto, veremos nesse capítulo que ao instrumentalizarem a identidade enquanto elemento central de suas ações, as ONGs visam o apoio político e uma discussão mais incisiva sobre a realidade da desigualdade étnico-racial na tentativa de consolidar no discurso e na prática, medidas que englobem essa temática de forma a ampliar a luta antirracista.

### **2.1 AS ONGS BRASILEIRAS: UM PANORAMA GERAL**

As Organizações Não Governamentais têm alcançado um amplo espaço na sociedade, mas é necessário entendermos o seu processo de origem e as suas transformações de acordo com a conjuntura que acompanhou as mudanças e as demandas sociais.

Durante a década de 1940, o termo ONG era utilizado pela ONU para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público (Landim, 1993; 1998; Vieira, 2001). No Brasil, o termo ONG era usado para referir-se principalmente às organizações de “Cooperação Internacional“, formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do sul, com o intuito de “consolidar a democracia”.

Com o tempo, as ONGs cresceriam na medida em que os movimentos sociais perdiam sua a força mobilizadora e adotavam uma política “integradora” (diferente da contestadora dos anos 1970), através de “parcerias” com o poder público que, “na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários” (Gohn, 1997:297).

Dessa forma, o surgimento das ONGs e o seu fortalecimento convergem com o aumento da presença do terceiro setor no contexto das idéias neoliberais. Porém, vamos explorar essa afirmação mais adiante, uma vez que é preciso ressaltar que no Brasil as ONGs passaram por dois momentos históricos distintos que caracterizam e desenvolvem tais organizações.

Gonçalves (1996) concebe que, o primeiro momento histórico se dá nos anos de 1970, no período de ditadura militar, quando as ONGs eram os principais canais de expressão das demandas populares, onde havia uma crise política de confiança entre o Governo e a população.

No entanto, nesse período, as mobilizações dessas organizações não se limitaram na busca por serviços coletivos, mas vão inserir, também, em suas discussões e reivindicações, a incorporação e defesa de direitos de vários segmentos societários vulneráveis à discriminação, como já destacamos junto aos movimentos sociais.

Segundo a mesma autora, o segundo momento ocorre no final da década de 1980, quando as ONGs já direcionam suas atividades com o objetivo de suprir a fragilidade do Estado, uma vez que:

[...] responde a uma questão de outra ordem. Não se trata mais de um confronto político de confiança, mas sim de lidar com o impasse criado pela incapacidade do setor público na prestação se serviços. Está estabelecida uma crise de confiança que não tem mais o fundamento político, mas que tem fundamento econômico e que deriva da incapacidade e ineficácia do Estado em prestar a assistência demandada pela população (GONÇALVES, 1996, p. 54).

Nesse sentido, as ONGs alargam sua presença e passam a realizar apoio e parceria aos movimentos sociais “a ONG, outrora concebida para ficar ao lado e apoiando o movimento social, passa agora a ser o ator principal nesta relação. De coadjuvante do movimento social, a ONG passa a ocupar o lugar deste” (MONTAÑO, 2003, p. 271).

Embora, Montañó (2003) afirme que as ONGs passam a ocupar o lugar do próprio movimento social, mesmo não se tratando da substituição de um pelo outro, é necessário ressaltar que a partir dos anos 90, as ONGs tornam-se importantes atores

junto aos movimentos sociais negros na tentativa de dialogar com o governo brasileiro, fazendo com que as questões étnico-raciais fizessem parte da agenda política nacional.

Um fator relevante sobre o surgimento e a consolidação das ONGs é o reconhecimento de uma nova forma de articulação política, buscando maximizar os interesses já traçados dentro dos movimentos sociais, especificamente os negros.

Na visão de Villa (1999), a institucionalização e o crescimento das ONGs são viabilizados por fatores diversos e a problemática é apresentada com mais intensidade, tal que, mais pessoas e recursos sejam necessários para regular o processo, além da necessidade de maior cooperação e coordenação em medidas e programas sociais em regiões do Terceiro Mundo.

Na verdade, as ONGs surgem dentro do processo organizativo e burocrático que pretende atender as demandas sociais, sem vinculação com o Estado, ao menos teoricamente. A partir de 1980, as ONGs conseguiram legitimar sua importância, Fernandes (1997) entende por Terceiro Setor:

“composto de organizações sem fins lucrativos, criado as e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais na da caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (Fernandes, 1997, p. 27)

Vale dizer que a construção conceitual do Terceiro Setor só se potencializou com o reconhecimento e a relevância das ONGs e suas atividades, tal fenômeno se deu em larga escala no contexto internacional, quando as Nações Unidas promoveram nos anos 1990, uma sucessão de Cúpulas Sociais para construir uma agenda social global.

Já em 1999, ocorrem manifestações em Seattle, com reunião da OMC e repercussões nos governos e opinião pública atestando a legitimidade das ONGs como atores que se orientam em defesa do interesse público e da cidadania (Cadernos Abong, 2000).

Como é possível perceber, as ONGs que iniciam assessorando os movimentos sociais, inclusive com temáticas bastante específicas. Sobre esse processo Cardoso (1997) comenta:

Sua afirmação tem o grande mérito de romper a dicotomia entre o público e o privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma

esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social (Cardoso, 1997, p.8).

É nessa lógica que as ONGs se propõem atuar, buscando novas alternativas e formas de organizações. A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) é fundada em 10 de Agosto de 1991, congregando várias organizações que lutam contra diversas formas de discriminação e desigualdades.

O perfil político da ABONG é caracterizado pela resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis de modo a ampliar o espaço democrático<sup>9</sup>.

A ABONG atua em diversas áreas temáticas, objetivando agrupar e organizar as ONGs brasileiras. Em âmbito internacional mantém redes, movimentos e organizações de ONGs ao redor do mundo.

“...a maioria das ONGs brasileiras moldou seu modelo de sustentabilidade (ainda que essa nomeação seja relativamente recente entre nós) a partir de suas relações com a cooperação internacional. Em virtude de tais relações se manterem como as mais importantes para as associadas, não por decisões de ordem administrativa ou financeira, mas fundamentalmente por escolha política, há uma influência muito forte no modo como se constroem as estratégias de sustentabilidade” (ABONG, 2010)

A questão da sustentabilidade é um elemento que corresponde ao modo de como uma ação poderá ser continuada caso os recursos que a financiem não estejam mais disponíveis. De acordo com Gohn (2000), as ONGs tentam incluir os interesses e objetivos nos moldes dos movimentos sociais para atender aos moldes propostos pelo governo e agências financiadoras.

Nisso, embora o terceiro setor não substitua a forma de movimento social, que se caracteriza pelas ações coletivas, protestos e resistências, trata-se de uma reorganização das propostas de formas de gestão e políticas que se direcionam em ampliar a esfera pública e a cidadania.

A natureza do terceiro setor é produto das transformações sofridas ao longo do tempo pelos movimentos sociais e pelas associações filantrópicas e comunitárias, pois a organização desses segmentos se deu a partir dos anos 80, quando cresceu a luta por direitos.

---

<sup>9</sup> Ver maiores informações sobre a ABONG no link: [http://www.abong.org.br/quem\\_somos.php](http://www.abong.org.br/quem_somos.php)

Dessa forma, como “representantes da sociedade civil, encontramos um universo grande de organizações, movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias de vizinhança, fundações, entidades filantrópicas, "empresas cidadãs" etc. que compõem o chamado "terceiro setor” (Gohn, 2000, p.21)

Com isso, é importante conceituar o termo ONG dentro da perspectiva de VAKIL (1997), de que as ONGs são organizações privadas, independentes, de caráter não-lucrativo e movidas pela busca de melhorias na qualidade de vida de pessoas menos favorecidas.

Em síntese, essas organizações não são controladas por nenhum governo ou órgão público, mas são elementos da sociedade civil, ocupam um espaço entre os indivíduos e o Estado e oferecem a possibilidade de uma auto-organização social e ações conjuntas (LEHNING, 1998).

Para tanto, as ONGs tem sido tratadas nos estudos de associativismo e têm-se apresentado como atores políticos no exercício da cidadania. Porém, em suas diversas interpretações, as ONGs são englobadas em distintos significados devido à sua ampla abrangência. Conforme destaca Herculano (2000) é possível esclarecer a ambigüidade do termo “ONGs” analisando seus três significados. ONGs podem ser:

- 1) Entidades do Primeiro Mundo, que captam recursos para o Terceiro, viabilizando políticas de solidariedade. São as ECF (entidades internacionais de co-financiamento), que buscam carrear recursos para a execução de programas de ação do Terceiro Mundo. São às vezes apodadas, não sem certa mordacidade, como *Trangos* (ONGs transnacionais), *Quongos* (quase ONGs) ou *Bingos* (big, grandes ONGs);
- 2) Institutos e fundações do Terceiro Mundo, que recebem tais recursos da rede de solidariedade das ONGs do primeiro Mundo, e que buscam o desenvolvimento social, a animação e organização de atores políticos coletivos. Seriam as APDs ou SMPs (associações privadas de desenvolvimento ou a serviço do movimento popular);
- 3) As associações civis de cidadãos independentes, em torno de questões de interesse público;

As ONGs buscam influência junto ao Estado e à sociedade civil, principalmente no que diz respeito às políticas públicas e ao investimento em recursos para viabilizar as

suas atividades. Portanto, o termo ONG é segundo Castillo (1982), um conceito genérico, que pode se referir a centros de pesquisa, partidos, organizações sindicais, igrejas, associações profissionais, universidades, órgãos de setores populares, entidades de cooperação financeira internacional, ou localizadas no terceiro mundo e dedicadas especificamente a promover e realizar projetos de desenvolvimento.

Nesse sentido, ONG também é definida como um “novo profissionalismo” (Cernea, 1988). Dentro dessa afirmação, o nosso trabalho explanará como as ONGs negras guiam seu funcionamento, pois ao considerar a autonomia que as ONGs possuem com a que auto se definem, podemos enfatizar que tratam-se de "entidades que se apresentam como estando a serviço de determinados movimentos sociais de camadas da população oprimidas, exploradas ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social".

Mais do que não governamentais, essas entidades são definidas como "anti-governamentais" (Landim, 1988). Porém, percebe-se que na atuação das ONGs, muitas vezes não há um posicionamento “anti-governamental”, e sim articulações e coalizões para que o Estado priorize a agenda e os interesses dessas organizações.

Logo, as ONGs são complexos arranjos de muitas definições. A definição dada por Gohn (2000) sobre o terceiro setor é um tipo “Frankenstein”: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas:

“É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras; abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatório, estruturados segundo ações estratégico-rationais pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania” ( Gohn, 2000, p.12)

A contribuição de Gohn (2000) é rica para uma análise da heterogeneidade do terceiro setor, pois a autora comenta que alguns estudiosos tratam o terceiro setor como um bloco homogêneo, não contemplando as suas diferenças no que induz à simplificação e estigmatização da realidade.

Por isso, vários autores enxergam o terceiro setor negativamente, como uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta às elites, à organização e mobilização sindical e popular dos anos 80, parte das estratégias neoliberais. Outros autores apresentam otimismo exacerbado de que o terceiro setor é algo realmente novo que contribui positivamente.

Todavia, ao analisarmos as ONGs em nossa pesquisa, veremos a sua atuação no nível local e nacional, observando sua forma para realizarmos apontamentos. Petras (1990, p.67-71) indica as críticas dirigidas às ONGs, comentando que as ONGs são intelectuais institucionalizados e que tais intelectuais teriam sido paradoxalmente beneficiados pelo aprofundamento das crises econômicas que aguçaram a miséria, incrementaram a preocupação política das agências exteriores de financiamento.

Petras (1990) descreve que as ONGs se dividiram em quatro ondas temáticas. Em uma primeira onda, dedicaram-se às violações dos direitos humanos e crítica ao modelo econômico; numa segunda, aos novos movimentos sociais: de etnias, de mulheres, de cidadania. Numa terceira onda, estariam concentrados no estudo da dívida e no processo de democratização. Agora, na quarta onda, seria a vez do ambientalismo.

Contudo, o que aqui nos interessa analisar mais adiante é a questão dos movimentos sociais negros que tiveram suas demandas institucionalizadas por ONGs de cunho étnico-racial, algo que, corresponderia à chamada segunda onda temática abordada pelo autor.

A criação da ABONG em 1991 reflete essa preocupação por parte do coletivo das ONGs, na medida em que, suas associadas declaravam sua vontade em deixar de ser assessoria e mediação e se tornarem elas próprias atores coletivos (Herculano, 2000). Considerando os objetivos das ONGs, como atores políticos independentes, que Petras (1990) tece suas críticas, afirmando que as ONGs ou os chamados Centros, ignoram a questão de luta de classes, pois enquanto intelectuais institucionalizados dos anos 80, teriam assumido o lugar dos intelectuais orgânicos dos anos 60, que eram formados pelos sindicatos, movimentos sociais e partidos revolucionários.

Logo, a crítica de Petras concentra-se em acusar os intelectuais institucionalizados de terem-se desligado dos conceitos-chave que pautavam as lutas populares, algo que hoje é tido como fora de moda, conceitos como: luta de classes, imperialismo e poder popular que foram substituídos por noções de participação popular e pactos, denominando esse processo como “metafísica da pós-política”.

É importante destacar que alguns autores tratam ONGs e movimentos sociais como indissociáveis, mas partimos da compreensão do pensamento de Herculano (2000), de que o elemento da institucionalidade é basilar na composição das ONGs no Brasil:

“Apesar de alguns militantes se referirem indistintamente a ONGS e Movimentos Sociais, há, no caso brasileiro, um elemento de distinção, pelo qual ONG tem a ver com uma entidade institucionalizada, influente, inserida nos canais de diálogo com o Estado e com as organizações multilaterais, enquanto os movimentos sociais tendem a ser grupos fluidos de cidadãos em estado de carência, ora assessorados pelas ONGs, ora surgidos em episódios de manifestações e protestos” (Herculano, 2000, p. 29)

Entretanto, é comum vermos a formação de redes nas lutas sociais que envolvem os movimentos sociais e as ONGs em diálogos políticos com o Estado. As ONGs e os Movimentos procuram ser formadores de opinião e, recentemente, co-gestores da esfera pública.

Por conseguinte, essa é uma das análises que buscamos realizar sobre as ONGs e os movimentos sociais negros, tendo em vista que as “ONGs através do terceiro setor entraram para a agenda das novas políticas sociais” (Gohn, 2000).

Nessa perspectiva, observa-se que o terceiro setor não apenas entra para a agenda das novas políticas sociais, mas influencia na renovação e consolidação de políticas sociais e ações afirmativas. Apesar das ONGs se auto-definirem como “não-governamentais”, as ONGs politicamente mais avançadas têm tido o apoio público há pelo menos mais de dez anos. Para as afiliadas à Abong, o apoio governamental aumentou de 3,2% em 1993, para 18,5% em 2000, e provavelmente é maior agora. Em 2003 o governo federal destinou cerca de R\$ 1,3 bilhões para organizações da sociedade civil<sup>10</sup>.

As ONGs no Brasil são muitas e plurais, cada uma, dedica-se a questões específicas para que atinjam determinado público e demanda social. Sobre o universo das ONGs, “a multiplicidade dos atores, em todos os níveis, conforma o rico capital social do país” (Putnam, 1993), assegurando a expressão da diversidade cultural e das profundas desigualdades sociais existentes no Brasil.

Diante da pluralidade das ONGs, a ABONG busca homogeneizar o conceito de ONG, estabelecendo que as ONGs, objetivam:

- promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;
- consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;

---

<sup>10</sup> Ver maiores referências em: Relatório da Mobilização de recursos para as ONGs no Brasil, Oportunidades e desafios, 2004.

- defender os interesses comuns de suas associadas;
  - estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;
  - combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;
  - ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento;
  - promover cursos, seminários, encontros, foros de debates e grupos de trabalho, para o aprofundamento de temas relevantes da realidade nacional e internacional;
- Parágrafo Único - É vedado à ABONG avaliar projetos e intermediar a negociação de recursos das ONGs associadas (Estatuto da ABONG, 1998).

A ABONG define que para as ONGs serem identificadas como tais, é necessário que possuam CNPJ, personalidade jurídica própria como associação civil, sem fins lucrativos ou fundação; sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais; mantenham compromisso com a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático; com a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais e da justiça; tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação; e que tenham ao menos dois anos de experiência comprovada<sup>11</sup>.

Porém, convém lembrar que a ABONG objetiva identificar e agrupar as ONGs, mas que muitas mostram que funcionam sem ter esse perfil esboçado anteriormente. Assim, cada ONG traça seu perfil diante de sua proposta de atuação e articulação.

“O terceiro setor estrutura-se basicamente a partir de organizações institucionalizadas e articula-se com alguns tipos de movimentos sociais, de caráter mais propositivo e menos reivindicativo. Registra-se que em várias áreas do terceiro setor não existem sindicatos ou associações de trabalhadores, por se tratar de áreas de prestação de serviços públicos, desenvolvidos por entidades compostas com um corpo de recursos humanos basicamente de trabalho voluntário” (Gohn, 2000, p. 31).

---

<sup>11</sup> [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

Como afirma Gohn (2000), as ONGs se lançam no plano mais propositivo e menos reivindicativo do que alguns tipos de movimentos sociais, formando-se por funcionários muitas vezes voluntários, que buscam operacionalizar a prestação de serviços. Ou seja, a dinâmica das ONGs difere da dinâmica dos movimentos sociais, sobretudo em executar políticas públicas e dialogar com outras instituições.

As ONGs têm desenvolvido um forte diálogo em redes e fóruns nacionais e internacionais, passando a conviver com outros tipos de instituições, amadurecendo o processo democrático, construindo esferas públicas não-estatais e uma nova agenda em torno das questões sociais (Cadernos Abong, 1991).

Como analisaremos as ONGs negras especificamente, é importante verificarmos como as mesmas traçam seus diálogos e se ampliam e amadurecem o processo democrático, já que no geral, as ONGs são apontadas como atores políticos que têm desenvolvido amplamente esse trabalho.

Gohn (2000) constata que as ONGs são a face mais visível do terceiro setor e apenas uma das muitas frentes de ação coletiva, principalmente as ONGs que surgem a partir de 1990, pois falam em nome de um pluralismo, defendendo as políticas de parceria entre o setor público e as entidades privadas sem fins lucrativos. Logo, as ações das ONGs se dirigem a compor o terceiro setor, porque trata-se da negação do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor) para ser parte de uma outra lógica mais autônoma.

Claro que, mesmo dentro dessa lógica mais autônoma, as ONGs negras não conseguem realizar suas atividades isoladamente e precisam manter parcerias que envolvem tanto a presença do Estado como a do mercado em nível nacional e internacional.

Para Landim (2002), a independência das ações das ONGs dependem do grau de força e consistência das organizações para impor sua autonomia e negociar os recursos sem alterar seus projetos e objetivos. Todas as formas de financiamento são necessárias, e a pulverização das fontes de recursos contribuirá ainda mais para a autonomia e sustentabilidade das organizações de assistência social, uma vez que muitas vezes as ONGs falam em nome do desenvolvimento.

A questão é que as ONGs se caracterizam fortemente pelo apoio e financiamento de seus projetos por organismos internacionais, sendo cada vez mais numerosas e institucionalizadas, diferentemente do modelo de ONG que emergia entre 1970 e 1980

que eram formadas por militantes, ativistas políticos e exilados, as ONGs entram num ritmo de burocratização, institucionalização e racionalidade.

“Uma tendência já evidente nas ONGs brasileiras é a especialização, uma parte para desenvolver competência institucional, em parte para ganhar apoio do público. Uma instituição precisa ter sua identidade e papel claramente definidos, se o seu perfil for confuso, ninguém se identificará com ela. Especialização também facilita ganhar o know-how para manejar projetos mais complexos que atrairão recursos do governo e fontes oficiais no exterior” (Brailey, 1999, p. 99)

Com essa perspectiva, tratamos em um próximo ponto desse capítulo na pesquisa de como as ONGs utilizam a identidade étnico-racial no interior de suas ações, uma vez que estas baseiam as suas convicções no pertencimento étnico-racial.

Sobre isso, percorremos como são e como atuam as ONGs de cunho étnico-racial, uma vez que inserem principalmente o elemento da identidade para guiar suas reivindicações e a sua participação política.

“No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, muitas organizações negras modificam-se ou surgiram tomando formas de Organizações Não-Governamentais (ONG), com base no financiamento de agências de cooperação internacional e com equipes profissionais remuneradas. Essas instituições rapidamente se expandiram, ocuparam um grande espaço político e passaram a liderar a luta anti-racista e “representar” os interesses da população negra em diversos campos, como cultura, educação, pesquisas, trabalho, assistência a mulheres, crianças e adolescentes, defesa jurídica e participação política” (Nascimento, 2007, p. 3)

Com isso, adentramos na especificidade das ONGs de identidade étnico-racial, bem como a sua trajetória na construção identitária e pertencimento racial, uma vez que a instrumentalidade da identidade impõe a realização dos objetivos das ONGs que se propõe representar e alcançar os interesses e metas da população negra como um todo.

## **2.2 A PERSPECTIVA DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL COMO INSTRUMENTO NAS ONGs**

Nessa seção tratamos das ONGs que compõem suas agendas e práticas baseadas na identidade étnico-racial, pois dentre as ONGs de temática específica, nos convém examinar o aprofundamento daquelas que tratam objetivamente do racismo, discriminação, preconceito, a desigualdade racial e sobre as políticas públicas contra esses problemas.

É importante ressaltar que, embora frisando o papel das ONGs, desse ponto em diante é interessante reconhecer a relevante contribuição que os movimentos sociais negros deram a essa luta histórica, pois as ONGs têm tentado dar prosseguimento, uma vez que foram os movimentos sociais negros que, atuaram num primeiro momento por quase um século contra o racismo e a discriminação no Estado brasileiro e sua sociedade, e em um segundo momento lutou pelo espaço de propostas de políticas públicas (Nascimento, 2007).

Dessa forma, boa parte dessa luta pelas propostas de políticas públicas nasce de diversas organizações e movimentos da sociedade civil no contexto da chamada Constituição Cidadã de 1988, passando a exigir do Estado melhorias de vida e maior democratização.

No caso dos movimentos sociais negros não se deu diferente, pois a constituinte conseguiu que artigos fossem aprovados para a elaboração da lei 7.716, denominada Lei Caó, em 1989 e para medidas de ação afirmativa que, atualmente, estão em fase de implementação.

Todavia, as ONGs se destacam no âmbito da luta antirracista e se expandem pelo Brasil, desenvolvendo um papel peculiar ao unir essa luta com as demais necessidades da população. Nascimento (2007) expõe sua visão sobre esse fenômeno a partir de 1980:

“No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, muitas organizações negras modificam-se ou surgiram tomando formas de Organizações Não-Governamentais (ONG), com base no financiamento de agências de cooperação internacional e com equipes profissionais remuneradas. Essas instituições rapidamente se expandiram, ocuparam um grande espaço político e passaram a liderar a luta anti-racista e “representar” os interesses da população negra em diversos campos, como cultura, educação, pesquisas, trabalho, assistência a mulheres, crianças e adolescentes, defesa jurídica e participação política” (Nascimento, 2007, p.3)

Com isso, se originam algumas das principais organizações de cunho étnico-racial como: A Casa Dandara, criada em 1987, em Belo Horizonte; O Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988 em São Paulo; O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), criado em 1989 no Rio de Janeiro; O Centro de Estudos de Relações Trabalho e Desigualdade (CEERT), em 1990 em São Paulo; A Criola, criada em 1992 no Rio de Janeiro dentre outras.

Junto ao processo de surgimento e expansão dessas organizações, Nascimento (2007) também nos chama a atenção para o trabalho especial da Associação dos Ex-

alunos da FUNABEM (ASSEAF), fundada em 1979. O trabalho de denúncia de assassinatos de crianças negras e as articulações para conseguir apoio a esse trabalho abriram as portas dos financiamentos das Agências Internacionais no período fundamental para a consolidação das diversas ONGs negras que surgiram na década de 1980. O CEAP tem origem neste processo sendo criado por um grupo de fundadores da ASSEAF para dar continuidade ao trabalho iniciado em 1979.

Portanto, as ONGs negras passam a se consolidar no universo das entidades e a se pluralizar. Nas palavras de Landim (1993) as ONGs passam a fazer uso de palavras-chave como “cultura”, “tradição” e “história”: a criação de uma “identidade étnica”, de uma “consciência negra”, conforme as crenças dos agentes desse campo, passam pela identidade cultural, pensada basicamente enquanto recuperação simbólica de elos perdidos na história, de tradições abafadas – e a religião “afro-brasileira” tem aí um lugar.

Diante desse processo, surgem fortemente as entidades dedicadas à pesquisa (história do negro, cultura negra, racismo, etc.); assim como clubes, associações artísticas e recreativas passaram a ganhar novas identidades entrando no conjunto de redes de relações das “ONGs” ou do “movimento negro”, assim como blocos de carnaval, grupos de música a dança afro-brasileira, etc.

Landim (1993) nos fornece um exemplo elucidativo do processo de virar “ONG”, sobretudo no contexto das ONGs negras como estamos abordando nesse trabalho, com esse exemplo é possível fazer uma reflexão a respeito do que é socialmente reconhecido como “ONG”, pois Landim aponta que o Grupo Cultural Olodum é nacionalmente consagrado enquanto grupo musical da chamada “música afro” e que o Grupo pertence à Associação Brasileira de ONGs, sendo reconhecido como “ONG”.

Ao entrevistar um dos diretores do grupo, na assembléia da ABONG em novembro de 1992, Landim questiona o porquê do “Olodum” ser uma “ONG”, já que, de acordo com sua idéia, tratava-se apenas de uma banda originária de um bloco de carnaval.

“ – É porque, com o tempo, junto com o bloco afro de carnaval – que foi fundado em 79 – foram nascendo outras estruturas que nos permitiram ser “ONG”. A partir de 84, tivemos o nosso estatuto mudado, viramos o Grupo Cultural Olodum. Porque passamos a ter teatro, uma escola criativa (a banda mirim Olodum), um departamento de cultura responsável pela formação da política social a cultural da entidade... E desenvolvemos três objetivos principais: luta contra o racismo; luta contra a pobreza, tomando a área das crianças de rua; a luta contra a violência – até porque somos (os negros) vítimas preferidas da polícia. Isso tudo nasceu em grande parte do papel do Olodum no bairro, o Pelourinho. A violência, aí, contra prostitutas, negros, é grande, e começamos a questionar tudo isso. Conseguimos politizar essas relações, que se iniciaram a partir da criação, pelos

moradores, de um bloco para brincar o carnaval.(...) Não tivemos no início a opção pela questão do negro, a pobreza irmana. Só depois é que viramos movimento popular negro.(...) Comportamentalmente, esses enfrentamentos já existiam. Tinham que ser traduzidos em política, a em ações durante o ano todo, sem perder o lúdico – e resistir às utilizações pelos políticos de plantão”.( Landim, 1993, p. 45).

Diante desse exemplo, é possível identificarmos alguns elementos constitutivos que permitem mostrar o processo e as condições de existência de uma ONG misturando os elementos que contemplem a formação da identidade e as suas reivindicações políticas, ou seja, parece-nos um esforço tanto de âmbito interno da organização quanto externo que objetiva legitimação e reconhecimento.

Assim, a identidade étnico-racial é apropriada pelas ONGs, em linhas gerais, esse processo é delineado pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais), pois enquanto Instituto proporciona muitas informações sobre o tema das relações étnico-raciais e de como as ONGs tem atuado na busca pela ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania dentro dessa questão.

Nesse sentido, Heringer (2000) esboça as atividades do IBASE em relação à temática étnico-racial, indicando o período que vai de 1985 a 1995, observando as atividades pontuais do Instituto frente à abordagem dessa problemática no Brasil. Para tanto, Heringer descreve esse período de 10 anos de trajetória do IBASE, definindo as respectivas atividades:

De 1985 a 1987 tem-se a organização de um banco de dados para consulta sobre "indicadores sociais", incluindo aí as condições de vida da população negra, bem como um clipping com informações sobre casos de discriminação racial divulgados na grande imprensa; em 1985 a equipe responsável pelo banco de dados elabora o artigo "Mercado de trabalho e discriminação racial no Brasil", analisando as estatísticas nacionais disponíveis sobre mercado de trabalho e cor.

Em 1988, o ano da comemoração do Centenário da Abolição, constituiu-se num marco importante, estimulando o trabalho de várias organizações sobre o tema, incluindo o IBASE. Desenvolveu-se um projeto específico: "Organização e Difusão de Informações sobre o Negro no Brasil", realizando-se as seguintes atividades: a Seleção e organização de dados estatísticos sobre a população negra no Brasil; pesquisa sobre o perfil do movimento negro na região metropolitana do Rio de Janeiro e Produção do audio-visual "Negro, Sim!", baseado em pesquisa realizada pelo IBASE sobre discriminação racial no Estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito a estas atividades desenvolvidas no contexto do centenário da Abolição, deve-se destacar a influente presença de setores da Igreja Católica, através da Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros e dos Agentes de Pastoral Negros. Estes últimos procuraram a assessoria do IBASE em 1987, justamente com o objetivo de realizar em conjunto uma pesquisa sobre a discriminação racial, desenvolvida durante o ano de 1988.

Deve-se lembrar também que o tema da Campanha da Fraternidade da CNBB naquele ano foi justamente a questão racial, apesar da resistência de alguns setores dentro da igreja. O Conselho Mundial de Igrejas e o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), ambos ecumênicos, também constituíram-se em importantes parceiros e estimuladores de atividades específicas sobre este tema por parte do IBASE. A tônica dos projetos desenvolvidos durante o ano de 1988 poderia ser resumida da seguinte forma: interesse em refletir sobre o racismo tal como praticado no cotidiano da sociedade brasileira; sistematização de informações que permitissem dar visibilidade ao racismo e preocupação em divulgar a atuação dos movimentos sociais negros.

Em 1989 houve a publicação e a divulgação do livro "Negros no Brasil: dados da realidade" (Petrópolis: Vozes), resultado das informações levantadas através do projeto desenvolvido em 1988. Este livro, organizado na forma de uma coletânea de dados quantitativos e qualitativos disponíveis sobre a situação nos negros no Brasil teve uma ampla divulgação entre as entidades do movimento negro a nível nacional.

Entre 1989 e 1991, ocorreu a Campanha "Não deixe sua cor passar em branco/ Responda com bom (c)senso". Coloca-se aqui novamente a preocupação em dar visibilidade à população de origem africana e a percepção da necessidade de forjar uma identidade coletiva para este grupo, através da auto-identificação.

É possível enxergamos que não basta apenas a conscientização de ser negro, é preciso a afirmação e a auto-identificação para que a questão identitária tenha visibilidade e exista como tal.

Apesar do adiamento do censo de 1990 para 1991, a campanha foi uma iniciativa de sucesso na articulação de parcerias, inclusive com setores não tradicionalmente atuantes junto às ONGs (agências de publicidade, por exemplo). Esta campanha constituiu-se numa ação voltada para um público ampliado, de massa, não mais os grupos beneficiários específicos em escala micro com que as ONGs usualmente trabalhavam.

E, por fim Heringer (2000) destaca as ações do IBASE no período de 1992 a 1995, demonstrando que após a realização da campanha do censo, o IBASE continuou sendo uma referência importante com relação à questão racial, mas já não possuía nenhum projeto específico nesta área.

A partir de 1994, surgiram novas iniciativas de rearticulação da questão racial, tais como área de atuação da instituição, a realização de um seminário interno, recuperando a trajetória do IBASE em relação ao tema e reuniões com membros da direção, elaborando-se um projeto que seria desenvolvido em 1995, que não chegou a se concretizar.

Já o ano de 1995, com o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, surge uma nova onda de eventos e comemorações, porém estas foram desenvolvidas em grande parte por entidades dos movimentos sociais negros e ONGs que atuavam especificamente neste campo.

A Revista Democracia, editada pelo IBASE, publicou em novembro de 1994 a matéria de capa intitulada "300 anos da morte de Zumbi: o que mudou?". No artigo, os autores, então pesquisadores do IBASE, destacavam "que qualquer projeto de mudança ou melhorias nas condições de vida da população negra é uma tarefa dos vários setores da sociedade brasileira que lutam por sua democratização, não cabendo, portanto, exclusivamente aos negros ou a grupos vanguardistas no interior da comunidade negra".

Na verdade, embora Heringer (2000) reconheça a importância das atividades desenvolvidas pelo IBASE, a autora comenta que os projetos específicos direcionados às questões étnicas raciais são louváveis, mas tais projetos não estavam imbricados com a análise econômica, o debate sobre políticas públicas e a assessoria ao movimento sindical, na relação com os movimentos sociais etc. Logo, eram tratados como um tema específico e isolado, e esse fator fez com que a temática se diluísse nas ações políticas.

Dessa forma, outro elemento também é destacado por Heringer, na afirmação de que as questões étnico-raciais não foram satisfatoriamente contempladas pelas ONGs de desenvolvimento, ao longo desses anos já descritos. Para a autora há uma tensão entre o universal e o particular, presente na trajetória do IBASE, para além de demais projetos.

O interessante é que através da pesquisa de Heringer, enxerga-se o profundo diálogo que nossa pesquisa realiza com a sua idéia, pois a autora esclarece como a atuação dos movimentos sociais negros como agentes de pressão para incorporação de suas demandas pelas ONGs deu-se de maneira diferenciada, uma vez que a crescente

institucionalização dos mesmos e as estratégias desenvolvidas por essas novas ONGs podem ter tido um efeito de "desobrigar" ainda mais as ONGs não específicas, a atuarem com relação a este tema.

Ou seja, as ONGs específicas de cunho étnico-racial vêm-se diante do desafio de enfrentar as articulações pontuais perante a negação da relevância desse debate no Brasil, fazendo com que essas organizações adquiram uma discussão incisiva acerca de seus interesses e objetivos, para alcançar a especificidade da questão antirracista e anti-discriminatória.

Não obstante, se denota a construção e as práticas que legitimem a instrumentalidade da identidade étnico-racial como basilar na bandeira de luta das ONGs, pois buscam incluir o elemento da identidade como central e passam a definir as prioridades em torno dessa questão.

A problemática da identidade étnico-racial ganha um novo fôlego de discussões, abrindo as velhas questões dos anos 1950 e 1960, pois as relações étnico-raciais eram pensadas até esse momento, de maneira a conformar uma “democracia racial”, a desconstrução desse mito, apoiada, além disso, em numerosas e consistentes pesquisas acadêmicas (Cf. FERNANDES, 1965; CARDOSO, 1962; HASENBALG, 1979) levará a uma problematização identitária, posto que a realidade da desigualdade entre negros e brancos tornava a idéia de “democracia racial” insustentável.

Um grande aspecto a ser reconhecido na instrumentalidade da identidade étnico-racial pelas ONGs é a partir do marco da Conferência de Durban em 2001, pois as ONGs ampliam o espaço de discussão sobre políticas que envolvam a questão étnico-racial, conseguindo exercer uma forte participação e pressão política.

Antes de falarmos da importância da Conferência para a luta antirracista, convém lembrar que houve muito esforço e discussões que giraram em torno da produção de um relatório sobre a vida dos brasileiros negros e das relações étnico-raciais no Brasil, tal relatório foi apresentado na Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago do Chile, como preparação para a Conferência Mundial de Durban.

“O relatório enfatizava a existência de racismo e de preconceito em relação aos negros no Brasil. Um dos pontos mais polêmicos do relatório foi a reivindicação de medidas de reparação e a adoção de ações afirmativas para a população negra, por parte do poder público. O Movimento Negro viveu um momento único de união em função de Durban, havendo uma articulação sem precedentes no que se refere à obtenção de consensos norteadores para a participação do Movimento na Conferência”(Trap; Silva 2010)

É relevante tratarmos na Conferência de Durban ao adentrarmos no terreno das ONGs negras, pois é um evento significativo nas estratégias de ação política e através dela, os movimentos sociais negros brasileiros ganharam respaldo diante da comunidade internacional com a sua atuação, uma vez que muitas das reivindicações dos movimentos foram inclusas no documento final de Durban (ONU, 2002).

Nesse sentido, pode-se apontar importantes mudanças na constituição do antirracismo e do Movimento Negro no Brasil no contexto pós-Durban. É dentro dessa perspectiva que Costa (2006), comenta não somente a importância, mas os efeitos da Conferência:

Para a política interna brasileira, a Conferência da ONU contra o racismo de 2001 representa um importante ponto de inflexão, já que, pela primeira vez, ocorreu um debate de amplitude nacional sobre o racismo, apresentando-se novos dados e argumentos que comprovam, de forma irrefutável, a discriminação contra os afrodescendentes (Costa, 2006, p. 150)

Assim, houve uma forte presença brasileira dos movimentos sociais negros e das ONGs antirracistas, o que amplia a atuação política desses no cenário nacional. A Conferência de Durban representa, portanto, um importante momento para a história do Movimento Negro no Brasil, pois, além da transnacionalização do discurso no sentido político-identitário, suas estratégias de ação política ganharam força ao serem traduzidas, posteriormente, na implementação de uma série de políticas públicas de caráter afirmativo. (Heringer, 2002).

Portanto, a instrumentalização da identidade étnico-racial pelas ONGs passa por grandes ganhos também no contexto pós-Durban, passando a demandar ainda mais políticas públicas na especificidade do afrodescendente. Por conseguinte, isso se deve ao processo abordado por Gohn (2000, p.35) quando a autora se refere que as ONGs militantes passaram ao longo dos anos 90 tentando fazer com que o “novo”, o “propositivo” fosse absorvido e assimilado, e só no final da década que as ações associativas pipocam pelos quatro cantos do país, unindo o militante com o propositivo, reconstruindo também o discurso, passando a operacionalizar as demandas específicas.

Por isso, algo notório é essa fusão entre o militante e o propositivo dentro das ONGs de cunho étnico-racial, que se consolidou ainda mais após a Conferência de Durban, sendo originária de um processo gradual desde 1990 que tornou o protagonismo dessas ONGs ainda mais forte.

Um aspecto a ser destacado nesse processo de construção e consolidação das ONGs no Brasil, é apontado por Landim (1993), que confere como o “estímulo” da “Cooperação Internacional” tem sido parte constitutiva na construção do campo e talvez seja elemento necessário à formação de outros conjuntos de forma tão estruturada quanto esse.

No entanto, o reconhecimento como “ONGs” de outras organizações e conjuntos de organizações que não se fazem presentes nessas instâncias mencionadas, implicando em outras histórias institucionais, outros ideários, outras posições no espaço social, agentes de origens e biografias diversas, evidenciou-se na cena social e política brasileira dos últimos anos.

Outros acontecimentos, envolvendo diferentes padrões de legitimidade e consagração fizeram inclusive com que a cotação do nome “ONG” subisse no mercado simbólico do universo “sem fins lucrativos”. Novas (ou antigas) entidades vão surgindo, nas disputas pela nomeação e obtendo reconhecimento público – e mesmo, pelo próprio conjunto “a serviço do movimento popular”, o que mais investiu no trabalho de invenção teórica e prática das chamadas “ONGs”.

Sobre a influência da cooperação internacional nas ONGs negras, Domingues (2008) comenta que isso é um aspecto que corresponde à vulnerabilidade política dessas organizações:

“Atualmente, proliferam ONGs que realizam trabalhos a favor da comunidade negra, no campo da assistência jurídica, da educação, da saúde reprodutiva. São projetos e experiências que vêm apontando saídas alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população negra. Entretanto, essas organizações ficam vulneráveis politicamente. Muitas delas desenvolvem ações subordinadas às linhas de financiamento de governos ou de agências estrangeiras, o que implica, em alguns casos, a perda da autonomia ou a mudança de suas metas e prioridades (Domingues, 2008, p.110)”

Domingues (2008) complementa seu pensamento sobre a presença dessas agências financiadoras estrangeiras, pois algumas foram denunciadas pelos movimentos sociais negros na década de 1980, como foi o caso da Fundação Ford, sendo acusada como uma das agências propulsoras de programas de esterilização em massa de mulheres negras nas principais capitais do país.

Todavia, não nos aprofundaremos nas questões referentes ao financiamento ofertado às ONGs, pois não focaremos isso na pesquisa. O importante a ser destacado é

entender como a identidade étnico-racial toma centralidade na agenda nas ONGs negras e os motivos que compõem esse processo.

Como tratamos nessa seção sobre como é instrumentalizada a identidade étnico-racial pelas ONGs, é interessante verificar a avaliação realizada por Darien Davis (2000:54), pois o autor traça uma abordagem de que as ONGs tendem a ser de cinco tipos principais: 1) as que se concentram na educação e promoção cultural; 2) serviços legais que tratam diretamente das questões de direitos humanos e civis e ajudam os afro-brasileiros a apresentarem queixas formais às autoridades; 3) grupos que tratam de necessidades psicológicas, como a auto-estima; 4) grupos que focalizam a questão do emprego e da aquisição de habilidades para o mercado; e 5) organizações que se concentram nas necessidades das mulheres afro-brasileiras.

Logo, nota-se que mesmo as ONGs de caráter étnico-racial funcionam com diferentes diretrizes, o autor apontou no quinto elemento que muitas organizações focam na necessidade das mulheres afro-brasileiras, de fato destacaremos nossa análise nesse ponto, observando como muitas ONGs englobam essa questão como bandeira de luta e encontram respaldo nas reivindicações dos movimentos sociais negros, pois buscam exaltar a importância e a relevância cultural e histórica do negro na sociedade brasileira.

Para tanto, uma das estratégias políticas utilizadas pelas ONGs é a de pautar a afirmação da identidade étnico-racial positivamente, produzindo a auto-estima como acredita Domingues (2008), que consiste na etapa de (re)encontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica.

“Muitos ativistas admitem que, por intermédio das atividades do movimento negro, aprenderam sobre personagens e acontecimentos históricos importantes dos africanos em diáspora e seus descendentes, como Zumbi dos Palmares e a Revolta dos Malês. Além disso, pululam boletins, jornais e revistas da “raça”, clubes e bailes *blacks*, cosméticos e salões de beleza *afro*, bem como campanhas – por meio de camisetas, pingentes, etc. – com *slogans* do tipo: *Negro é lindo!*, *Negro 100%*. Impulsionada politicamente, essa revalorização da negritude pretende funcionar como mecanismo pedagógico de construção do orgulho racial” (Domingues, 2008, p. 113)

De fato, a identidade étnico-racial passa a ser algo a ser valorizado e evidenciado pelas ONGs, uma vez que as ONGs ainda que com enfoques diferentes sempre organizam as atividades ligadas à cultura, objetivando uma conscientização de quem se é e pelo o que se luta. Como constata Barcelos (1996:202), “a estratégia parece ser

reforçar a diferença com base nos fatores culturais e viabilizar um projeto político específico na comunidade negra”.

Com isso, as práticas culturais cumprem um papel essencial na luta antirracista das ONGs negras e compõem boa parte das suas atividades e redes de cooperação, pois baseiam a essência da luta política e através dessas, reforçam o sentimento identitário e a afirmação da identidade e da cultura. Nesse sentido que Sodré (1999) explana sobre identidade e nos faz refletir sobre as práticas das ONGs:

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente. (Sodré, 1999, p.34)

Portanto, a atuação das ONGs passa pelo processo de integração da história do indivíduo com a do grupo, ou seja, em uma constante construção, capaz de agrupar indivíduos que se identificam étnico-racialmente, como pertencentes a um determinado grupo, pois o que as ONGs buscam é evidenciar a principal questão: a identitária para legitimar suas ações no plano político, tendo em vista que isso consiste em um grande desafio na realidade que foi implantada ao brasileiro, a de que o “Brasil é um amálgama de mestiços de diferentes origens raciais e étnicas, cuja raça e etnicidade foram perdidas, a fim de ganhar a nacionalidade brasileira” (Guimarães, 1999, p.215).

Porém, ainda que seja um desafio a ser superado, as ONGs parecem concentrar esforços nesse sentido, direcionando um fortalecimento da identidade para a própria legitimação de sua existência.

Sansone (2000) retrata a mercantilização, consumo e globalização dos objetos da identidade negra e diz que as ONGs negras tem contribuído fortemente para a importação e a distribuição de diversas expressões mercantilizadas da identidade negra, utilizando-se da parafernália como rastafári e slogans a exemplos de "black is beautiful" e, mais recentemente, conceitos como "empowerment". E acrescenta ressaltando que:

Fundações estrangeiras, como Ford, Rockefeller, Interamerican, Novib, MacArthur e Icco, que sustentam vários programas sociais, criaram um ambiente favorável à circulação de objetos negros e *slogans*, fazendo da promoção de políticas de identidade uma de suas prioridades neste país historicamente pouco inclinado à promoção da diversidade étnica. De fato, as agendas dessas fundações, das ONGs internacionais e nacionais e das organizações de ativistas negros são muito

interligadas. Todas estão interessadas na promoção de políticas de identidade <sup>34</sup> e isso gera um novo espaço para a circulação e a mercantilização de objetos negros. (Sansone, 2000, p.6)

Interessa-nos aqui compreender como as ONGs compõem as suas agendas e baseiam seus princípios, objetivos e lutas. Não obstante, precisamos identificar tais tarefas desempenhadas pelas ONGs no tocante ao antirracismo no Brasil, pois lançam propostas que visam resultados concretos, através das políticas públicas e ações afirmativas.

Nesse sentido, é importante a análise das ONGs ativistas na promoção dessas políticas para podermos averiguar o nível de expressão dessas ONGs, bem como o poder de influência que possam exercer, de articulação e ação e refletir em que medida tem se dado a luta das ONGs de aspectos étnico-raciais, pois como pudemos constatar, há demandas que são traçadas em âmbitos bastante específicos.

Assim, é preciso também verificar o processo de afirmação da identidade, que é contínuo nas ONGs, com a idéia de que a categoria racial como construção, remete a um outro patamar, o de ser negro, ainda que possa ter componentes biológicos, não se esgota nesses componentes, é parte de uma construção identitária em que a identificação racial é também social e culturalmente construída.

A identidade étnico-racial passa a ser construída e articulada, o que faz com que entremos na discussão fundamental de como se faz a luta por estratégias de afirmação da identidade, possibilitada pelas políticas públicas e ações afirmativas por contemplarem o debate contemporâneo do ser negro no Brasil na atualidade.

Portanto, o papel desempenhado pelas ONGs e as pressões exercida pelas mesmas em âmbito político e social, definem as suas diretrizes tentando operacionalizar as suas demandas e objetivam resultados concretos na diminuição da desigualdade étnico-racial.

### **2.3 A LUTA POR ESTRATÉGIAS: FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS**

A partir desse ponto, tentaremos expor como as ONGs étnico-raciais buscam não apenas formular, mas fortalecer e impulsionar as políticas públicas voltadas para a

especificidade da causa, uma vez que com as “parcerias”, as ONGs tem possibilidade de participarem da implementação e co-gestão de políticas públicas de caráter social (Montaño, 2003, p. 271).

Nesse sentido, é interessante identificar e avaliar essa questão, pois é no âmbito dessas políticas e ações afirmativas que as ONGs podem avaliar e constatar os seus principais resultados e desafios. É importante considerarmos que, as ONGs étnico-raciais, ainda que atuem de forma mais específica na causa “étnico-racial”, funcionam como as demais ONGs no Brasil, com pressão política e fins objetivos.

Dentro desses, é relevante pontuarmos os conceitos de Política Pública e Ação afirmativa, para enxergarmos a forma como as ONGs étnico-raciais impulsionam as suas respectivas práticas.

Dessa forma, existem muitas definições sobre o que seja política pública, não existindo uma única, nem a mais adequada definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo sentido: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Dentro da questão étnico-racial, o público-alvo é a população negra, pelo qual as ONGs negras tentam justificar por quê e como realizar políticas públicas.

Como é possível constatar, muitas das definições de política pública, envolvem o Estado e o seu papel como ator político no desenvolvimento da política pública, porém o que aqui destacamos é que há possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos, outras instituições e grupos sociais, e mais precisamente em Organizações não governamentais.

Na visão de Souza (2006) as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual os pesquisadores de tantas disciplinas: economia, ciência política, sociologia,

antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Portanto, como focamos aqui o papel das ONGs negras na formulação das políticas públicas e até que ponto elas influenciam e pressionam na execução das mesmas, cabe-nos relacionar esse processo no campo teórico do Neoinstitucionalismo, pois estamos abordando especificamente instituições que têm um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas.

Souza (2006) enxerga que uma grande contribuição a esse debate foi dada pela teoria da escolha racional pelo questionamento de dois mitos. O primeiro é o de que, conforme mencionado acima, interesses individuais agregados gerariam ação coletiva (Olson, 1965). O segundo é o de que a ação coletiva produz necessariamente bens coletivos (Arrow, 1951).

Com isso, amplia as definições sobre políticas públicas que são, em uma democracia, questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivos e, na formulação da escolha racional, requerem o desenho de incentivos seletivos, na expressão de Olson, para diminuir sua captura por grupos ou interesses personalistas.

A idéia de decidir tratar as políticas públicas encabeçadas pelas ONGs étnico-raciais no Brasil, sob o ponto de vista Neoinstitucionalista, é para frisar que enquanto instituições que tratam a questão étnico-racial, essas constroem socialmente a sua base de luta política, são grupos de ação coletiva para fins comuns.

“Assim, o que a teoria neo-institucionalista nos ilumina é no entendimento de que não são só os indivíduos e grupos têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições. A contribuição do neo-institucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas” ( Souza, 2006, p.39)

Com isso, aqui podemos indicar um dos grandes desafios às ONGs étnico-raciais, que pautam suas questões principais na mesma linha do que era proposto pelas reivindicações dos movimentos sociais negros, e agora se vêem desafiadas a aprofundar seu funcionamento e seus arranjos institucionais, objetivando formular estratégias que dêem conta dos seus interesses na arena política e social.

É necessário pensarmos até que ponto o modelo institucional de uma ONG pode dar conta das novas demandas, uma vez que Mello (2007) aponta que diante de novas exigências, como transparência, responsabilidade pública, eficiência organizacional, os

atores que fazem parte de movimentos sociais, como organizações não-governamentais, se vêem no desafio de construir novos formatos organizacionais e até institucionais.

Para isso, dois pontos essenciais dessa pesquisa tentar identificar o papel das ONGs étnico-raciais, no processo de políticas públicas e ações afirmativas no Brasil, pois, partimos do pressuposto de que existe uma considerável participação por parte das organizações, sendo importante analisar as suas estruturas, idéias e ações. Após termos definido em que consistem as políticas públicas e termos adotado como análise a perspectiva neoinstitucionalista, cabe-nos definir o que são e como são as ações afirmativas para, a partir disso, entendermos a atuação das ONGs nessas duas esferas.

O termo *ação afirmativa* chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, como um reflexo das experiências históricas e debates desenvolvidos em outros países. De acordo com Moehlecke (2002) A expressão tem origem nos Estados Unidos, local que ainda hoje se constitui como importante referência no assunto. Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos.

Durante esse período começam a serem eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país e os movimentos sociais negros surgem como uma das principais forças atuantes com lideranças de projeção nacional apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos.

Nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Outros países também experimentaram as ações afirmativas e são várias as suas representações que deram forma ao que se entende por ação afirmativa.

“... a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Seu público-alvo variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. As principais áreas contempladas são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política” (Moehlecke, 2002, p. 199).

Um dos aspectos resultantes das ações afirmativas foi o sistema de cotas, embora não nos interesse focar nessa problemática aqui, pois tem sido um tema amplamente debatido na academia e na sociedade brasileira nos últimos anos, faz-se relevante sua menção. Um dos autores que apresenta bem a idéia de ação afirmativa dentro da abordagem da nossa pesquisa é Antonio Sergio Guimarães (1997), pois apresenta uma definição da ação afirmativa baseado em seu fundamento jurídico e normativo.

A convicção que se estabelece na Filosofia do Direito, de que tratar pessoas de fato desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade inicial entre elas, expressa uma crítica ao formalismo legal e também tem fundamentado políticas de ação afirmativa. Estas consistiriam em promover privilégios de acesso a meios fundamentais educação e emprego, principalmente a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente (1997, p.233).

Além disso, a ação afirmativa estaria ligada a sociedades democráticas, que tenham no mérito individual e na igualdade de oportunidades seus principais valores. Desse modo, ela surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e mores pautam-se pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres, justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade, devendo, por isso, tal ação ter caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo restrito (1997, p.233).

Essa definição sintetiza o que há de semelhante nas várias experiências de ação afirmativa, qual seja, a idéia de restituição de uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu. Na explicitação desse objetivo, também se diferencia de práticas discriminatórias raciais, étnicas ou sexuais, que têm como fim estabelecer uma situação de desigualdade entre os grupos.

No Brasil, há o mito da democracia racial, que retratamos no primeiro capítulo da nossa pesquisa como algo que se instaurou como realidade em nossa sociedade, para “mascarar “a desigualdade étnico-racial em nosso país, e devido a sua presença o debate sobre ações afirmativas segue com muitas divisões de opiniões.

Como se vê, ainda perdura a discussão se as ações afirmativas são direitos ou privilégios, haja vista o dilema que em que se insere essa temática. Os movimentos sociais negros, (não confundindo aqui com ONGs) exercem pressão política em prol das políticas públicas e ações afirmativas:

“Portanto, uma outra tendência do movimento negro, no atual estágio da correlação de forças, é intensificar a campanha em prol de políticas públicas específicas em benefício da população negra. Além disso, exige-se que tais políticas, executadas pelo poderes instituídos (governos municipais, estaduais e federal), estejam em consonância com as reivindicações do próprio movimento (Domingues, 2008, p. 108)”

Ou seja, há pressões para criação e implementação das políticas públicas e ações afirmativas em todo o Brasil. Houve entre 1999 e 2000 uma pesquisa que identificou 124 diferentes iniciativas em dez capitais brasileiras destinadas a reduzir as desigualdades raciais e promover melhores oportunidades para os afro-brasileiros (Heringer, 2001).

O que nos chama atenção é que com essas medidas, o Estado adota um posicionamento antirracista e passa a dar uma maior atenção à questão da desigualdade racial, atuando na ampliação das políticas públicas e ações afirmativas. Mas, o que aqui nos interessa destacar, é que as ONGs exercem um forte discurso e práticas que reforçam a importância política dessas medidas e parecem mostrar uma posição incisiva sobre a necessidade de concretização dessas ações.

Na verdade, as políticas de ação afirmativa são instrumentos desenhados na perspectiva da promoção da igualdade, em situações concretas, geralmente tendo como unidade de implementação, uma instituição pública ou privada (empresa, prefeitura, universidade, ONG, cooperativa etc.). São estabelecidas metas e estratégias que provocam o aumento do número de pessoas de um determinado grupo na instituição (Heringer, 1999).

Portanto, é possível identificarmos até que ponto as ONGs de fato participam desse processo em busca da promoção da igualdade, pois sabe-se que muitos grupos englobam essas discussões. Guimarães (1999, p. 166) ressalta que o debate sobre políticas públicas que beneficiam os afro-brasileiros, tem-se limitado a entidades do movimento negro e a alguns espaços acadêmicos, ampliando-se para um grupo mais diversificado apenas há pouco, por iniciativa do governo federal.

Com isso, é preciso frisar que o papel que as ONGs de cunho étnico-racial exercem é no quesito antirracismo para que se fortaleçam as políticas públicas e as instituições de forma que garanta o combate à discriminação racial.

Embora as ONGs étnico-raciais tracem seus trabalhos em prol da afirmação da identidade e sua valorização, é interessante indicarmos como as mesmas corroboram do discurso sobre a desigualdade racial no Brasil, ou se, como comumente são acusadas,

estão apenas importando valores e demandas de suas agências financiadoras com meras reproduções de discursos.

Ou seja, como as ONGs também se mobilizam diante do antirracismo, delineiam questões e auxiliam na luta das ações afirmativas, há uma informação bastante relevante se entendermos que, ao passo em que as ONGs agrupam os indivíduos que se afirmam e se identificam como negros, nos demonstram uma debilidade a ser vencida: a da classificação racial das pessoas no Brasil. Pois, a identidade e a sua construção é peça chave na luta política, facilitando a ação conjunta.

Nesse sentido, como a identificação racial em nosso país é cercada por dilemas, as ONGs auxiliam na união dessa categoria, pois, impulsionadas politicamente por suas missões e objetivos pautam suas reivindicações, atraindo a atenção não só dos seus membros, mas de toda a sociedade. Ao afirmar, reforçar e reunir, as ONGs negras contribuem para a relevância do debate por políticas que englobem o segmento negro.

Por conseguinte, as ONGs se diferem da militância dos movimentos sociais negros nesse ponto, pois investem em ativistas que são funcionários institucionalmente burocratizados. Como afirma Leite (1992):

“Esboça-se uma mudança no perfil dos ativistas. As lideranças negras, principalmente, são cada vez mais profissionalizadas, sendo remuneradas para se dedicar quase que exclusivamente à militância política. Isto era impensável para as lideranças do movimento negro das gerações anteriores, as quais realizavam a militância de maneira voluntária e ainda tinham que trabalhar em período integral, para contribuir no sustento da família (Leite, 1992, p. 85)

Com isso, a realidade é trazida pelas lideranças de tais ONGs que, unidas ou não aos movimentos sociais negros, dedicam tempo e delegam profissionais às principais demandas, indicando assim um projeto antirracista que prioriza a esfera político-institucional como um espaço a ser explorado.

A forma como as ONGs étnico-raciais direcionam seu pensamento sobre políticas e ações afirmativas nos fazem refletir qual é a força política e qual é o grau dessa força, não apenas no plano das discussões, mas do efetivo envolvimento dessas ONGs com o projeto antirracista, pois com afirmação da identidade e ao instrumentalizarem essas características reforçam o grupo e a ação política para os seus objetivos e interesses.

Iremos nos deter exclusivamente à atuação das ONGs étnico-raciais, de forma a enxergar em sua forma, partindo do pressuposto de que, encontra-se com dificuldade estudos sobre a atuação das ONGs que tratam a questão racial no Brasil, principalmente

pesquisas acadêmicas, pois muito do que se produz sobre o assunto, são frutos das próprias organizações e suas visões.

Todavia, o que deve ser levado em consideração na seção desse capítulo é que as ONGs estão inseridas de cabeça para criar, reforçar e consolidar cada vez mais as políticas públicas, ações afirmativas e quaisquer medidas que garantam a legitimidade e direitos que expressem a igualdade racial na sociedade brasileira.

Assim, a luta existe pela dificuldade da discussão sobre igualdade/desigualdade racial, com relação às próprias políticas públicas voltadas para os negros, Guimarães (1999) comenta sobre a primeira iniciativa de debates sobre o tema:

“Em Julho de 1996, o Ministério da Justiça chamou a Brasília vários pesquisadores brasileiros e americanos, assim como um grande número de lideranças negras do país, para um seminário internacional sobre “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”. Foi a primeira vez que um governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas voltadas para a ascensão dos negros no Brasil” ( Guimarães, 1999, p. 149)

Com isso, vê-se que a partir desse período, há um aumento não apenas de reflexões, mas de ações que contemplem a preocupação por políticas que mitiguem a desigualdade racial. Logo, as ONGs engajam a sua participação por se tratarem de organizações institucionalizadas, tentam evidenciar a importância social e política das políticas públicas para negros e afrodescendentes e através das suas respectivas entidades de identidade homogênea almejam ter legitimidade para tratar dessas questões.

Landim (1993) afirma como as ONGs enquanto categoria, tomam sentido a partir de “relações de identidade”, se é uma ONG ambientalista, uma ONG de Desenvolvimento ou de Movimento. A combinação dada por Landim à questão da negritude é dada pelo conceito: ONG de Movimento, tendo em vista que a autora contata que “conjuntos expressivos de entidades – como as de ‘negritude’, ou de ‘mulheres’ (ou mesmo, como se mencionou, algumas ‘ecológicas’) – foram levadas a optar, na dinâmica do “Fórum brasileiro”, pela identidade ‘movimento social”.

A participação das ONGs na reivindicação das políticas públicas é também uma reivindicação pela maior participação popular nas mesmas, como instrumento até mesmo de denúncia:

As ONGs - e a Abong - em que pese a diversidade de atuação de suas afiliadas (ecologia e defesa do meio ambiente, aids, gênero, etnia, movimentos sociais rurais e urbanos, centros de estudos) nutriam-se de uma importante herança: a agenda contra-hegemônica estabelecida pelas lutas

populares da década de 1980, que avançava sobre questões estruturais, especialmente nos temas da desigualdade social; da recusa do peso social das dívidas (externa e interna), denunciando a remessa de recursos para o exterior e sua não aplicação em políticas públicas nacionais; da manutenção de expectativas e reivindicações populares pela efetiva universalização do acesso aos serviços essenciais (saúde e educação); e da exigência de maior participação popular na formulação das políticas públicas ( Fontes, 2010, p. 270)

Ou seja, com os temas como o ambientalismo, feminismo e o racismo, houve também a institucionalização de lutas específicas, que configuraram novas forças políticas. Dessa forma, convém analisarmos como as ONGs de caráter étnico-racial impulsionam as políticas públicas específicas para os negros pois as ONGs negras parecem definir seus projetos internamente e intervir politicamente conforme a discussão geral no Estado e na sociedade.

Assim, além de apontarmos como essas ONGs lutam estrategicamente, precisamos compreender a importância política das ONGs nos processos de formulações de política pública e ações afirmativas, uma vez que não são organizações públicas, nem privadas, mas dialogam diretamente com outros órgãos e setores sociais com representações políticas bem definidas.

Conforme percebemos, a aproximação das ONGs negras com os setores sociais e a formação das políticas públicas foi a partir do marco representativo da Conferência de Durban em 2001, já que o acontecimento da Conferência proporcionou um debate mais amplo sobre políticas públicas e a problemática étnico-racial brasileira.

Através da compreensão do que foi a Conferência de Durban e de seus desdobramentos, já que houve paulatinamente um forte ativismo das organizações negras no processo de conscientizar a especificidade da causa negra, bem como a identidade positiva da pessoa negra no nosso país.

Por volta de 1990 se iniciam as campanhas das ONGs, que na visão de Roque (1998) as ONGs objetivaram influenciar os resultados do Censo Demográfico de 1991, cerca de vinte organizações da sociedade civil do Rio de Janeiro e de outras cidades, incluindo ONGs e “organizações negras”, lançaram a campanha “*Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom c/senso*”, cuja secretaria executiva funcionava no IBASE, ONG fundada e dirigida à época por Herbert de Souza, o Betinho, figura símbolo da sociedade civil brasileira.

Os objetivos principais indicados pelos documentos explicativos da campanha eram os seguintes: incentivar pessoas negras e mestiças a declarar sua cor para o censo de

1991: branca, preta, amarela, parda, indígena; transmitir uma imagem mais positiva da população negra e mestiça, contribuindo para a recuperação de sua dignidade, valorização de sua cultura e construção de sua cidadania e contribuir para que as informações do censo 91 indiquem as reais condições de vida atuais da população negra e mestiça;

Como podemos observar, as ONGs vêm buscado lançar as suas estratégias no campo político, uma vez que em 1991 as mesmas conseguem questionar o silêncio da realidade da discriminação racial. Dessa forma, algo semelhante ocorreu em preparação à Durban e posterior também, claro que em uma conjuntura diferente. Na visão de Roque foram os lançamentos dos Diálogos Contra o Racismo e a Campanha “Onde Você Guarda o seu Racismo?”.

A influência e estratégia política das ONGs é notória, quando na produção de indicadores. Uma iniciativa pioneira de desagregação por “raça” do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – lançado, em 1991, pelo Relatório de Desenvolvimento Humano preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – foi empreendida pelos estudiosos Marcelo Paixão e Wânia Sant’Anna, na ocasião pesquisadores de uma ONG, a Fase. Por conseguinte, Roque (1998) destaca que não se tratava de um organismo governamental, logo, teve impactos na imprensa e na opinião pública, sendo aqui o nosso destaque para a relevância da atuação das ONGs negras na arena política racial de luta contra as desigualdades raciais no Brasil.

Com isso, a mobilização e o ativismo só crescem em processo preparatório para Durban que, por sua importância e consistência, mereceria uma seção de um capítulo especial, mas, tentaremos contextualizar de forma breve de forma que inclua os elementos de análise necessários para a nossa pesquisa.

A Conferência de Durban em 2001 é um acontecimento importante para a luta antirracista no Brasil, pois repercutiu em medidas importantes e em políticas públicas voltadas à população negra, isso em uma Conferência de um evento político-estratégico onde as ONGs também projetam seus discursos.

“Conforme vimos, no Brasil, o processo de Durban estimulou uma enorme mobilização de entidades e do movimento negro de todo o Brasil. Inúmeros seminários e encontros preparatórios foram realizados em diversas partes do país, um Comitê Preparatório com a participação de organizações da sociedade civil foi instalado para discutir a participação brasileira e, em

reconhecimento ao papel do Brasil, a Relatoria final da Conferência ficou sob a responsabilidade de uma conhecida militante do movimento de mulheres negras, Edna Roland<sup>12</sup>.” (Roque, 2009, p. 267)

Não se trata de mera coincidência a participação de uma liderança ligada a uma ONG negra, pois as ONGs tiveram uma expressiva participação em Durban, muitas organizações ligadas aos movimentos sociais negros estavam compondo uma forte representação que só estava atrás apenas da Delegação da África do Sul, o país sede da Conferência.

Parte das estratégias das ONGs negras nessa luta, era também criticar a baixa participação das demais ONGs não negras, que não dedicavam atenção ao tema do racismo, exigindo que nas ONGs negras houvesse um maior nível de interação entre as organizações negras e não negras. Vale considerarmos a especial descrição desse processo, dada por Roque (2009):

“Assim, foi dada a partida em um processo denominado de “Diálogos Contra o Racismo” (ou, simplesmente, Diálogos) entre organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, organizações de mulheres e movimento negro, absolutamente inovador e transformador do olhar através do qual a questão racial era tratada por várias das organizações participantes dos Diálogos. Os encontros foram uma iniciativa conjunta do Observatório da Cidadania/Social Watch, Ibase, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, da Cepia, do Centro de Estudos Afrobrasileiros e do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), do Geledés e de Criola” (Roque, 2009, p. 268)

A partir disso, entendemos que uma das principais estratégias de luta foi dada pela participação política da Articulação das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e sobretudo das ONGs Fala Preta (em destaque por ter tido uma representante como relatora final da Conferência), a Geledés e a Criola.

Para tanto, aqui se torna evidente quais serão as nossas ONGs a serem analisadas: Fala Preta, Geledés e Criola, pois tiveram um nível de participação relevante e desejaremos investigar o nível e a forma da atuação das mesmas, antes, durante e depois da Conferência de Durban.

Exploraremos os caminhos dessas ONGs negras e as suas trajetórias nas demandas políticas étnico-raciais desenvolvidas, buscando evidenciar se há de fato transformações nas relações raciais no Brasil, indagando sobre a efetiva criação e implementação de tais políticas.

---

<sup>12</sup> Fundadora da organização de mulheres: a ONG Fala Preta.

Dessa forma, é sabido que com a Conferência de Durban houve mudanças importantes que se refletem em diversas análises, já que “a partir deste período, o país tem se destacado no cenário internacional pela adoção de mecanismos institucionais de promoção da igualdade racial, bem como pelo desenvolvimento de ações e políticas que visam à igualdade étnico-racial no país” (Werneck, 2009).

Pudemos perceber que as ONGs negras são responsáveis por formar opinião e pressão política nas discussões sobre políticas públicas e ações afirmativas, principalmente ao substanciar a existência da desigualdade a ser superada. Dentro disso, cada uma em seu espaço, lança suas estratégias e caracteriza as suas ações para se comprometerem a defender projetos e medidas que contemplem a população negra

Assim, entraremos em um próximo capítulo com o objetivo de conhecer cada ONG negra, bem como os seus respectivos enfrentamentos das desigualdades raciais, compreendendo que as ONGs negras são organizações que interagem com outros atores sociais e políticos como os Movimentos sociais negros, Estado e sociedade.

## **CAPÍTULO III- A ARTICULAÇÃO DAS ONGs NEGRAS CRIOLA, FALA PRETA E GELEDÉS JUNTO À PROMOÇÃO DA EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL**

As ONGs negras possuem trajetórias e características diferentes, mas são semelhantes em muitos pontos no que diz respeito ao tratamento da luta antirracista. As três ONGs que optamos analisar são aqui descritas e observadas sobre as suas atividades e as implicações destas, pois é possível perceber a diversidade de temas que compõem a pauta dessas organizações e a variedade das articulações políticas que envolvem-as. Cada ONG negra define suas metas, objetivos, atividades e prioridades, tanto em nível local, como nacional e internacional. Pudemos percebermos ao longo desse capítulo, os temas como a saúde, a educação e os direitos humanos são os principais pontos enfatizados pelas ações das ONGs negras, e dessa forma, realizam parcerias e recebem apoio institucional e financeiro do Estado, sociedade civil e agências financiadoras. A partir disso, veremos a seguir como as ONGs negras atuam e formam articulações com os mais diversos setores da sociedade brasileira, visando alcançar resultados no combate a desigualdade étnico-racial.

### **3.1 AS ONGs CRIOLA, FALA PRETA E GELEDÉS: HISTÓRICO, ATIVIDADES E INFLUÊNCIA**

Partindo da escolha das três importantes ONGs negras que participaram ativamente do processo da Conferência de Durban, que possuem diálogo e expressividade na temática étnico-racial em nosso país, iremos dedicar atenção a essas organizações, embora saibamos que não são atores políticos isolados, mas parte de um contexto. Trata-se de instituições responsáveis por articular e representar interesses e objetivos em uma “problemática comum”.

Conforme já observamos no início da nossa pesquisa, as ONGs negras se constituíram através das demandas sociais, que uma vez institucionalizadas se lançam com medidas propositivas e não apenas reivindicativas, como era o caso dos movimentos sociais negros.

As ONGs negras funcionam como um dos mecanismos nessa luta política, instrumentalizando o fortalecimento da identidade e o combate à desigualdade racial como uma das principais prioridades. A seção desse capítulo vem retratar o perfil dessas ONGs escolhidas, mas também esboçar que as ONGs negras como um todo, representam uma grande “fatia” da participação política antirracista que se fortalece ainda mais com a Conferência de Durban em 2001.

É importante apresentarmos cada ONG em sua respectiva especificidade, mas tentaremos entrelaçar a história e a trajetória de cada uma com a sua representatividade política na luta antirracista no Brasil, assim como parcerias, missões, objetivos, recursos e atividades.

Tratar de ONGs negras requer uma análise complexa, pois além do elemento da identidade que se interliga com os demais atores políticos como os movimentos sociais negros, as ONGs têm características de profissionalismo e burocracia que almejam resultados concretos e precisos, ou seja, em arenas institucionais e culturais mais amplas.

O espaço de institucionalização e da Igualdade Racial é ainda mais ampliado com a criação da Secretaria (SEPPIR), dentro de todos esses processos políticos acerca da questão racial, nos deteremos a partir de agora às ONGs negras, explanando a teia complexa que as envolvem nessa análise.

A escolha de analisar as ONGs negras mais atuantes em Durban nasceu da percepção da presença de organizações negras em liderança representando o Brasil. Diante disso, na Conferência de Durban, o governo brasileiro foi representado pela conselheira Márcia Adorno, chefe da Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty; Márcia Canário, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Bruna Vieira de Paula, do Ministério das Relações Exteriores.

Logo, a sociedade civil brasileira se fez presente, a princípio, por meio dos integrantes de três ONGs: Lúcia Xavier e Jurema Werneck (Criola), Nilza Iraci e Rodnei Jericó (Geledés) e Iradj Eghrari (Bahá'í/Ágere)<sup>13</sup>. Cabe-nos, justificar a escolha da análise da ONG Fala Preta no lugar da ONG Bahá'í/Ágere, pelo motivo de existir uma mulher-membro como relatora (a Edna Roland ex-membro da ONG Fala Preta!)

---

<sup>13</sup> Retirado do relatório: II Reunião Preparatória para a Conferência de Avaliação do Plano de Ação de Durban da jornalista e mestre em História pela UnB, Ana Flávia Magalhães Pinto.

A Conferência de Durban, por ter ocorrido em 2001, teve sua “cena dividida” pelas discussões dos Estados devido ao atentado de 11 de Setembro. Assim, por pouco não varreram por baixo do tapete o que importava ser discutido na Conferência, uma vez que ambos os acontecimentos estavam nas agendas políticas dos países durante aquele momento.

Um fator que foi objeto de polêmica, foi a participação das ONGs na Conferência, já que, sendo a ONU um parlamento de Estados, a sociedade civil teria participação limitada e controlada. A não-abertura para que as ONGs se pronunciassem nos momentos e pelo tempo já liberados de 50 minutos após cada sessão de debates gerou muita polêmica. Após isso, as ONGs puderam fazer seus comentários na seqüência da leitura dos capítulos do documento-base.

Diante dessa restrição, uma saída foi tentar o convencimento dos membros dos governos: “O que temos feito é falar diretamente com as representantes do governo, na tentativa de garantir que não haverá retrocessos” – comentou Jurema Werneck<sup>14</sup>.

Como se vê, não é superficial a participação das ONGs negras a partir de então. A partir de Durban, as articulações das ONGs negras ficam ainda mais em evidência. Nesse sentido, Htun (2004) e Grin (2004) comenta como “os fóruns preparatórios para a Conferência de Durban deixaram mais evidentes as articulações entre o movimento negro, no plano transnacional, e a rede de movimentos, ONGs, organizações multilaterais e aparatos estatais no âmbito da luta pelos direitos humanos”.

Se nos anos 80 a luta antirracista era representada pela aliança entre cientistas sociais e os movimentos sociais negros, com reduzido raio de influência, a partir da segunda metade dos anos 90 e, em particular, no início do século XXI, novos atores se posicionaram a favor da implementação de ‘políticas raciais’.

As agências do Estado como o Ipea e o Itamaraty, jornalistas, economistas, setores da academia e parlamentares de variados matizes ideológicos passaram a se identificar com a pauta de reivindicações discutida em arenas internacionais, em que políticas públicas racializadas, deveriam ser o norte para se atingir justiça social, em contraposição às de perfil universalista.

---

<sup>14</sup> Retirado do relatório: II Reunião Preparatória para a Conferência de Avaliação do Plano de Ação de Durban da jornalista e mestre em História pela UnB, Ana Flávia Magalhães Pinto.

A participação brasileira das ONGs negras teve um papel fundamental desde Durban, pois a partir disso visualiza-se um maior debate em torno da problemática racial.

As ativistas negras brasileiras tiveram papel decisivo na articulação entre demandas formuladas em fóruns globais e as reivindicações locais. O acúmulo da experiência da luta feminista no campo da saúde reprodutiva e em conferências apoiadas por agências multilaterais (Beijing, Cairo), desde os anos 90, foi decisivo para a busca de legitimação da 'saúde da população negra'. Uma série de eventos preparatórios ocorridos no Brasil e na América Latina para a conferência de Durban combinou a denúncia do racismo e das desigualdades raciais e propostas de políticas de ação afirmativa que, no caso brasileiro, vêm sendo traduzidas pela implantação do sistema de cotas raciais. Um indicador preciso da importância da presença brasileira em Durban foi a escolha de Edna Roland, da ONG Fala Preta! como relatora (Carneiro, 2002; Barrios, 2002;Oliveira & Sant'anna, 2002).

Assim, o acúmulo das experiências e ações globais e locais é refletido junto à participação e representação das ativistas negras devido ao papel político que exercem nos eventos preparatórios. Portanto, as questões da organização e conscientização são articuladas principalmente pelas ONGs para alcançar as atividades e os objetivos.

O que buscamos elucidar na seção desse capítulo é entender como as estratégias de ação das ONGs negras a partir de Durban deram destaque à questão racial e as condições dos negros, sobretudo com a possibilidade de um debate racial que sempre se tratou de um assunto complexo de ser tratado no Brasil.

Embora tenha sido de suma importância os resultados da Conferência de Durban para os movimentos sociais negros, não entraremos aqui nessa discussão, ainda que politicamente tenha havido importantes conquistas, iremos somente explorar a atuação das ONGs e o funcionamento das mesmas na possível contribuição pela igualdade racial no Brasil.

Observamos em todo o percurso do trabalho que as ONGs negras brasileiras mais ativas no processo de Durban são de mulheres e trazem à tona a questão do gênero dentro da problemática étnico-racial. Isso de fato é um dado importante e algo a ser considerado, mas não analisamos teoricamente essa questão em nosso trabalho.

Por hora, nos é suficiente entender que as ONGs negras brasileiras encabeçam processos importantes que trazem uma série de políticas públicas objetivando mitigar o racismo, a saber, a criação da Secretaria da Igualdade Racial (SEPPIR/2003); a lei 10.639 de ensino de História e Cultura Afro-brasileira, de 2003; e o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pelo Congresso em 2010.

Percebe-se através da implementação dessas políticas públicas e das transformações observadas nos últimos anos no discurso antirracista, a importância crucial que a Conferência de Durban representa nessa abordagem. Tentaremos aqui, tratar um pouco do histórico, formação e objetivos de cada ONG negra que se destacou em Durban.

Como não conseguiremos tratar de todas, recortamos em três principais: Criola, Fala Preta e Geledés. Em capítulos anteriores, apontamos os dilemas das relações étnico-raciais no Brasil e como isso foi tratado pelos movimentos sociais negros e outras formações. Vimos também, o processo da institucionalização dos movimentos sociais negros através da “onguização”.

Para tanto, a opção de analisar as ONGs tem o intuito de verificar a formação organizativo-burocrática que muitas vezes une o militante ao profissional. Essa idéia é compartilhada por

Santos (2008):

[...] os militantes negros são oriundos de várias formações políticas: sindicatos, partidos políticos, igrejas, associações de moradores, núcleos universitários, etc. A tentativa de separar ou dividir em termos lógicos os sentidos de Movimento Negro e ONG negra é freqüentemente turvado pela prática política, na medida em que há um constante hibridismo entre uma dimensão e outra ( Santos, 2008, p.14).

Por conseguinte, é difícil dissociar quem é militante dos movimentos sociais negros e quem é das ONGs negras, tendo em vista o hibridismo presente. Portanto, ao compreendermos o funcionamento das ONGs negras, poderemos investigar seu papel diferenciador na luta antirracista ao passo que as demandas por igualdade racial ganham um caráter institucional e burocrático na contemporaneidade.

Assim, colocamo-nos as seguintes questões: em que medida tais ONGs negras com seus quadros de profissionais e intelectuais atuantes em redes nacionais e internacionais contribuem para a luta política contra o Racismo? São estratégias inovadoras? São alianças com o Estado? E com a sociedade civil? Esses questionamentos compõem o desenvolvimento de nossa análise.

As práticas das ONGs nos chamam a atenção por se tratar de uma importante construção na luta pela igualdade racial, pois há uma luta política que se formou em cada conjuntura tanto externa quanto interna. Esse processo é visualizado por Santos (2008):

As mudanças no quadro político internacional e nacional genericamente desenhado, influenciará decisivamente no formato das novas organizações negras e nas organizações negras nacionais. As razões tanto para a mudança de uma forma de organização quanto para outra são, evidentemente, diversas. Os movimentos negros de base filiativa, que aqui estamos chamando de “filiativo-nacionais”, como por exemplo, o MNU, a UNEGRO, os Agentes de Pastoral Negros, a CONEN, etc, tem como ideário fundamental atuar politicamente no âmbito de todo território nacional, visando a transformação profunda da sociedade brasileira, principalmente no que tange as relações raciais (Santos, 2008, p. 10)

Em nosso trabalho, já pudemos detalhar o processo de surgimento das ONGs, mas partiremos para a explanação das atividades realizadas por essas organizações, uma vez que tentam elevar a identidade étnico-racial como projeto político.

Não podemos perder de vista que grande parte das discussões e ações dessas ONGs negras embora se especializem em determinados e diversos campos de atuação, ressaltam o valor da identidade como instrumento de luta contra a discriminação e opressão. Portanto, esse é um elemento comum a partir do qual que podemos agrupar vários setores e grupos político-culturais negros do Brasil, a saber, movimentos sociais negros, Pastorais, Secretarias e ONGs.

Todavia, as ONGs se diferenciam de outras organizações de base filiativo-nacional e tendem a centralizar seus trabalhos em áreas específicas de atuação e principalmente com um público-alvo pré-definido (mulheres negras, adolescentes, crianças, empregadas domésticas, etc). O Geledès – Instituto da Mulher Negra, por exemplo, tem como proposta de trabalho fazer intervenção política em prol das mulheres negras em diferentes campos de atuação: direitos humanos, saúde reprodutiva, educação de jovens e adultos, etc (Santos, 2008, p. 15).

Nesse capítulo, nosso foco está nas ONGs negras, mas, é importante saber que há outras organizações que estão envolvidas na formulação, implantação e gestão das políticas públicas para os negros no Brasil. Após a Conferência de Durban e com o governo Lula, a implementação das políticas de igualdade racial ganham ainda mais força e contemplam uma grande representação do segmento negro.

O legado para o governo Lula é um amplo e diversificado corpo de iniciativas e reflexões sobre a temática racial instaurado na opinião pública, nos movimentos sociais, no próprio governo e na academia. No novo governo uma pressão interna aos centros de decisão do poder feita pelos militantes da causa antirracista e antissexista, institucionalizados no PT, exigiam medidas de ação afirmativa para vários segmentos, em especial mulheres e negros. Na posse do novo governo dois negros de reconhecimento nacional sinalizavam a inclusão das questões raciais exigida na gestão pública: Benedita da Silva, senadora pelo PT, um dos ícones da luta antirracista e antissexista, tomou posse como titular da pasta do Ministério de Assistência e Promoção Social e Gilberto Gil, no Ministério da Cultura. Outro ato importante foi a indicação para o Supremo Tribunal Federal

(STF), instância máxima do Judiciário, do primeiro ministro negro, Joaquim Barbosa Gomes, também em 2003. Matilde Ribeiro, titular da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Paula, 2011, p.37)

Com um quadro bem representativo, tanto no governo quanto nas instituições o debate público sobre as questões raciais aumenta gradativamente. Diante disso, ao se fortalecer nacionalmente, a luta antirracista passa pelo processo de transnacionalização através do relacionamento do “Movimento Negro brasileiro com outras organizações e movimentos sociais antirracismo internacionais, sobretudo latinoamericanos e norteamericanos, além do surgimento de redes de cooperação binacionais e transnacionais” (Trapp, 2011, p. 48).

É possível perceber que as ONGs negras possuem arranjos muito mais complexos com investimentos estrangeiros, além dos nacionais, unindo suas demandas com as realidades externas de tratamento da questão racial existentes em outros países.

A Conferência de Durban funcionou como esse “grande palco” de expectativas e idéias, pois nacionalmente, o Brasil contava com diversas entidades que participaram do processo preparatório rumo à Conferência, das reuniões preparatórias do Ministério da Justiça e através do Fórum de Entidades Negras, bem como com a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN).

Vale salientar que a CONEN surge na década de 1990, na luta de combate ao racismo e a todas as formas de discriminação, preconceito e intolerância. Seu surgimento se deu a partir de uma articulação das organizações participantes do I Encontro Nacional de Entidades Negras, o ENEN realizado em São Paulo, em 1991.

A CONEN fundada em 1991 consolida-se como uma instância nacional e um espaço de construção da unidade na ação das centenas de entidades presentes em todo o território que acompanham a sua orientação visando garantir condições iguais e dignas para a população negra, bem como superar as desigualdades regionais, de raça, classe e gênero, no Brasil<sup>15</sup>.

Como se vê, há uma complexa rede de atores sociais e políticos que participam no processo da luta antirracista, aqui destacamos esse processo a partir de três ONGs negras atuantes: 1) a Criola; 2) Fala Preta e a 3) Geledés que funcionam ancoradas nesses atores através de parcerias, diálogos e apoio. Primeiro, fundamentaremos a nossa análises com a caracterização das mesmas, e em um segundo momento, como os seus

---

<sup>15</sup> Para aprofundamento da leitura ver o site da CONEN. Disponível em: [http://conen.org.br/?page\\_id=2](http://conen.org.br/?page_id=2).

desenvolvimentos e atividades desde a Conferência de Durban até a atualidade diante de suas ações de combate ao racismo.

## **1) A ONG CRIOLA**

Trata-se de uma ONG negra de mulheres, que se constituiu em 1992 declarando a missão de instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o desenvolvimento de ações para o combate ao racismo, ao sexismo e a homofobia. Entre os seus objetivos, está o da busca por melhoria das condições de vida da população negra, visando a inserção das mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade.

A ONG Criola funciona no centro da cidade do Rio de Janeiro- RJ, com o CNPJ 73.514.044/0001-03. A CRIOLA elege como grupos prioritários de atuação – grupos de mulheres ativistas; líderes de religiões de matriz africana; trabalhadoras; adolescentes e jovens. Trabalham a geração de informação e conhecimento sobre o contexto em que se inserem as políticas públicas, qualificando-as para que atuem em espaços de diálogo e intervenção junto aos gestores públicos.

Por meio de tais instrumentos, favorece a atuação conjunta desses grupos de mulheres negras na luta política pela superação do racismo, pelo fim da violência contra a mulher, da intolerância religiosa, da lesbofobia e do sexismo na sociedade.

Em seu funcionamento, essa ONG negra define os seguintes objetivos: a) criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras; b) produzir conhecimento qualificado por meio de pesquisa e seleção de dados específicos sobre o contexto atual do acesso aos direitos; c) Apoiar as lideranças negras oferecendo suporte e qualificação para as suas ações políticas e condução de processos de interlocução com gestores públicos; d) incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.

Além disso, a área de atuação da ONG Criola inclui: Saúde da Mulher Negra e da População Negra; Direitos Humanos; Ações Políticas e Articulações;

Multidiversidade Criola; Monitoramento; Avaliação e Comunicação. Assim, nesses campos de atuação, a ONG busca desenvolver ações e programas que alcancem os seus objetivos. Dentro de cada campo de atuação, encontra-se:

- **Saúde da Mulher Negra e da População Negra**

A elaboração de projetos de promoção e defesa do direito a saúde e equidade nos quais se desenvolvem ações voltadas para incidência em políticas públicas neste campo através da mobilização de diferentes atores e grupos sociais em torno do reconhecimento e politização das demandas da população negra, da produção e aplicação de conhecimentos para a defesa do direito a saúde, da participação e controle social e da produção e difusão de informações sobre essa temática.

A ONG Criola visa executar ações no campo da saúde da mulher, colocando em prática programas e projetos que contemplem as demandas e as especificidades das mulheres negras.

- a) **Adolescentes negras, HIV/AIDS e *advocacy*-construindo metodologias:**

Desenvolvido pela Criola, em parceria com Unicef, o projeto tem por objetivo criar e implementar uma metodologia de trabalho em educação e prevenção ao HIV/AIDS para adolescentes negras provenientes de famílias de baixa-renda da região metropolitana do Rio de Janeiro.

- b) **Controle Social para equidade em saúde da população negra:** Formação direcionada a ativistas e lideranças para o monitoramento de ações do poder público com o objetivo de promover a equidade em saúde da população negra.

- c) **Projeto Teia:** Multiplicação de informações sobre prevenção de doenças e formação de mulheres para a produção de ações em controle social de políticas voltadas para a saúde da mulher e enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS.

- d) **Câmara Técnica Saúde da Mulher Negra :**

Esta iniciativa visa reunir diferentes setores e recursos para formulação de políticas públicas em saúde voltadas para as mulheres negras. Seu principal objetivo é elaborar, implantar e monitorar uma ação específica no campo da

saúde, voltada para mulheres negras do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a produzir impactos nos índices de morbi-mortalidade específica a este grupo.

- e) **Projeto Treinamento de Agentes de Saúde:** Esta atividade compreende a realização de reuniões de treinamento e a elaboração de material didático específico para mulheres e adolescentes negras. Com a realização de oficinas e a confecção do material, o objetivo é subsidiar o trabalho de multiplicação de informações para outros grupos e mulheres, bem como a ampliação do nível de informação sobre técnicas de trabalho e sobre a epidemia de dst/ aids. Este treinamento é feito através de seis encontros quinzenais, com três horas de vivências e oficinas de reflexão sobre os temas: gênero e raça, dst/aids, sexualidade, sexo seguro, responsabilidade e ação solidária, técnicas de trabalho em grupos, entre outros. Até maio de 1998 a ONG Criola havia capacitado 60 mulheres e adolescentes negras para a prevenção em suas comunidades e locais de trabalho, com o apoio da CN- DST/ AIDS do Ministério da Saúde.
- f) **Boletim Toques:** Com periodicidade mensal, de cinco mil exemplares, para a disseminação de informações de saúde para mulheres e adolescentes negras, principalmente no que se refere à prevenção de dst/aids.
- g) **Cartilha Toques – Adolescentes:** Elaborada como um subsídio ao trabalho de prevenção de dst/aids entre adolescentes negras, é um conjunto de 4 cartilhas com informações e técnicas de trabalho em prevenção de dst/aids.
- h) **Cartilha Toques – Mulheres:** Material voltado para subsidiar o trabalho de prevenção de dst/aids entre mulheres, esta cartilha trata de técnicas de trabalho em grupo, informações sobre HIV/AIDS, gênero, raça e serviços de apoio.
- i) **Coleção Cadernos Criola - Saúde da Mulher Negra**  
A série de publicações denominadas Cadernos Criola, visa principalmente disseminar informações e conhecimentos em diversos campos voltados para a melhoria das condições de vida das mulheres negras e da população brasileira em geral. Esta série, vem juntar-se a várias iniciativas da ONG Criola, que objetivam a produção de diversificadas publicações baseadas na interpretação e adaptação de conhecimentos técnicos em linguagem acessível para o grande público - em especial as mulheres negras - visando contribuir

com instrumentos de mobilização, reflexão e apoio às diversas ações necessárias à transformação social.

- **Direitos Humanos**

Nesta linha, A ONG Criola desenvolve ações que tem como base a afirmação dos direitos humanos.

- a) **DHESCA** – São Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais aprovados desde 1966, pela Assembléia Geral da ONU que, em 1976, deu origem ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) o qual garante direitos à saúde, educação, trabalho, remuneração adequada, cultura, seguro social e a comer, se vestir e morar em condições dignas (pouco tempo mais tarde, devido à intensificação das preocupações internacionais com as questões do meio ambiente foi acrescentado aos DHESC um “A” de “Ambientais”, tornando-se comum o uso da sigla DHESCA). A CRIOLA faz parte do grupo da sociedade civil responsável por emitir pareceres a um comitê da ONU responsável por verificar, periodicamente, o cumprimento do PIDESC no Brasil.
- b) **Enfrentamento ao tráfico de pessoas** – CRIOLA, juntamente com Unigranrio, Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS) e Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, constitui o consórcio Projeto TRAMA, de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Dentre as linhas de ação do Projeto Trama destacam-se:
  - ações de mobilização, sensibilização e capacitação de diversos setores da sociedade;
  - fomento ao estudo e produção de conhecimento sobre o tema;
  - assistência e defesa jurídica e psicossocial às pessoas traficadas;
  - ações jurídicas de responsabilização e indenização (sempre visando; o protagonismo daquelas pessoas submetidas à situações de tráfico);

- c) **Violência contra a mulher negra** –No que tange a criação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das mulheres, a reprodução de uma vasta gama de modalidades de violência contra elas ainda é comumente percebida em nossa sociedade. Nesta linha, a CRIOLA procura desenvolver ações que, em conjunto, abarquem a complexidade e o caráter processual dos fatores sociais e políticos envolvidos nas diferentes formas com que a violência contra a mulher negra se apresenta.

Dentre estas ações, podemos citar a qualificação das lideranças para acompanhar e intervir na formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher (da fase de definição de diretrizes, passando pelo acompanhamento do orçamento até a sua efetiva implantação); produção e distribuição de informações qualificadas sobre o tema através dos diferentes veículos de comunicação, mobilização e apoio a ações políticas articuladas em rede, pesquisa, seleção de dados e produção de conhecimentos que possam fornecer fundamentação e suporte a reivindicações e demandas das mulheres negras.

- **Ação Política e Articulações**

A CRIOLA toma as articulações (e ações que delas resultam) enquanto parte fundamental e indissociável de seu trabalho político, integrando diferentes organismos de participação democrática: o Conselho Distrital de Saúde do centro da cidade do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial vinculado à Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) bem como diferentes organismos de negociação com gestores e monitoramento de políticas em temas como juventude, direitos humanos, HIV/AIDS, entre outros.

- **Multiversidade Criola**

O programa é um espaço de formação feminista e antirracista para mulheres negras. A idéia-chave é colocar no centro desta formação a experiência e a produção política, científica e filosófica das mulheres negras. Nesse espaço, também se desenvolve o curso de atualização em teoria e questões políticas da diáspora africana entre outros.

Em 2006, Criola criou o Programa MultiVersidade ao pensar sobre a perspectiva multi como fundamental para esta proposta, uma vez que se coloca em confronto com o uni, o único e o totalitário. Abrindo espaços para a realização da diversidade, da diferença, do encontro democrático e da pluralidade.

Assim, a MultiVersidade Criola prevê a reunião de diferentes saberes, diferentes perspectivas, diferentes possibilidades de leitura da realidade política e cultural vivenciada por mulheres negras. Abrindo caminho para novas elaborações e articulações que possibilitem o enfrentamento do racismo e do sexismo e, principalmente, a ação protagônica das mulheres negras no cenário nacional.

- **Monitoramento e Avaliação**

Este programa tem como princípio acompanhar em tempo oportuno os demais programas e ações da CRIOLA, proporcionando conhecimentos sobre os produtos, resultados e impactos das atividades vinculadas a missão e aos objetivos institucionais da organização. O programa permite reestruturar as atividades sempre que necessário, aprimorando, assim, as metodologias e os modelos de intervenções de forma a alcançar os objetivos.

A avaliação, por sua vez, possibilita o julgamento do valor e do mérito de ações, programas e projetos em sua totalidade.

- **Comunicação**

O programa de comunicação de CRIOLA tem como objetivo principal contribuir para reelaboração e resgate das representações das mulheres negras que façam jus ao seu protagonismo histórico e que dê conta, de investir na desarticulação de esquemas de violência simbólica - que conjugam estereótipos, invisibilidade e preconceitos - sedimentados pelo racismo e sexismo predominantes em nossa sociedade.

Desta forma, a CRIOLA se utiliza de novas e antigas ferramentas de comunicação para difundir pontos de vista críticos com relação aos chamados discursos dominantes, além potencializar o grau de visibilidade das demandas políticas das mulheres negras e a sua representatividade. Um exemplo dessas ferramentas é o próprio site e publicações online fornecidos pela ONG, pois são veículos de rica informação.

Diante da descrição do funcionamento da ONG CRIOLA e de suas principais atividades, pudemos entender suas prioridades e parâmetros tendo como foco a desigualdade racial. Portanto, no intuito de analisarmos como se dá o processo de fortalecimento da identidade e equidade racial, conheceremos um pouco mais de mais uma das três ONGs negras que acompanharam e acompanham com protagonismo esse processo, a ONG FALA PRETA.

## 2) A ONG FALA PRETA

A FALA PRETA se constituiu em 1997, sendo composta por mulheres negras, com o CNPJ: 01.847.932/0001-37. Ainda que não funcione mais enquanto ONG, buscou promover o desenvolvimento sustentável buscando a eliminação de todas as formas de discriminação étnico-racial e de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos. Teve como meta fundamental a defesa dos direitos humanos e a cidadania da população negra.

É importante destacarmos que, A ONG FALA PRETA nasce de um dos debates realizados no interior da ONG GELEDÉS sobre a saúde da mulher negra, cujo título era *Mulher Negra e Saúde*. (Domingues, 2007). A FALA PRETA definiu como meta fundamental a defesa dos direitos humanos e da cidadania da população negra visando o acesso à educação e capacitação de recursos humanos e à qualidade de vida através de padrões sustentáveis de produção, consumo e serviços adequados de saúde, incluindo sexualidade, saúde reprodutiva e saúde mental, saneamento básico, habitação e transporte. Entre os seus principais objetivos estão:

- Promover e defender os direitos humanos da população negra;
- Promover o desenvolvimento humano sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações negras urbanas e rurais;
- Contribuir para a construção de um conhecimento crítico acerca das mulheres negras e da população negra nas áreas de sexualidade e saúde reprodutiva;

- Formar mulheres e jovens em torno de questões de saúde reprodutiva, direitos humanos e educação ambiental;
- Contribuir para o desempenho e implementação de políticas públicas que promovam a igualdade étnica e de gênero, especialmente no campo da saúde reprodutiva;
- Capacitar mulheres e jovens para inserção no mercado de trabalho;
- Colaborar para o fortalecimento e articulação das mulheres negras no nível local, nacional e internacional;
- Combater todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, população negra e outros grupos discriminados;

De acordo com Novellino (2006), a ONG Fala Preta! desenvolveu os seguintes projetos: (1) Projeto Salva Vidas, que visa formar agentes comunitários capacitados em saúde reprodutiva e sexualidade para desenvolvimento de atividades de multiplicação, visando reduzir a morbimortalidade pelo vírus HIV e por outros agentes causadores de DST's bem como o seu impacto social. (2) Ações Comunitárias - Grupos de Auto-Ajuda, que têm como objetivo fortalecer o processo de organização comunitária das mulheres negras em conjunto com mulheres brancas de baixa renda.

Os grupos de auto-ajuda consistem em espaços coletivos onde as mulheres negras reconstróem suas histórias de vida pessoal e coletiva por meio da troca de vivências/experiências, através das quais busca-se elevar a auto-estima, reconstruir a identidade étnica, possibilitando assim um processo de identificação coletiva das mulheres negras. (3) Quilombos - Pega o Beco, cujo objetivo é formar um grupo de referência para o/a jovem negro/a e quilombola, com idade entre 16 e 24 anos, através da formação e da preparação multiplicadores/as e agentes da cidadania para monitorar políticas públicas e ações educativas nas áreas de cidadania, direitos humanos e fundamentais, saúde, direitos reprodutivos e sexuais.

Vale salientar que não encontramos um site da ONG FALA PRETA! que veicule as informações principais sobre sua formação e atividades (uma vez que a ONG encontra-se inativa), reunimos aqui materiais presentes no site da ABONG e artigos publicados sobre essa organização. Há de fato, uma grande diferença em relação à

difusão das informações da ONG CRIOLA, pois pudemos ter acesso à sua caracterização, uma vez que a mesma que investe fortemente em comunicação e divulgação.

Embora não façamos uma análise das ONGs pesquisadas na seção desse capítulo, já conseguimos enxergar alguns pontos semelhantes e/ou divergentes em suas apresentações e atividades desenvolvidas, uma vez que iremos posteriormente indicar a rede de relações entre as Organizações e os demais atores que atuam politicamente. Além disso, apontaremos como se dão essas relações, quais são e porquê são.

Por conseguinte, vamos apresentar um pouco da terceira e última ONG negra a ser investigada em nossa pesquisa, a GELEDÉS- Instituto da Mulher Negra, uma das pioneiras ONGs negras brasileiras.

### **3) A ONG GELEDÉS**

O Instituto da Mulher Negra, GELEDÉS, atua no âmbito nacional e internacional e funciona com sede no endereço Rua Santa Isabel, 137 - 4º andar, conj.41/42 em Vila Buarque, São Paulo-SP. Com o CNPJ 61.375.614/0001-42, sendo criado em 30 de Abril de 1988.

Trata-se de uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa das mulheres e negros, por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. Posiciona-se também contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, tais como: a homofobia, a lesbofobia, os preconceitos regionais, de credo e opinião.

As áreas de atuação prioritária da ação política e social de Geledés são: a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa e as políticas públicas. Dentro desses temas, o Geledés desenvolve os seus projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania, além de monitorar e reproduzir em um portal online o debate público que ocorre sobre cada um deles no país e no mundo.

O Portal Geledés traz algumas informações e diálogos com discussões interessantes e colunistas como: Sueli Carneiro, Sérgio Martins, José Ricardo D'almeida, Leno Silva, Fátima Oliveira, Edson Cardoso e Roseli Fischmann. Há também no Portal, notícias nacionais e internacionais que versam sobre racismo, preconceito, denúncias e herança cultural negra.

A direção do Geledés é composta exclusivamente por mulheres negras, porém, em suas diversas equipes de trabalho tem contado com a colaboração de homens e mulheres, negros e brancos, solidários com a sua proposta de ação política que visa ações Afirmativas – Projeto Geração XXI: Ação afirmativa pioneira no Brasil, desenvolvida em parceria com a Fundação BankBoston, no atendimento a 21 jovens negro/as com seus estudos custeados da 8ª série à conclusão da Universidade.

Desenvolve também o projeto Afro Ascendente: ação afirmativa, em parceria com a Xerox do Brasil e Instituto Xerox, que objetiva inserir 20 jovens afrodescendentes em Universidades, acompanhá-los durante a graduação, facilitar estágios em empresas parceiras e propiciar condições para o desenvolvimento integral de talentos e formação de educadores/as para a superação da discriminação racial e de gênero. Investe na formação para potencializar os educadores e educadoras como agentes de transformação da desigualdade racial no campo educacional. São oferecidos cursos e oficinas em parcerias com órgãos de governo, movimentos sociais e ONGs que enfrentam abertamente a assimetria das relações raciais.

Como se vê, algumas oficinas e cursos são realizados com parcerias entre governo, movimentos sociais e ONGs, algo que já nos indica como o tratamento das relações raciais no trabalho das ONGs negras é híbrido.

Na visão de Sebastião (2007) o Geledés tem como prática comunicativa a rede de Internet, o boletim eletrônico (eventual e no formato corporativo), um *blog* e a publicação de artigos acadêmicos em jornais, revistas especializadas e mídias impressas ou eletrônicas produzidas pelos movimentos sociais em geral. Embora o *Caderno Geledés*, não seja usado como prática comunicativa desde 1995, consideramos que o mesmo desempenhou a função de difusão dos discursos da organização no período.

Como se pode observar, as ONGs surgem por diversos motivos e demandas e, no caso de nossa pesquisa, cabe observarmos que tanto a Criola, como a Fala Preta! nascem de processos internos dentro do próprio Geledés. Logo, além de captarem as

reivindicações dos movimentos sociais negros, também fragmentam-se e formam outros novos arranjos institucionais. Nas palavras de Santos (2008):

Muitas organizações não-governamentais negras resultam de rupturas de outras organizações negras de base filiativa, redes específicas de organizações ou outras ONGs. De acordo com Edna Roland, esta é uma característica tipicamente presente nos movimentos negros. A própria história da Fala Preta! e do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) são exemplos nítidos e significativos de tais mudanças. A primeira surgiu de uma ruptura interna do Geledês e o segundo abrigou e fomentou inúmeras iniciativas que resultaram em organizações negras, como no caso da ONG Criola, ou organizações de inspiração cultural e de bairro, como o Grupo Cultural Afro Reggae, ambos no Rio de Janeiro (Santos, 2008, p.12-13)

Portanto, as ONGs negras são essa nova forma institucional e política dos movimentos sociais negros, que completam um processo cada vez mais crescente e o que eu achamos mais pertinente destacar é que nessa dinâmica, embora cada ONG negra priorize âmbitos de atuação, temáticas e público-alvo, a questão da identidade étnico-racial é muito enfatizada como instrumento de luta e formações de organização coletiva.

O fato de termos centralizado o conceito de identidade étnico-racial é com a justificativa de entender que indivíduos se organizam e se mobilizam em nome de uma identidade que constroem e fortalecem na luta política. Com isso, também discutimos em nome dessa mesma luta os movimentos sociais negros e as ONGs negras que fundem suas ideias e objetivos comuns:

A tentativa de separar ou dividir em termos lógicos os sentidos de Movimento Negro e ONG negra é freqüentemente turvado pela prática política, na medida em que há um constante hibridismo entre uma dimensão e outra. Em termos de enunciação política no espaço público, junto à sociedade civil e o Estado, os discursos e negociações em torno das demandas da população negra ou de segmentos específicos desta, aparecem como os do Movimento Negro, vistos genericamente e não como essa ou aquela ONG especificamente. Em outras palavras, muitos militantes dos “movimentos negros” independentemente de pertencerem a ONGs negras, organizações filiativo-nacionais ou mesmo outras instâncias de atuação política como as universidades, sindicatos, associações de moradores, etc, – verão a si mesmos como simplesmente “militantes do movimento negro” (Santos, 2008, p. 14).

Porém, o que queremos aqui destacar é que essas ONGs negras em questão não são grupos homogêneos, mas plurais. E, dentro dessa pluralidade, observa-se que as três possuem trajetórias, experiências e formações diversas e que possuem uma amplitude de relações sociais e políticas, conforme já afirmamos. O fato de se tratarem de ONGs negras formadas em sua maioria por mulheres, torna a discussão sobre a discriminação racial vista também com outros posicionamentos.

Segundo Ribeiro (2009), a partir da década de 90 verifica-se que “*os protagonismos de grupos tornados invisíveis*” entraram para a agenda política mundial. Contudo, na medida em que os protagonismos são conquistados, aprofundam-se as complexidades, as dificuldades organizativas e teóricas. Por isso, faz-se importante entender tal complexidade, uma vez que há uma significativa representação política dessas ONGs negras.

Partindo dessa idéia, procuraremos descrever as formas de luta dessas ONGs negras, suas articulações políticas e representações, para buscar entender como isso favorece ou não a luta antirracista brasileira na contemporaneidade. Pois, a identidade étnico-racial e, por muitas vezes, a de gênero é apontada como um instrumento de luta e de inserção política.

### **3.2 AS ARTICULAÇÕES DAS ONGS NEGRAS COM OUTROS ATORES POLÍTICOS**

As três ONGs negras que optamos pesquisar é o nosso recorte diante de várias ONGs negras atuantes no país. Não obstante, se consolidam através dos movimentos e outras lutas históricas que acompanham a realidade brasileira. Atualmente, com o processo de institucionalização e com o vasto diálogo nacional e internacional de Organizações Não-Governamentais, seguidas da presença de intelectuais/ativistas negros e negras, ficamos diante de influências e articulações políticas que envolvem diversos atores políticos e sociais.

Para tanto, iniciaremos a seção desse capítulo falando das articulações políticas e redes de diálogo e cooperação de um modo geral, perpassando o contexto histórico e relevância. Assim, introduziremos cada uma das três ONGs avaliadas em sua especificidade para que, ao final, tenhamos compreensão do conjunto das necessidades de luta junto aos atores políticos e representações envolvidas.

Em outras palavras, esboçaremos o espaço político complexo em que as ONGs negras buscam colaborar e comunicar-se no combate ao racismo e se lançam, possivelmente, com um novo perfil de luta, institucionalizados e moldados de acordo com suas experiências.

Partiremos da Conferência de Durban para traçarmos a evolução e desenvolvimento das articulações políticas realizadas pelas ONGs negras, pois assumem crescente visibilidade na cena brasileira a partir desse acontecimento e, principalmente, com o Governo Lula e a criação da SEPPIR.

No caso da Conferência de Durban, a tônica da participação dessas organizações não poderia ser diferente. Além da presença de algumas ONGs em delegações oficiais, a participação dessas organizações, foi notadamente marcada pela realização do Fórum das Organizações Não-Governamentais, cujo objetivo foi o de permitir que representantes da sociedade civil mundial analisassem os temas da Conferência e apresentassem propostas concretas aos Estados participantes do encontro intergovernamental (Silva, 2008, p. 161)

Como se vê, a participação das ONGs marcam todo o processo da Conferência e irão contribuir nas propostas e planos de ação a serem desenvolvidos no interior de cada Estado. Ou seja, em âmbito global, uma das mais importantes articulações políticas das ONGs negras brasileiras é junto à Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que a ONU influencia nas agendas políticas nacionais.

Rodrigues (2006) afirma que as relações entre as políticas da ONU e as políticas públicas nacionais são de mútua influência, mas com distintas intensidades, pois para alguns países o apoio e o auxílio da ONU são benfazejos, condição de sobrevivência. E no caso do Brasil, sofrer influência e exercê-la é equilibrado nos foros internacionais e na execução de programas para países de menor desenvolvimento.

Dessa forma, as ONGs negras tiveram um importante papel na formação da agenda étnico-racial no Brasil e, no caso da Conferência de Durban, tais discussões ganham o caráter transnacional e uma estratégia internacional às ONGs negras brasileiras. O que deixa em evidência as articulações das ONGs negras com outros atores políticos e sociais são os fóruns preparatórios antes da Conferência.

Os fóruns preparatórios para a Conferência de Durban deixaram mais evidentes as articulações entre o movimento negro, no plano transnacional, e a rede de movimentos, ONGs, organizações multilaterais e aparatos estatais no âmbito da luta pelos direitos humanos. Se nos anos 80 a luta anti-racista era representada pela aliança entre cientistas sociais e o movimento negro, com reduzido raio de influência, a partir da segunda metade dos anos 90 e, em particular, no início do século XXI, novos atores se posicionaram a favor da implementação de 'políticas raciais'. (Maio & Monteiro, 2005, p.427)

Com isso, as ONGs negras exerceram um papel importante nas articulações entre as demandas formuladas em fóruns globais e locais através dos eventos preparatórios

ocorridos no Brasil e na América Latina para a conferência de Durban. As ONGs combinaram: denúncia do racismo, desigualdades raciais e propostas de políticas de ação afirmativa que vem sendo traduzidas no Brasil pela implantação do sistema de cotas raciais.

De acordo com o que vimos nas características, formações e atividades das ONGs negras é perceptível os interesses e medidas focados na saúde pública da população negra. Muitos dos programas e ações dessas ONGs trazem a demanda e a necessidade de fortalecer esse eixo na luta antirracista. Logo, um dos pontos principais focados pelas ONGs negras é a questão do reconhecimento de raça/grupo étnico/gênero como variável significativa em matéria de saúde, inclusive com parcerias governamentais como a do Ministério da Saúde.

Nesse sentido, desde Durban as ONGs negras brasileiras buscam as suas reivindicações pautadas nas demandas locais. Após a Conferência de Durban, durante o governo Lula, há registros de mudanças nesse sentido, uma vez que foi realizada no campo da saúde pública, em dezembro de 2001, uma reunião que resultou no documento Política Nacional de Saúde da População Negra (Pnud & Opas, 2001). Produzido por profissionais de diversas organizações internacionais, do movimento negro e de representantes de instituições universitárias, o documento informa que a participação brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo produziu um “ambiente favorável” para uma atuação “mais incisiva na superação das desvantagens sociais geradas pelo racismo” (Pnud & Opas, 2001, p. 5).

Vale lembrar que, com o Governo Lula, é criada também a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) que surgiu no primeiro semestre de 2003 visando atender o debate das desigualdades étnico-raciais no Brasil.

Diante da criação da SEPPIR, crescem as publicações e informes da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, constituída pela articulação do movimento de mulheres do Brasil, que permite múltiplas evidências da presença do tema nas notícias da imprensa (jornais de circulação nacional); em eventos (seminários, palestras, audiências públicas) promovidos por organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e por agências estatais nas áreas do ensino, saúde e cultura; em publicações diversas (livros, boletins e revistas de divulgação científica), assim como em concursos de teses, prêmios e linhas de financiamento para projetos.

É de fundamental importância a criação da SEPPIR para a reivindicação das pautas específicas, um exemplo disso é citado por Maio & Monteiro (2005) que comentam sobre o Comitê Técnico de Saúde da População Negra constituído em Agosto de 2004, integrado por representantes de diversos órgãos e instituições do Ministério da Saúde e da Seppir. O Comitê tem as seguintes atribuições:

I – sistematizar propostas que visem à promoção da equidade racial na atenção à saúde; II – apresentar subsídios técnicos e políticos voltados para a atenção à saúde da população negra no processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Nacional de Saúde; III – elaborar e pactuar propostas de intervenção conjunta nas diversas instâncias e órgãos do Sistema Único de Saúde; IV – participar de iniciativas intersetoriais relacionadas com a saúde da população negra; e V – colaborar no acompanhamento e avaliação das ações programáticas e das políticas emanadas pelo Ministério da Saúde no que se refere à promoção da igualdade racial, segundo as estratégias propostas pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR). (Diário Oficial da União, seção 2, 16.8.2004, p. 19)

Por conseguinte, a SEPPIR enquanto âmbito do Estado, dialoga diretamente com o Ministério da Saúde e instituições como as ONGs negras para reafirmar e expandir medidas e propostas. No mesmo ano, em 2004, ocorreu o 1º Seminário Nacional da Saúde da População Negra, entre os dias 18 e 20 de agosto de 2004, em Brasília, patrocinado pelo Ministério da Saúde e pela Seppir. O evento trouxe novos desdobramentos das concepções e propostas apresentadas no documento previamente mencionado de Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade (Pnud & Opas,2001).

O seminário contou com a presença de gestores em saúde pública, médicos, enfermeiros, representantes de ONGs vinculadas a projetos sociais e ativistas do movimento negro, parte dos quais inseridos em instituições acadêmicas. O que mais se destaca nessas discussões é a importância de se desenvolver políticas que envolvam a questão da saúde de grupos étnico-raciais e, nesse ponto, as ONGs negras são bastante incisivas em suas propostas de ação política.

Para subsidiar as discussões do 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra, a coordenação do evento divulgou um Caderno de textos básicos. Nele, há uma revisão da bibliografia, contextualizando historicamente conceitos considerados importantes para a abordagem do tema ‘saúde da população negra’, como: cidadania, raça e medicina; racismo; preconceito; democracia racial; racismo institucional; ações afirmativas e empoderamento. São também tratados os princípios do SUS e a controversa relação entre classe e raça/cor, além das interações entre os movimentos

sociais e organizações governamentais relativas aos direitos da população negra e a presença do Brasil em conferências internacionais finalizam o trabalho (Figueroa, 2004)

Nesse sentido, é que se reforça e se busca apontar o elemento da identidade étnico-racial que passa a ser ainda mais determinante no momento em que há decisões políticas a serem concretizadas, pois são constantemente evidenciadas pelos representantes dos grupos identitários negros e militantes.

Além da ONU e da SEPIR, as ONGs negras estão em contínuo contato com outros órgãos e atores políticos como: ABONG, CONEN, AMNB e diversos apoiadores financeiros nacionais e internacionais.

A ABONG é a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais que foi fundada em 1991<sup>16</sup>. A ABONG é responsável por agrupar as ONGs e organizá-las em seus objetivos. Nessa pesquisa, verifica-se que as três ONGs em destaque: Criola, Fala Preta e Geledés são associadas à ABONG no intuito de articular políticas e reivindicações em âmbito nacional e internacional. Ou seja, há muitas ONGs negras associadas à ABONG que buscam alianças com movimentos sociais e redes temáticas.

O surgimento da ABONG em 1991 acompanha também o processo de surgimento das ONGs em geral e da institucionalização dos movimentos sociais negros, realizados pelas ONGs negras a partir da década de 1990. Observa-se assim a complexidade organizativa e burocrática que envolve a atuação das ONGs negras.

Uma instância política importante nas relações políticas das ONGs negras é a Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN) que não coincidentemente tem seu surgimento na década de 1991. Com atuação nacional, a CONEN se responsabiliza pela unidade de ação política das várias entidades negras no Brasil. Como as ONGs negras participam das mesmas lutas travadas desde os movimentos sociais negros, há estratégias diversas “expressando-se em inúmeras organizações e coletivos como o Movimento Negro Unificado (MNU), a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO).

É importante destacar o movimento de mulheres negras vem expondo as perversas conseqüências do encontro entre as desigualdades de raça e gênero no Brasil e dois coletivos que se destacam nessa luta são a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e o Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN) (Ciconello, 2008).

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://abong.org.br/quem\\_somos.php](http://abong.org.br/quem_somos.php).

A UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) é uma organização fundada em 14 de Julho de 1988 e está organizada em 24 Estados da Federação. Conta com uma Coordenação Nacional, Executiva Nacional e Secretaria Nacional, sediada em São Paulo.

Em muitas ações, A UNEGRO dialoga com as ONGs negras, uma vez que desempenhou papel importante na construção do I Encontro Nacional de Entidades Negras e no Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, encontros nacionais de mulheres negras, trabalhadores e sindicalistas antirracismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entre outras iniciativas. Vale ressaltar a participação na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul em 2001.

Por conseguinte, as ONGs negras afirmam sua luta na AMNB e no FNMN travando as especificidades de suas agendas étnico-raciais e de gênero. A Articulação de Organização de Mulheres Brasileiras têm como missão promover políticas articuladas de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação.

A AMNB tem as seguintes propostas: a) Monitorar os resultados da III Conferência contra o racismo; b) articular as ações das ONGs integrantes da AMNB em todo o país; c) ampliar e aprofundar o debate avaliando-se o que se tem feito em relação a implementação das políticas públicas propostas; d) propor e monitorar políticas públicas; e) intervir no cenário nacional e internacional; f) promover o fortalecimento das ONGs de mulheres negras; g) construir estratégias para inserção na mídia nacional, em todos os temas da conjuntura, com o olhar sobre a temática gênero, raça/etnia; h) apoiar as entidades integrantes da AMNB na participação em instâncias políticas nacionais; i) promover a integração com movimentos sociais com princípios de defesa dos direitos humanos, justiça social e econômica; j) propor e produzir publicações.

A AMNB reúne organizações de mulheres negras de todas as regiões do país com atuação nas áreas de educação, saúde, promoção, proteção, reparações e defesa dos direitos humanos, trabalho/emprego/geração de renda, cultura/esporte/lazer, meio ambiente/desenvolvimento, segurança pública, comunicação/mídia, valorização da identidade de gênero e de raça/etnia.

Das três ONGs negras tratadas em nossa pesquisa, apenas a Criola e a Geledés são integrantes da AMNB, até porque a Fala Preta! está inativa e encontramos registros da filiação da Fala Preta! à AMNB. Aquelas que são integrantes da AMNB deverão estar de acordo com os princípios da Carta da Articulação de ONGs de Mulheres negras Brasileiras, comprometendo-se inclusive a defendê-las.

Quanto ao Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN) é um espaço de diálogo e articulações explorado também pelas ONGs negras tanto em informações quanto em intervenções políticas com relação ao combate ao racismo. Dessa forma, o Fórum Nacional de Mulheres Negras aconteceu a partir dos Encontros Nacionais de Mulheres Negras em BH e MG e em outros estados reunindo mais de 430 mulheres negras e jovens, surgindo, assim, no âmbito de troca de informações, formação, interlocução e a autonomia do movimento de mulheres negras.

Em 1991, surge o FNMN<sup>17</sup>, no qual as mulheres negras jovens, idosas, profissionais de diferentes setores do governo, pesquisadoras e organizações sociais tentam repensar medidas para melhores condições de vida das mulheres negras com os seguintes objetivos:

- 1) Ampliar a participação das Mulheres Negras em seminários, conferências e encontros de forma justa e igualitária;
- 2) Socializar os conhecimentos e a participação de mulheres negras de todas as regiões territoriais, com ênfase no Norte e Nordeste;
- 3) Organizar lideranças de mulheres negras em âmbito nacional, colaborativa para propor e monitorar políticas públicas na área das relações de gênero, violência e combate ao sexismo;
- 4) Monitorar a implementação de políticas públicas, voltadas para a população negra com ênfase nas mulheres negras e jovens nos âmbitos municipais, estaduais e federais, Plano Nacional de Políticas para Mulheres, Plano Nacional da Igualdade Racial.

Portanto, entre as articulações das ONGs negras, o FNMN é um dos atores políticos importantes, principalmente pela proximidade da agenda política e objetivos em âmbito nacional e também por pautar agendas e objetivos na especificidade da mulher negra, logo, articula-se na luta política das ONGs negras.

---

<sup>17</sup> Para maiores informações ver o link: <http://forumnacionaldemulheresnegras.blogspot.com.br/>.

Além dos órgãos que já destacamos, as ONGs negras obtêm, apoio, cooperação e parcerias pelas agências financiadoras nacionais e internacionais que são responsáveis pelo desenvolvimento de ações e recursos das ONGs negras. Nisso, um dos fatores principais para que as ONGs negras sejam grandes protagonistas no combate ao racismo no Brasil nos moldes contemporâneos, deve-se às suas capacidades organizativas e aos investimentos direcionados às suas práticas.

A princípio os recursos financiando-as advinham somente das agências, no entanto, a partir da década de 90, o Estado passou atuar como tal por dois motivos: a política neoliberal instituída a partir desta década, onde se estimulou a privatização de serviços, além da pressão internacional por políticas de gênero. Esta parceria cria órgãos do Estado para controle de políticas de gênero, como as secretarias dos direitos das mulheres (BUARQUE; VAINSENER, 2001).

Algumas agências de cooperação e apoio acompanham a atuação das ONGs negras como a Criola, Fala Preta e a Geledés, tais como: Action Aid Brasil; CERIS-Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social; Comissão Européia; Coordenadoria Ecumênica de Serviço; Fundação Heinrich Boll; Fundo SAAP; Global Found for Women; MAMA CASH; WK KELLOGG Foundation e FORD Foundation são os principais nomes envolvidos.

Cabe analisar aqui qual é o nível de participação dessas agências e como elas interagem com as ONGs negras, pois têm-se muitas visões em torno dessa participação, tendo em vista que muitas são internacionais e transnacionais, não aproximando-se muito da realidade nacional ou local. Dentro desse processo, Borsari e Cassab (2010) destacam que:

Hoje as ONGs são constituídas por um quadro de profissionais especializados e assalariados, com alguns voluntários, estas recebem apoios financeiros de agências financiadoras nacionais, estrangeiras e do Estado. Desenvolvem atividades com objetivo de influenciar políticas públicas e apoiar o Estado (Borsari e Cassab, 2010, p. 57)

Como se vê, o desenvolvimento de políticas públicas e até mesmo a possível sustentação dos funcionários das ONGs dependem diretamente de recursos externos que advêm de parcerias e cooperação das agências. Ou seja, o fortalecimento político das ONGs em geral se dá pela fonte de recursos vindas das agências de fomento.

Fontes (2010, p. 237) enxerga como uma nova especialização técnica introduzida pelos agenciadores de recursos nacionais e internacionais, uma vez que pelo mesmo

espaço a filantropia se imiscuia na militância, no deslizamento da “luta social” para a estar “ a serviço de” uma contribuição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade. Na visão de Fontes, esse fenômeno modifica a política no Brasil aproximando-se dos padrões de cunho capital-imperialista.

De fato, esse é um aspecto crítico bastante explorado, tendo em vista que depois de 1990 com o fortalecimento de políticas neoliberais e a busca do Brasil pelo desenvolvimento econômico como elemento central de sua agenda política, a influência econômica desenvolvimentista não ocorreu de forma diferente e até mesmo as demandas que outrora era de movimentos sociais negros, se tornaram pauta das ONGs de caráter étnico-racial que procuravam ter acesso a esses tipos de recursos.

Os recursos e investimentos são fornecidos às ONGs em geral, e esses recursos são distribuídos principalmente nas áreas da valorização da população negra, saúde, cidadania e direitos humanos em relacionamentos de parceria com organismos financiadores em maior escala do que com o próprio Estado. Nesse sentido, a ação das ONGs:

[...] responde a uma questão de outra ordem. Não se trata mais de um confronto político de confiança, mas sim de lidar com o impasse criado pela incapacidade do setor público na prestação de serviços. Está estabelecida uma crise de confiança que não tem mais o fundamento político, mas que tem fundamento econômico e que deriva da incapacidade e ineficácia do Estado em prestar a assistência demandada pela população (GONÇALVES, 1996, p. 54).

Dessa forma, muitas agências financiadoras fornecem apoio de acordo com suas caracterizações e áreas temáticas, a exemplo da CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) que concede financiamentos a grupos informais, movimentos populares e entidades representativas em diversas áreas temáticas de organizações e associações com trabalho educativo e formativo.

A Comissão Européia também compõe o quadro das agências que financiam as ONGs em geral e as ONGs negras brasileiras, contribuindo com seu financiamento para o desenvolvimento sustentável e as florestas tropicais, atuando nas áreas temáticas de meio ambiente; ciência e tecnologia; direitos humanos e democracia e cooperação econômica<sup>18</sup>.

Já a tão conhecida Fundação Ford concede financiamentos para projetos de pesquisa, *advocacy*, formação e/ou para capacitação para formadores de políticas

---

<sup>18</sup> Ver em: [www.comdelbra.org.br](http://www.comdelbra.org.br)

públicas, mulheres, negros, pequenos produtores rurais e povos da floresta. Dirige-se a entidades públicas e privadas. Seu foco é nas áreas temáticas de saúde reprodutiva, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, governos, sociedade civil e educação.

Com relação à WK KELLOGG Foundation<sup>19</sup> que também é um grande nome das agências de fomento, busca promover seus financiamentos com fins de propiciar aos indivíduos, comunidades e instituições resolverem seus próprios problemas dentro das áreas temáticas de saúde, desenvolvimento rural e de sistemas de alimentação, juventude e educação, filantropia e voluntariado.

As parcerias e articulações das ONGs negras estão relacionadas com seus objetivos e, quando não, parecem adequar-se às áreas temáticas das principais agências financiadoras para que alcancem alternativas em suas missões. Um dos dados comuns marcantes entre as ONGs negras e as agências financiadoras é a saúde e a educação, algo que é constantemente apontado com prioridade de ações e projetos das ONGs negras.

Ainda que, com suas prioridades e, coincidentemente, com a questão de gênero fortemente atrelada à identidade étnico-racial, as ONGs negras se formam primariamente pela construção dessa identidade que nos permite considerar como se dá esse processo de construção da identidade que norteia a ação coletiva do grupo, transformando esse mesmo grupo em ator político e social.

Diante disso, as ONGs negras formam uma complexa rede de ações e interações que de alguma forma traz visibilidade para a desigualdade racial e de gênero em nosso país. Como vimos na seção desse capítulo, além dos órgãos públicos e privados, as ONGs negras contam com apoio nacional e internacional, uma vez que quanto mais atuantes em seus propósitos, em maior quantidade observamos essa atuação.

As três ONGs negras que escolhemos são exemplos da complexa organização e institucionalização do tratamento da problemática racial que vêm impulsionando uma luta antirracista em diversos campos com um caráter cada vez mais estruturado e setorizado.

Na visão de Santos (2008) uma das organizações que mais obteve recursos das Fundações Ford e Kellog na preparação para a Conferência de Durban foi o CEAP que também teve sua importância mobilizadora significativa durante a Conferência, mas não se trata de nenhuma ONG analisada nesse trabalho.

---

<sup>19</sup> Maiores informações em: [www.wkkgf.org](http://www.wkkgf.org)

Atualmente, proliferam ONGs que realizam trabalhos a favor da comunidade negra, no campo da assistência jurídica, da educação, da saúde reprodutiva. São projetos e experiências que vêm apontando saídas alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população negra. Entretanto, essas organizações ficam vulneráveis politicamente. Muitas delas desenvolvem ações subordinadas às linhas de financiamentos de governos ou de agências estrangeiras, o que implica, em alguns casos, a perda da autonomia ou a mudança de suas metas e prioridades (Domingues, 2008, p. 110)

Como já comentamos, é importante perceber se a caracterização das ONGs é algo pensando e praticado por elas inicialmente ou se é algo impulsionado pelas agências e pelos recursos ofertados pelas mesmas. Outro organismo que tem dedicado atenção às ONGs negras é o Instituto Brasileiro de Diversidade<sup>20</sup> (IBD) que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove a diversidade através de projetos que também se articulam com as ONGs negras. Entre eles estão:

- **2007/2008:** Curso de capacitação estratégica para ONGs Negras. Iniciativa pioneira apoiada pela Fundação Ford, que constituiu marco na história do Movimento Negro brasileiro ao oportunizar uma análise na conjuntura nacional na perspectiva de Lideranças Negras. Especialistas acadêmicos e pesquisadores da temática étnico-racial se reuniram em busca de alternativas para enfrentamento dos principais desafios que envolvem a gestão dessas organizações não governamentais.
- **2009/2010:** Consolidação das ONGs Negras: Propostas de formação, implementação, acompanhamento, avaliação de desempenho e de modelo replicativo de experiências. Em continuidade ao Curso de capacitação estratégica para a sustentabilidade de ONGs Negras, o IBD, com apoio da Fundação Ford, selecionou 5 (cinco) entidades que participaram do Curso para acompanhar a implementação do planejamento estratégico nessas organizações.
- **2008/2009:** Revisão de material didático e pesquisas na área da diversidade. Incentivo para a produção de dissertações e teses nos temas: administração, educação e ações afirmativas.

---

<sup>20</sup> Sobre os projetos realizados ver o link: <http://ibd.org.br/projetos/>

- **2006/2009:** Palestras, seminários e debates sobre diversidade para instituições públicas e privadas (Fundap, Revista Veja, Conselho do Negro).
- **2009:** Assessoria na gestão de políticas públicas na área da diversidade, para a criação do Selo Paulista da Diversidade, âmbito estadual (SP);
- **2008:** Desenvolvimento do Selo da Diversidade Étnico-Racial da prefeitura de Salvador, em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos, seccinonal Bahia (ABRH) e o Instituto de Responsabilidade e Investimento Social (IRIS);
- **2006/2008:** Integrante do Comitê Técnico dos 3º e 4º Prêmio FGV de Responsabilidade Social e Sustentabilidade no Varejo.

O IBD funciona com parcerias, assessorias e incentivo em ações, produtos e serviços e não apenas com articulações com as ONGs negras, mas com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

São muitas as articulações das ONGs negras com outros atores políticos e sociais, uns ligados ao setor público e outros ao setor privado, de maneira que essas parcerias beneficiem os objetivos das ONGs. Após identificarmos quais relações e como todos esses atores interagem, tentaremos esboçar as ações, interações, resultados e contribuições das ONGs negras, que, através de um alto nível institucional vem buscando soluções no campo do combate ao racismo.

Ao analisar os ganhos e resultados, poderemos entender se essas ONGs negras avançam em suas práticas, já que com o passar do tempo adquirem uma complexidade burocrática e dialogam com diversos atores. Isso é distinto das demais organizações negras que existiram ao longo da história, pois o corpo organizativo das ONGs é formado por militantes-profissionais ou profissionais-militantes. Como bem explica Santos (2008):

A escolha em se estruturar institucionalmente como ONG responde muitas vezes a necessidade jurídica de obtenção de recursos financeiros e de relação de parceria com o Estado. O rótulo ONG geralmente é sinônimo de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e com capacidade técnica de atuação e gerenciamento de recursos financeiros de natureza privada ou pública (Santos, 2008, p. 15)

Portanto, dentro do que as ONGs negras se propõem, iremos compreender a existência de resultados diante do que se conquistou e têm-se buscado conquistar na produção de informações e também quanto à mediação entre os movimentos negros, o Estado e o conjunto organizado da sociedade civil.

### **3.3 ALGUNS RESULTADOS DA ATUAÇÃO DAS ONGS NEGRAS NO BRASIL**

Ao tratar dos resultados e contribuições dadas pelas ONGs no cenário brasileiro, priorizamos as três ONGs que trouxemos em análise, embora saibamos que são parte de uma complexa rede de ações junto às outras organizações e setores do Estado e da sociedade civil. Contudo, entendemos que ao analisarmos os registros de resultados dessas ONGs negras principais, observaremos se houve avanços na problemática antirracista e no trato da questão em nosso país.

A maior parte dos programas e ações das ONGs negras é de valorização da identidade étnico-racial e de melhorias na saúde e educação. Domingues enxerga isso como um processo de superação do racismo, utilizando também a riqueza cultural e a imagem e importância histórica do negro para a sociedade brasileira:

“...a estratégia política de enaltecimento dos símbolos e artefatos culturais atribuídos aos negros tem o intuito de produzir auto-estima e uma auto-imagem positiva nesse segmento populacional. Para o movimento negro, o processo de superação do racismo passa, indubitavelmente, pela etapa de (re)encontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica” (Domingues, 2008, p. 113)

Mas é importante percebermos que mesmo lidando com o fortalecimento e valorização dessa identidade, temos um dos primeiros passos que auxiliam a formações de grupos e organizações, uma vez que dotados de consciência, viabilizam um projeto político específico para os negros. Ora, a luta contra a desigualdade racial é antes uma tarefa democrática (Fernandes, 1989).

Diante disso, o que temos é uma articulação política que busca positivar a identidade. O que nos chama a atenção na pesquisa dessas três ONGs negras Criola, Fala Preta! e Geledés é que, além de tudo, tem como característica a identidade de gênero, impulsionada principalmente após Durban, tornando cada vez mais visível a atuação e a presença dessas ONGs.

Já é amplamente reconhecido no Brasil o impacto que o processo de realização da III CMR teve sobre os debates das relações raciais no Brasil e sobre as políticas públicas voltadas para o enfrentamento das disparidades raciais – processo no qual o protagonismo das mulheres negras foi amplamente reconhecido. A partir deste período, o país tem se destacado no cenário internacional pela adoção de mecanismos institucionais de promoção da igualdade racial, bem como pelo desenvolvimento de ações e políticas que visam à igualdade étnico-racial no país ( Werneck, 2010 p. 120)

A atuação das ONGs negras, buscou também transformações nas relações raciais na vida das mulheres negras brasileiras e com isso entenderemos as mudanças e as políticas públicas que resultaram em progresso no combate à desigualdade étnico-racial.

Portanto, é importante que reconheçamos que muito do que se foi buscado dentro da luta antirracista teve o protagonismo das ONGs negras formadas por mulheres, e com isso, os resultados refletem em parte da agenda política dessas organizações, como veremos a seguir com base na publicação de Werneck (2010) que contribui para uma possível avaliação desses resultados.

#### **a) Sobre a promoção da Igualdade Racial e políticas para as mulheres**

Existe de forma consensual no Brasil a necessidade da participação do Estado no confronto ao racismo e ao sexismo através de políticas universais dentro dessas especificidades. Esse consenso perpassa a nossa realidade desde a Constituição Federal de 1988 com a redemocratização do país.

Por conseguinte, foi reforçada a possibilidade de recursos e ações afirmativas, a partir da Conferência de Durban e da criação de mecanismos institucionais como as Secretarias Especiais do governo federal, como a de políticas para as mulheres e para a promoção da igualdade racial. Atualmente gestores/as responsáveis pelas Secretarias Especiais vinculadas à Presidência da República, de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial, têm status de Ministros de Estado, ainda que contem

com disponibilidade de recursos e de mobilização da máquina estatal, marcadamente inferiores aos Ministérios.

Tais instituições têm como principal objetivo a gestão, articulação e coordenação dos esforços do governo federal para a implementação de perspectivas que busquem garantir a equidade de raça e de gênero nas políticas públicas, o que inclui o confronto às iniquidades e a transformação social.

No entanto, após alguns anos de ação destas Secretarias, o que se verifica é a ausência de condições necessárias para o exercício de suas missões, particularmente na coordenação das iniciativas dos demais ministérios e organismos governamentais federais, estaduais e municipais para a promoção da equidade. Ausência verificada tanto do ponto de vista estrutural, especialmente no que se refere a quadros técnicos qualificados e a orçamentos adequados, quanto em relação à legitimidade política intragovernamental. Resultando no desenvolvimento de ações em grande medida insuficientes para realizar as agendas e compromissos pactuados junto às organizações da sociedade civil, em especial as organizações de mulheres negras (Werneck, p.121)

Logo, mesmo com o avanço da criação das secretarias com especial atenção à equidade racial e de gênero, o que temos é uma insuficiência de ações, uma vez que Werneck (2010) afirma sobre a SEPPIR que as suas ações foram, de longe, insuficientes para responder às suas responsabilidades. Para auxiliar na promoção da equidade do país há também diferentes mecanismos de consulta principalmente às Conferências nacionais e aos conselhos de gestão participativa.

Assim, Conferências Nacionais têm sido convocadas de forma periódica beneficiando de forma expressiva a capacidade de diálogo entre governos e a sociedade civil organizada. Essas dão origem a Planos de Ação nacionais nas diferentes áreas com o objetivo de nortear a implementação de programas e políticas e, principalmente, identificar prioridades para a ação governamental num período determinado, beneficiando e descentralizando – a formulação de políticas de promoção da equidade de gênero e raça, sendo ainda pouco avaliados os impactos resultantes da mobilização de grandes contingentes de pessoas, inclusive de mulheres negras.

Trata-se de um processo que ainda vem se consolidando, tendo limitações quanto à capacidade de monitoramento e avaliação dos resultados. Vale salientar também que esses organismos e secretarias tem tido pouca influência sobre as ações prioritárias governamentais, pois a promoção da equidade pelo governo federal é direcionada à transferência de renda e segurança alimentar denominada Programa Bolsa Família( Werneck, 2010)

Trata-se de estratégia prioritária governamental, cujo objetivo é promover o acesso das famílias abaixo da linha da pobreza à renda mínima que permita a satisfação de suas necessidades básicas, de alimentação principalmente. Este programa de transferência de recursos financeiros resulta da reunião de diferentes ações e programas de assistência a famílias pobres instituídas no país na última década, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-gás.

De acordo com Werneck (2010) a transferência de renda é feita, na maior parte das vezes, diretamente para mulheres que, como contrapartida, devem oferecer uma administração. As mulheres representam 92% das titulares do Programa, que devem administrar entre R\$ 18 e R\$ 112,00 mensais. Apesar de se reconhecer o impacto que o racismo tem na produção da pobreza e da indigência, os dados raciais de alcance deste Programa não estão disponíveis. Não estão se desenvolvendo, a partir daí, o enfrentamento das causas associadas às iniquidades raciais e de gênero. Ao contrário, em muitos casos há o reforço a estereótipos e iniquidades que deveriam combater.

Dessa forma, a autora enxerga que programas sociais como o do Bolsa família não contemplam as desigualdades raciais e de gênero, mas são o centro das políticas governamentais no Brasil “ignorando a importância do racismo como fator de determinação dos níveis de renda e pobreza das pessoas e as intersecções entre racismo, sexismo e seus efeitos sobre mulheres negras e indígenas. O Programa termina por não definir indicadores e metas específicas para estes subgrupos populacionais e sequer divulgar regularmente dados segundo a raça das beneficiadas.

Werneck (2010) aponta que o Programa Bolsa família contribuiu para a redução das desigualdades sociais no Brasil, já que sem abordagens e metas específicas, incluem eixos de subordinação como o racismo e não se pode produzir uma redução das desigualdades de modo sustentado.

Embora tenhamos abordado aqui o caso do Programa Bolsa Família, esse não é tratado como uma ação primordial pelas ONGs negras, mas é importante ser pensando enquanto avaliação dos resultados dentro das políticas públicas, que não é preocupação de nossa pesquisa. Todavia, o próximo ponto é bastante presente na pauta das ONGs negras brasileiras, a saúde e direitos reprodutivos.

## **b) Saúde e Direitos Reprodutivos**

Com relação à saúde e aos direitos reprodutivos, as ONGs negras tem buscado fortalecer ações e até mesmo priorizar sua atuação nesse aspecto, contando inclusive com ajuda de parceiros e investimentos como contatamos anteriormente.

Na visão de Werneck (2010) os programas organizados como respostas a demandas externas (de homens e de Estados) de controle da fecundidade foram a principal forma de ação – e intervenção – dos sistemas de saúde (público e privado), resultando em esterilização em massa que aconteceu no país entre os anos 70 e 90, o que resultou em vertiginosa queda das taxas de fertilidade do país. Para a autora:

Apesar dos acordos internacionais e nacionais que afirmam o direito à saúde, as precárias condições de acesso das mulheres negras incluem pouca disponibilidade de serviços próximos de seus locais de residência; pouca flexibilidade no trabalho para poderem ir aos serviços; indisponibilidade de meios de transporte adequados e ágeis para seu deslocamento; baixa qualidade da ação dos profissionais, a incapacidade ou desinteresse das instituições em enfrentar seu racismo (e sexismo) institucional, etc. Isto diante da inexistência ou insuficiência de ações de promoção de saúde e de prevenção de doenças dirigidas a este grupo. O que as expõem a grandes riscos, resultando em maiores taxas de morte materna e a diferentes agravos, quando comparadas às demais mulheres (Werneck, 2010, p. 127.)

Werneck constata que há falhas graves de acesso à saúde de qualidade para as mulheres negras, algo que, por consequência, tem provocado uma forte participação no tema da saúde, pois as políticas públicas ainda não são capazes de alterar de modo sustentado os quadros de morbi-mortalidade desse grupo em questão.

Interessante perceber que as ONGs trazidas em análise enfatizam a importância da saúde e de sua garantia como direito para as mulheres negras e o público negro como um todo, por meio de oficinas de conscientização e projetos voltados ao esclarecimento da saúde reprodutiva e prevenção de DSTs. Logo, mesmo com a insuficiência de resultados, as ONGs negras reforçam seu âmbito de atuação àquilo que elas consideram estar debilitado, como é a questão da saúde.

## **b) As Mulheres Negras e o Mercado de Trabalho: o trabalho doméstico**

A imagem e a identidade das mulheres negras no Brasil e na diáspora africana têm sido marcadas, em muito, pelo trabalho. De fato, a inserção das mulheres negras no

mundo do trabalho tem sido uma constante desde a escravidão até os dias atuais, além das precárias condições com que as diferentes formas de trabalho são desenvolvidas por essas mulheres em consequência de padrões de hiperexploração que ainda hoje são ativos, refletido nas maiores taxas de desemprego e em altíssimas taxas de precarização do emprego.

Entre as diferentes ocupações exercidas pelas mulheres negras no Brasil, a atuação no setor de serviços tem maior destaque, exercidas com alto grau de informalidade e em condições de exploração de mão-de-obra e baixos rendimentos. Entre estas, a maior importância é dada ao trabalho doméstico.

Ao analisar os resultados pós Durban, junto às pressões das ONGs e outros grupos, Werneck identifica que, apesar de sua importância tanto para as mulheres quanto para as comunidades negras, o trabalho doméstico não tem recebido atenção adequada das políticas públicas. Ao contrário, ainda enfrentam, neste século XXI, condições de exploração que guardam semelhanças com padrões escravocratas.

Os avanços que foram tentados no contexto pós-Durban, surgem a partir de 2003 quando o governo federal instituiu através da instalação de um grupo de trabalho envolvendo representantes de diferentes áreas (políticas para as mulheres, promoção da igualdade racial, trabalho e previdência, juntamente com organizações de trabalhadores/as) com a tarefa de elaborar uma ação de impacto para este segmento de trabalhadoras e suas condições de trabalho.

Muitas propostas foram apresentadas, várias delas foram vetadas pela Presidência, sob a alegação de impacto sobre os indicadores econômicos, sobre o *déficit* da Previdência e sobre os compromissos com o *superávit* primário. Como alternativa, foi aprovado e implementado o Programa Trabalho Doméstico Cidadão, lançado em 2005, que teve como objetivos a elevação de escolaridade das trabalhadoras; a ampliação da proteção social e fortalecimento da representação das trabalhadoras domésticas; a melhoria das condições de trabalho e estímulo ao debate e à promoção da revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo a Seppir, foram realizadas no âmbito deste programa oficinas de aprofundamento com 200 participantes em Salvador, Brasília e Recife (2005); cursos para 350 trabalhadoras domésticas em seis estados, a saber, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo (capital e Campinas) (2006); participação em eventos comemorativos do Dia Nacional do Trabalhador Doméstico (2006); seminário

nacional “Ampliando os direitos das trabalhadoras domésticas: Direitos Humanos, Previdência Social e Habitação”, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2006); lançamento de pacote de incentivo habitacional para trabalhadoras domésticas, motoristas, caseiros e jardineiros de todo o país a partir de parceria entre SPM, Ministério das Cidades, MTE e Caixa Econômica Federal que disponibiliza “financiamento de casas de até R\$ 20 mil em 20 anos, sem juros e com parcelas de cerca de R\$ 83,00, ou a Resolução 460, que financia imóveis de até R\$ 14 mil com recursos do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço, sem exigir contrapartida do beneficiário.

Para a participação dos programas, seria necessário estar empregado com carteira assinada, a edição de medida provisória 284, que oferece incentivos a empregadores/as (deduções no imposto de renda) que cumprirem a legislação trabalhista, garantindo os direitos constitucionais das trabalhadoras domésticas, como assinatura de carteira e pagamento ao INSS.

De acordo com Werneck (2010) o não estabelecimento e/ou disponibilização de informações sobre indicadores quantitativos e qualitativos e metas propostas e realizadas dificulta a avaliação da efetividade das ações desenvolvidas. O que impede que se avaliem as ações que confrontem e impeçam tais padrões de exploração e na exclusão das organizações de mulheres negras, que atuam mais frontalmente nas lutas antirracistas e antissexistas, fatores fundamentais da subordinação do trabalho doméstico, dos mecanismos de participação ou de pactuação.

Contudo, agora no ano de 2013 visualizamos um avanço na questão do trabalho doméstico como um todo, conhecida como a PEC das domésticas, que trouxe uma ampliação aos direitos trabalhistas das domésticas e dos trabalhadores em geral<sup>21</sup>. Porém, a perspectiva sobre a desigualdade e exploração do trabalho é pertinente nos resultados das ações das ONGs negras no que diz respeito à denúncia e a conscientização.

### **c) Educação**

---

<sup>21</sup> Ver em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/04/03/nova-lei-do-trabalho-domestico-comeca-a-valer-a-partir-desta-quarta-feira-3>. Acesso em 15 de Junho de 2013.

A educação tem sido uma área prioritária depois da Conferência de Durban, pois a educação tem sido vista pelas mulheres negras militantes, como estratégia para a alteração das condições de subordinação em que vivem as mulheres e toda a população negra.

Após Durban, as cotas raciais para o ensino superior brasileiro que têm catalisado as principais discussões da mídia, sociedade civil e das instituições públicas em torno das ações de combate às desigualdades raciais na educação. No ano de 2012, tivemos a sentença do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da constitucionalidade das cotas raciais seguida pela aprovação do Congresso Nacional da obrigatoriedade de sua suscitando a necessidade de sua implementação por um grande número de universidades públicas brasileiras.

Têm-se enfatizado cada vez mais a necessidade de ampliar, melhorar e reafirmar a necessidade de políticas públicas que englobem o negro em sua especificidade. O relator do processo que discutia a problemática das cotas raciais no STF, o ministro Ricardo Lewandowski, declarou em seu voto que, apesar de a Constituição Brasileira dizer que todos são iguais perante a lei, há, ainda hoje, uma desigualdade na prática.

É óbvio que, falar de cotas é uma abordagem complexa que envolve muitas abordagens, mas o importante é destacar que pouco a pouco foi uma temática que ganhou espaço nas mais relevantes esferas e uma conquista dos movimentos sociais negros e demais segmentos sociais e políticos.

Vale reconhecer que as ações afirmativas de educação no Brasil não se restringem às alternativas de cotas. Werneck (2010) indica que a partir da Conferência de Durban, o governo federal produziu várias propostas na área educacional. São elas: garantia do acesso e da permanência das crianças negras na escola; promoção da alfabetização e qualificação profissional dos jovens e adultos negros; incentivo à inserção de jovens negros na universidade; implementação da Lei 10.639 que inclui o ensino da história e cultura afrobrasileiras nos currículos escolares; estímulo a uma pedagogia não racista, não sexista e não homofóbica no sistema educacional brasileiro.

Outro aspecto interessante na luta das ONGs negras está ligado ao acréscimo das medidas raciais nas cotas que contemplem uma “subcota” referente ao gênero, ainda que não se tenha registros até o momento sobre essa inclusão na educação no Brasil, mas é algo que pode ser acompanhado ao longo desse processo reivindicatório das ONGs negras no enfrentamento das desigualdades.

#### **d) Participação Política**

Entre os principais resultados das ONGs negras, podemos dar ênfase à participação política sem medo de errar, uma vez que houve uma intensa participação de mulheres negras e suas organizações com uma significativa atuação na Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB.

A intensidade desta participação refletiu não apenas o compromisso político da organização de atuar e influir no processo, como também a capacidade de mobilizar recursos financeiros e técnicos para suas atividades. O que dá visibilidade também à disponibilização de recursos de diferentes atores – agências de cooperação, fundos públicos nacionais e internacionais, entre outros – para apoiar mulheres negras neste processo. As conquistas da III CMR possibilitaram à AMNB tornar-se uma das principais interlocutoras para a formulação de agendas de implementação de políticas públicas, empreendidas tanto por organizações da sociedade civil como por governos de diferentes níveis (Werneck, ano, p.)

A Conferência de Durban em 2001 é sem dúvidas um marco para as ONGs negras brasileiras, tendo em vista o crescimento político que tiveram a partir desse acontecimento e dos avanços, se assim podemos considerar diante de suas propostas de ações e suas agendas.

O envolvimento político das ONGs negras é um importante resultado, mas as mesmas têm buscado o desenvolvimento de políticas públicas que atendam aos interesses das mulheres negras, que conforme vimos, têm especificidades dentro da ampla discussão sobre raça no Brasil. Porém, é pertinente averiguar se esses interesses “setorizam” ou “fragmentam” a luta antirracista como um todo, já que as ONGs negras, principalmente formadas por mulheres, buscam diferentes estratégias e diversificadas redes de diálogo e cooperação.

É pertinente considerarmos que, esses resultados aqui descritos são notados a partir de Durban, com a agenda que foi discutida e apontada pelas ONGs negras que participaram desse processo: Criola, Fala Preta e Geledés estiveram como interlocutoras e influenciaram antes, durante e depois da Conferência apresentando os problemas existentes no enfrentamento ao racismo e ao sexismo.

Como pudemos observar, houve alguns avanços em algumas áreas reivindicadas pelas ONGs negras, mas a dificuldade de avaliação dos resultados e mensuração dos dados não nos possibilita concluir com precisão os resultados de Durban e as

expectativas para os anos seguintes. Todavia, o que há de ser destacado é a intensa e complexa mobilização dessas organizações, que, além de cunho étnico-racial acrescentam o gênero como mais uma identidade vulnerável à exploração e violência.

Dessa forma, as ONGs negras que encabeçam a Conferência de Durban e os processos de formação e implementação de políticas públicas e ações afirmativas no Brasil, trazem consigo um forte aparato burocrático, com amplas redes de apoio e cooperação que necessitam de uma melhor análise, pois é “a partir da política de identidades, o Estado viria a atender as demandas diferenciadas em termos de incorporação social com o fito de chegar à equidade racial” (Maio & Monteiro, 2005, p.432).

Com isso, é preciso entender como as ONGs tem traçado suas atividades até os dias atuais, mas é necessário entender como elas visualizam os desafios que cercam suas atuações políticas, dialogando com importantes órgãos públicos e privados.

Portanto, até aqui desenvolvemos as propostas de trabalho e o projeto político que as ONGs alcançaram, mas não partimos para o entendimento de sua força política vista de dentro para fora, seus desafios e as implicações internas de suas lutas, semelhanças e diferenças e um balanço do que querem e como enxergam o campo do combate ao racismo, principalmente reconhecendo que, trata-se de uma problemática que atravessa a realidade brasileira desde a formação do país.

Não podemos esquecer que essas ONGs se projetam politicamente em âmbito nacional e internacional, e que “a produção de informação passou então a ser um forte componente para a construção e fortalecimento da identidade negra” (Pinto e Souza, 2002, p. 1144). Diante disso, temos organizações que parecem cada vez mais fortes e ativas, legitimando suas lutas ao apresentar dados estatísticos reais e a disparidade das condições de vida entre negros e brancos.

Sobre a desigualdade étnico-racial, Lopes (2004) associa as piores condições de existência (renda, educação, habitação) dos negros quando comparados aos brancos, assim como às implicações negativas da discriminação racial para a inserção no mercado de trabalho, mobilidade social e autoconfiança dos negros, com repercussões na saúde física e psicológica.

Os danos da discriminação étnico-racial na produção das desigualdades em saúde também são alvo de discussões. Para Geronimus (2000) os segmentos étnicos minoritários têm sofrido maior dificuldade de ascensão social, quando comparados à

população branca, em função da falta de acesso à educação, à saúde, ao emprego e à habitação de qualidade.

Assim, as ONGs negras pautam suas agendas e consolidam a sua presença política ao apontarem às reais desigualdades existentes, agindo com “profissionalismo” e estratégias diferentes dos movimentos sociais negros. As ONGs negras tem se destacado dentro da compreensão da categoria “raça” nos estudos e nas ações, e também a forma como tais organizações lidam e reivindicam a questão étnico-racial e acrescentam nessa luta, o aspecto de gênero.

Isso de fato promove outras práticas políticas? Trata-se de mudanças de concepções e práticas políticas com dupla perspectiva? Em que medida essas ONGs negras com pautas feministas inovam quanto às relações raciais no Brasil?

Essas questões e outras são apresentadas em nossa pesquisa, ao passo que conhecemos e identificamos o alcance político dessas ONGs negras que cada vez mais protagonistas de um processo histórico de políticas públicas e ações afirmativas ao público étnico-racial.

## **CAPÍTULO IV - UM BALANÇO SOBRE A ATUAÇÃO E AS ATIVIDADES DAS ONGS NEGRAS NO CAMPO SOCIAL E POLÍTICO NO BRASIL**

As ONGs negras brasileiras estudadas no presente trabalho apresentam significativas contribuições e desafios diante da luta política antirracista. Com isso, realizamos, nesse capítulo, um breve balanço de como as ONGs tecem a sua forma de luta e como buscam enfrentar e legitimar sua presença no cenário brasileiro, principalmente identificando como se delineiam as estratégias pelo reconhecimento e visibilidade da identidade étnico-racial.

### **4.1 As ONGs negras brasileiras: Fala preta!, Criola e Geledés: Novas estratégias em torno da identidade?**

As ONGs negras que abordamos em nossa pesquisa trazem elementos que nos fazem pensar e repensar o tratamento das relações étnico-raciais na contemporaneidade. A escolha das três ONGs, como já explicamos, é pelo protagonismo exercido desde Durban, relacionando suas respectivas atuações e projetos no enfrentamento ao racismo.

Dessa forma, ainda que com semelhantes características na formação e nos objetivos, as ONGs negras no Brasil são heterogêneas em suas agendas. Cada uma tem enfoques particulares e prioridades diferentes

Ao surgirem a partir de 1990, as ONGs negras tornam-se um novo tipo de expressão de luta política que, como vimos, não se dá mais nos moldes dos movimentos sociais negros e nem de assistência aos mesmos, e sim no âmbito institucionalizado e burocrático, gerando possíveis tensões com outras formas de organizações nacionais. Porém, é importante investigarmos como as ONGs negras aqui apontadas, lançam as suas estratégias, bem como se as mesmas se concentram na questão da identidade.

Grande parte das ONGs negras está concentradas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, (inclusive as que escolhemos analisar) com projetos voltados às políticas públicas, violência, direitos humanos, educação e representação política (NOVELLINO, 2006).

Como pudemos ver ao longo da pesquisa, as categorias étnico-raciais uniram-se fortemente ao gênero no tratamento dado pelas ONGs negras e isso pode, de alguma

forma, apontar para os estudos acerca do “feminismo negro”. Mas como nosso trabalho detém-se nas ações políticas de algumas ONGs negras (que curiosamente também são feministas) e suas repercussões dentro do cenário de luta, é possível considerarmos que as mesmas buscam moldar práticas sociais das relações étnico-raciais no Brasil.

Ao estudarmos sobre os projetos, atividades e ações das três ONGs, identificaremos se as mesmas baseiam as suas respectivas atuações no plano da identidade e como lidam com essa questão.

#### **4.1.1 A ONG Fala Preta!**

Embora a ONG Fala Preta! Não exista mais enquanto ONG, a sua atuação em torno da identidade étnico-racial foi muito relevante, pois a ONG exerceu grande influência em processos decisórios antes e durante a Conferência de Durban.

Em entrevista ao Portal Afro, a relatora da Conferência e ex-membro da ONG comenta sobre sua participação:

*Portal Afro - E qual a participação da Fala Preta! neste processo?*

*Edna Roland - A Fala Preta! foi uma das protagonistas nesse processo, na medida em que tivemos a possibilidade de atuar de forma bastante presente em todo o processo da conferência contra o racismo. Tivemos a oportunidade de influenciar todos os documentos oficiais a nível nacional. Desde o início, a Fala Preta! assumiu o compromisso de defender a implantação de políticas de ação afirmativa e apresentar argumentos que pudessem sustentar essa proposta política. Além disso, o espaço que eu tive como relatora oficial da conferência, foi usado também para que esse tema sempre estivesse presente na mídia.*

A ONG Fala Preta! Através da sua participação política buscou exercer seu papel de influenciar e se mobilizar em favor da igualdade racial, e tendo uma mulher membro que pudesse representar a organização só aumentou a sua presença. Para tanto, a identidade étnico-racial aparece como um elemento central nas discussões e reivindicações dessa ONG, pois com seus argumentos reforçam propostas políticas que almejavam implementação. Santos (2008) compreende da seguinte forma esse processo:

Em tese, todo movimento social tem por necessidade legitimar interlocutores junto a esferas de representação do poder constituído que irão, em nome do movimento que dizem representar, “falar por todos”. No caso dos movimentos negros não é muito diferente. Organizações que usufruem de mais experiência organizativa, cujo aprendizado e manipulação de lobby político junto as instâncias de Estado possibilitam a construção de parcerias e redes políticas diversas, tendem a centralizar decisões e a hegemonizar processos decisórios (SANTOS, 2008, p. 18)

A ONG Fala Preta, sem dúvidas se insere nessa análise, uma vez que usufruindo de experiência organizativa e bem representada durante a Conferência de Durban, conseguiu lançar seus discursos e idéias. O que aqui gostaríamos de destacar é que as ONGs negras estão de fato comprometidas em reforçar uma identidade que “une” o segmento negro pelo antirracismo.

Através do avanço da institucionalização da questão racial no Brasil, pela ação de ONGs a partir de 1990, houve rupturas e continuidades do tratamento das relações raciais no Brasil. Todavia, até que ponto podemos afirmar que essas ONGs negras se lançam com novas estratégias políticas? Para responder essa pergunta, podemos recorrer às análises bibliográficas e às questões lançadas para algumas lideranças em materiais já publicados.

A “militância” que a ONG Fala Preta exerceu é encontrada em muitas publicações nos sites das outras ONGs, porém ao deixar de existir, também nos dificultou o acesso a informações e dados mais precisos. Em conversa com a Edna Roland, ela afirmou que a Fala Preta! está inativa por vários motivos, desde que a Edna Roland foi trabalhar na Unesco surgiram muitos conflitos, mas que não houve um único motivo para a desativação da ONG.

De fato, tivemos dificuldades em encontrar material e entrevistas que retratassem o fim da ONG, todavia, a mesma prestou uma forte participação política. No geral, as ONGs negras acreditam atuar muitas vezes em benefício de toda a “causa”, tanto para os movimentos sociais negros como um todo, quanto para o conjunto da população negra, teoricamente o destino principal de suas ações (SANTOS, 2008).

Assim, a proposta de uma ONG negra como a Fala Preta! é a de tentar articular a luta antirracista, por conseguinte, tal luta só se explicita se fortalecerem o elemento “identidade” e construírem experiências e práticas que enfatizem que existe uma desigualdade a ser superada.

Em entrevista dada ao Portal Afro, Edna Roland ao falar sobre projetos, comentou sobre a emergência de questões como as ações afirmativas dentro da luta política:

***Portal Afro - O momento é o ideal para a implementação desses projetos?***

***Edna Roland*** - *Considero que em determinados momentos da história e da vida social, alguns fatores confluem de tal forma que ocorre um processo de aceleração de questões emergenciais, como as ações afirmativas, que já eram discutidas em maior ou menor grau no movimento negro...*

Diante disso, não podemos afirmar que as estratégias das ONGs negras como a da Fala Preta! são inéditas, muito pelo contrário, utilizando-se da identidade, as ONGs negras têm impulsionado processos e debates que são parte da pauta dos movimentos sociais negros desde muitos anos atrás.

A ONG é a responsável por operacionalizar alguns processos e decisões, principalmente por possuírem “funcionários-militantes” que as representam em ações e projetos. A meta que a Fala Preta! lançou em seu texto no site da ABONG diz claramente: “ Tem como meta fundamental a defesa dos direitos humanos e da cidadania da população negra, visando o acesso à educação e capacitação de recursos humanos e à qualidade de vida através de padrões sustentáveis de produção, consumo e serviços adequados de saúde, incluindo sexualidade, saúde reprodutiva e saúde mental, saneamento básico, habitação e transporte”.

Logo, o destaque ao aspecto “cidadania da população negra” nos faz compreender que a “identidade” norteou toda a atuação e as atividades dessa organização, ainda que, especificasse os seus objetivos, tratava-se de um elemento basilar.

Com a “instrumentalização” da identidade, a ONG traça suas metas, objetivos, missões e ações, além de denunciar e conscientizar sobre a desigualdade étnico-racial. Portanto, a identidade foi o “recorte” de conduta da Fala Preta! em seus mais de dez anos de existência.

#### **4.1.2 A ONG Criola**

Dentro da sua atuação, a ONG Criola têm buscado desenvolver atividades em promoção de igualdade e cidadania para a população negra. Desde 2000, tem ocupado espaços de interlocuções tanto com o Estado como com a sociedade civil, apontados dentro do período de 2008-2010.

Na área da saúde:

- Conselho Nacional de Saúde. O que inclui a coordenação da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra e a participação na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher.
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado ao Ministério da Saúde.
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
- Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.
- Conselho Distrital de Saúde do Centro do Rio de Janeiro.

De políticas para as mulheres:

- Grupo consultivo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para a implementação do Eixo 9 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia).

De promoção da igualdade racial:

- Grupo de Trabalho em Saúde da População Negra, de assessoramento à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

De enfrentamento da lesbofobia:

- Câmara Técnica para a elaboração do Programa Estadual de Combate a Homofobia e Promoção da Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais criada pelo governo do estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos,

com auxílio da sua Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

De articulação da sociedade civil: apoio e participação:

- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB.
- Fórum Estadual de Saúde da População Negra do Rio de Janeiro.
- Rede Iyá Agbá contra a Violência contra as Mulheres Negras.
- Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra.
- Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde.
- Observatório da Cidadania/Social Watch.
- Diálogos contra o Racismo. Ao mesmo tempo, esta participação tem determinado uma crescente demanda por informações e capacitações, diante da necessidade de novas instâncias de atuação tanto para Criola quanto para demais ativistas e organizações.

Como se vê, a Criola procura desenvolver estratégias que estão além do aspecto étnico-racial, partindo do elemento “identidade” abarca variadas questões que envolvem não só o racismo, mas outras formas de discriminações e de promoção da cidadania. A questão da saúde é central na ONG Criola, a Jurema Werneck<sup>22</sup>, por exemplo, além de militante, é médica e produz muito sobre as desigualdades existentes dentro dessa esfera.

Claro que se faz do foco principal o racismo, e realmente aqui não desejamos dizer diferente, mas o alcance maior e a rede política em que estão inseridas tais ONGs negras é o que alicerça os seus impactos. Nas palavras de Sudbury (2003, p. 127) “Essas mulheres exercem um impacto catalítico sobre as mulheres em determinada comunidade ou localidade e dão início ao processo de aumento da conscientização e mobilização”.

De fato, toda a estrutura organizacional e principalmente por tratarmos aqui de ONGs de grande importância em todos os processos políticos que envolvem a discussão de etnia e raça no Brasil, mostra-nos que as militantes dirigentes e membros das ONGs

---

<sup>22</sup> Jurema Werneck é uma importante liderança e produz muito sobre as relações raciais no Brasil. Atualmente é coordenadora da ONG Criola.

são atores fundamentais nessa realidade do universo do desenvolvimento da discussão sobre raça e racismo que tem ocorrido nos últimos anos.

As ONGs negras que apresentamos em nossa pesquisa funcionam como um indicador para afirmarmos: As ONGs negras não são apenas grupos de pressão política, identitárias, organizadas e mobilizadas. Elas monitoram, avaliam e participam do desenvolvimento das políticas públicas e projetos políticos e sociais. De que forma? Agindo para que os resultados saiam como o esperado por elas e atendam às suas demandas previstas<sup>23</sup>.

Porém, não significa dizer que esse trabalho seja sempre realizado com êxito e sem tensões, mas que em sua essência, as ONGs negras buscam assim direcionar as suas atividades e suas capacidades de intervenção.

Como contatamos também anteriormente, a hibridização de indivíduos que militam nos movimentos sociais negros e simultaneamente são membros de ONGs ou vice-versa é freqüente, além de encontrarmos nesses militantes as mesmas figuras presentes dos partidos políticos ou de intelectuais da academia também é recorrente. Pinto (2006) afirma:

As ONGs fazem muitas vezes parcerias com movimentos sociais, para criar grupos de pressão contra o governo. Atualmente, muitos movimentos sociais expressam-se por ONGs, outros apenas relacionam-se com elas, e estas, por sua vez, podem existir completamente independentes dos movimentos ( p. 660)

O que importa destacarmos aqui é que, através dos arranjos políticos desses militantes, funcionários e/ou políticos, temos transformações profundas e continuadas, principalmente após 1990 com a consolidada atuação das ONGs negras.

Em relação ao tratamento da identidade, a Criola define em seus projetos, ações e cartilhas, como trabalha envolvendo a questão identitária, é uma das ONGs mais atuantes no cenário brasileiro na atualidade e enfatiza a sua luta não apenas contra o racismo, mas contra a lesbofobia.

Ao caracterizar-se institucionalmente, a Criola concentra sua atuação na promoção da educação e mais fortemente na saúde, buscando melhorias para a vida da população negra.

---

<sup>23</sup> Sobre essa perspectiva ver o livro: Políticas Públicas contra o Racismo. Passo a passo: Defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Rio de Janeiro, Junho de 2010.

Assim, é bastante marcante o funcionamento da Criola em torno da questão identitária, pois a mesma se articula para expandir o reconhecimento da presença negra e feminina através dos projetos e ações políticas que impulsiona.

#### **4.1.3 A ONG Geledés**

A ONG Geledés, assim como a Criola também têm uma forte participação no cenário político do Brasil. No tocante às estratégias sobre identidade que as ONGs buscam lançar, a ONG Geledés permitiu desenvolver um projeto intitulado como Geração XXI<sup>24</sup>, que trabalha no fortalecimento da identidade étnico-racial dos jovens.

O Geledés envolve projetos e ações que contemplam não apenas as mulheres negras, mas também jovens afro-descendentes, no intuito de fortalecer a auto-estima e impulsionar crescimento pessoal e profissional nesses jovens.

Sabemos que, a ONG Geledés apesar de ter liderança feminina, possui colaboradores e parceiros do sexo masculino. Logo, o projeto Geração XXI visa o combate ao racismo juridicamente e o atendimento às vítimas de discriminações. Assim, proporciona ações judiciais contra empresários, empresas, policiais, médicos ou qualquer profissional liberal que sejam flagrados em atos de discriminação ou violência sexual.

Com as necessidades contemporâneas e as mudanças de contexto social e político, o Geledés busca desde sua fundação em 1988, atualizar a sua atuação e discussão das problemáticas que envolvem a mulher negra e os demais segmentos negros. Sobre o trabalho da Geledés, Kasai (2006) afirma:

O Geledés vem intervindo politicamente em pólos regionais, nacionais e internacionais. Participou de todas as Conferências Mundiais convocadas pela ONU no ano de 1990, visando à denúncia de racismo na sociedade brasileira. O que se pretende é a sensibilização de governo e sociedade civil para a discussão do crescente processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo, particularmente do segmento afro-descendente. Essa ONG provê inúmeras deficiências dos órgãos governamentais e permeia negociações entre estes e os diversos grupos minoritários ( Kasai, 2006, p. 33)

Na concepção da autora Kasai (2006) é apresentada uma imagem bastante positiva das ações da ONG Geledés, bem como as suas propostas e avanços. Isso é obviamente,

---

<sup>24</sup> Esse projeto é abordado na dissertação:

algo muito comum entre aqueles que militam, participam ou estão direta ou indiretamente envolvidos com a causa e as atividades das ONGs negras em geral.

Todavia, o fato é que realmente a ONG Geledés desenvolveu e tem desenvolvido ações e resultados, sobretudo na área da Educação. Cabe lembrarmos que, tanto a Educação como a Saúde, são eixos centrais nos projetos pensados por essas organizações que tentam consolidar a cidadania.

Kasai (2006) descreve que em 1999, o Geledés implementou o projeto Geração XXI, para 21 jovens negros, juntamente com o projeto Afro-descendente em 2003, e um terceiro projeto, o Próxima Parada Universidade, que se caracterizam como políticas públicas inclusivas.

As implicações das ações diante dos objetivos das ONG Geledés são muitas, inclusive com outras articulações como temos afirmado nessa pesquisa. Sobre os projetos do Geledés e seus respectivos desdobramentos, Kasai (2006, p.35-37) elenca:

- Programa de Ações afirmativas para jovens negros: Próxima Parada Universidade, em parceria do Geledés com a empresa Colgate-Palmolive;
- Programa dos Direitos Humanos, que procura proteger e assegurar os direitos básicos da população afro-descendente;
- SOS Racismo, coordenado pelo Dr. Rodney Jerico, que oferece assistência jurídica gratuita para vítimas de discriminação racial. Em 2000, a SOS Racismo começa a trabalhar com o Direito Internacional, ao encaminhar os casos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- Em 2002, o Geledés passa a integrar o grupo de organizações da sociedade civil consultiva na Organização dos Estados Americanos (OEA);
- Amplia e fortalece a cooperação internacional no combate ao racismo e no respeito aos direitos humanos;
- Coordenado por Nilza Iraci, o Programa de Comunicação é considerado primordial porque dá assessoria a todos os programas do Geledés, pois publica, produz e distribui cartazes, folhetos, boletins, cartilhas, vídeos e informes sobre eventos e notícias, dialogando com a sociedade civil nas questões ligadas à raça e a gênero, principalmente nas áreas da saúde e cidadania em andamento;

- Projeto Brio, que trata-se de um programa de capacitação, profissionalização e especialização em mão-de-obra para jovens afro-descendentes; sua criação foi possível a partir de convênios com instituições públicas e privadas;
- O Programa de Saúde, coordenado por Vera Cristina, o qual prepara jovens e mulheres em oficinas de saúde, com características informativas e oferece capacitação profissional;
- Articulação comunitária, coordenada pela professora Eliana Custódio, da FEA-USP, que oferece atividades de inclusão social como alternativa de geração de renda através da reciclagem do lixo;
- Instituto Superior de Formação Afro, coordenado por Solimar Carneiro, uma das fundadoras do Geledés, tendo como parcerias as Organizações Mundo Afro, do Uruguai, que ministra cursos anuais visando a formação política de jovens e mulheres na América Latina e Caribe;
- O Centro de estudos jurídicos, que desenvolve estudos sobre a desigualdade racial;
- Projeto Rappers, que busca formar agentes de conscientização dos direitos e garantias constitucionais do povo negro;
- Núcleo de Educação e Formação Política, que promove cursos de formação de professores e multiplicadores de informação no combate ao racismo. Essa é uma experiência positiva, que desde 1996 até 2000 conseguiu desenvolver quatorze cursos, de capacitação nas áreas de cidadania, diversidade étnico-cultural e relações de gênero e raciais com o professorado das escolas envolvidas com o projeto. Foram beneficiados seis estados brasileiros, a saber: Minas Gerais, Paraná, Góias, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pará. Enfatizando a idéia de que um professor preparado é um multiplicador de conhecimentos e veículo de mudança no combate às diversas formas de racismo.

Portanto, se faz importante entender como a atuação das ONGs negras impacta o contexto social e político brasileiro, pois as condições socioeconômicas, políticas e culturais do segmento afro-descendente em nosso país apresentam condições precárias de vida e vêm ganhando cada vez mais espaços de discussões. O que as ONGs negras

têm feito é na tentativa de operacionalizar o enfrentamento ao racismo na missão institucional, organizando as ações que consideram prioritárias.

Porém, além do combate ao racismo, a nova estratégia política que rege as ONGs negras, têm sido pautada também na questão de gênero. É válido comentar que um dos grandes e principais impactos da presença da esfera política mais ativa (ONGs negras dirigidas por mulheres) no tocante às relações raciais no Brasil aponta para o *racismo patriarcal*.

Podemos entender que, o racismo patriarcal é na verdade a essência das lutas dessas ONGs negras, pois, embora se entrelacem com a luta contra as discriminações étnico-raciais e não se afastem dessa luta, nem no discurso e nem na prática, as ONGs negras aprofundam uma outra real desigualdade, a de gênero.

Ao passo que as ONGs negras se tornam atores políticos importantes, elas têm dado voz e vez para o fenômeno do racismo patriarcal, estabelecendo que, existem formas diferenciadas de subordinações e discriminações.

Embora não devamos ignorar como, por quê e pelo o quê essas ONGs negras lutam, mas dentro das relações raciais o que se destaca é a vulnerabilidade e exclusão da mulher negra. Oliveira (2008) reflete sobre essa realidade:

Mulheres negras ainda não conseguem acessar e estar contempladas nas políticas públicas de saúde (tratamento e identificação de doenças específicas); de saúde mental; ao tratamento de DST/HIV/Aids; à violência sexual e racial; ao trabalho; à educação e à habitação. Além das violências já citadas, as mulheres negras são agredidas pela violência ideológica que se manifesta na negação da identidade, sofrendo imposição de padrões estéticos de mulheres brancas. As adolescentes negras são vítimas de exploração, servindo para nutrir o turismo sexual e tráfico de mulheres. No mercado de trabalho, as mulheres negras detêm as maiores taxas de desemprego e permanecem mais tempo desocupadas. As negras chegam a receber rendimentos 55% menor que os salários das mulheres brancas e constituem a maioria das trabalhadoras do mercado informal. Além disso, exercem as ocupações consideradas de menor qualificação, como o de trabalhadora doméstica (56% segundo PNAD, 1999) (Oliveira, 2008, p.283)

Contudo, mesmo com essas diferenciações as ONGs negras procuram frisar a forte e excludente discriminação étnico-racial. Não descartamos como um impacto fundamental a questão de gênero ganhar a cena através do ativismo político dessas ONGs negras, pois, não coincidentemente, as três que pesquisamos são formadas por mulheres.

Por isso, acreditamos ser possível a compreensão de que ao unir a tríade: étnico - racial - gênero, as interlocuções das ONGs negras tornam-se ainda maiores e diversas. Tais interlocuções explicam a teia de relações que visualizamos englobar as ONGs negras: Estado, órgãos públicos, sociedade civil, partidos políticos, agências financiadoras e empresas.

Com a atuação e as denúncias dessas ONGs negras ficamos diante de outro processo, um muito distinto daquele iniciado pelos primeiros movimentos sociais negros, uma vez que o racismo parece eclodir em outras reivindicações como a igualdade de gênero.

As ONGs negras, devido ao seu formato e atuação política sem dúvidas são responsáveis por um novo “combustível” nas relações raciais brasileiras, pois a idéia que é passada pelas publicações e discursos é de que são todos “militantes do movimento negro”.

Não que não existam divergências e tensões entre os atores políticos, mas isso se dá pelo “desafio da construção de representação e lideranças negras que possam negociar e falar em nome do movimento negro” (Santos, 2007 p. 13). Como vimos, as ONGs negras que pesquisamos mostraram grande capacidade de desenvolver relações políticas dentro e fora do país, tentando combater o mito que fundou e se difundiu nossa nação, o da democracia racial.

O que torna esse debate mais complexo é que, encarando o protagonismo das ONGs negras seja como valorativamente bom ou ruim para a luta antirracista, não poderíamos deixar de lembrar como a própria problemática foi de difícil legitimação ao longo da história do nosso país. Ao enxergamos os processos vivenciados, notamos a grande “obra de engenharia” que são as relações étnico-raciais brasileiras.

Por conseguinte, não devemos nos cegar, nem pela “falta” nem pelo “excesso” das discussões, e sim enxergar o contexto geral de toda a desconstrução do mito da democracia racial, pois isso tem sido procurado por todos os grupos e organizações conscientes do efeito desse mito para o real tratamento das questões étnico-raciais.

Nisso, a presença desses novos atores, antes de avaliada de forma positiva ou negativa, conseguem transpor muitas barreiras, na discussão, na problematização e consolidação de suas ações. O papel dessas ONGs negras se dá no sentido de evidenciar e trazer reconhecimento para a luta em que acreditam.

Ao reunirem os indivíduos e conscientizá-los, a existência dessas ONGs negras representa uma mudança importante, sendo mais um grupo que reivindica (que não se intitula movimento social) pelo reconhecimento do racismo e da discriminação étnico-racial em nosso país.

Deve-se ver que, através do destaque para identidade étnico-racial é que as ONGs têm alcançado transformações. Como lembra Emcke (2000), as identidades culturais não são escolhidas. Elas são construídas, mas não são opções voluntárias das pessoas; ao contrário, dependem das relações de poder na sociedade, as quais estabelecem as diferenças e os limites das identidades. Ser negro, mulher, homossexual etc. diz respeito a identidades construídas historicamente pela sociedade, o que influencia, a maneira como os indivíduos se vêem a si próprios e aos outros membros da sociedade.

Claro que, o próprio contexto a partir de 1990 contribui para o trabalho e desenvolvimento de novos grupos como são o das ONGs negras, já que vivenciamos durante esse período uma estabilidade democrática e o impulso de políticas neoliberais, esse é um dado que amplia as esferas políticas, sociais, econômicas e culturais no processo de maior democratização.

Essas questões conjunturais favorecem o ativismo político das ONGs negras, mas as estratégias de atuação não se parecem muito com as vivenciadas pelos movimentos sociais negros, pelo contrário, são distintas e ampliam suas articulações que são realizadas em âmbito global. Um exemplo disso foi a preparação e realização da Conferência de Durban, que desde a preparação já se articulava globalmente.

Entretanto, não queremos dizer que os movimentos sociais negros desaparecem ou não participam mais, mas destacamos que as ONGs negras têm optado por uma postura mais pragmática, diretamente ativa nos processos decisórios e medidas propositivas.

Diante desses impactos, nós estaríamos vivenciando um momento de mais denúncia e de mais ação política em torno das relações étnico-raciais?

O Brasil avançou muito com as políticas públicas e as ações afirmativas aumentaram, no intuito de promover mais igualdade, o governo brasileiro passou a dar mais atenção e espaço onde as ações pudessem ser concretizadas.

Não obstante, Neves (2005) indica que a preocupação na construção da identidade negra estaria desaparecendo para ceder lugar uma preocupação muito maior: as formas e

as estratégias na diminuição das disparidades. Nesse sentido, as ONGs negras contribuem para a promoção e execução de medidas que mitiguem o racismo.

Esses dilemas são de difícil debate, pois as políticas afirmativas surgem como respostas de anos de luta e não se trata de um mérito só das ONGs negras, mas dos movimentos e dos militantes como um todo, pois tecem o reconhecimento dessas demandas. Realmente, é uma luta que desde muito tempo se esforça pelos resultados e que se concentrou em executá-los nos últimos anos.

Conseguimos identificar muitos resultados e articulações em duas ONGs negras, a Criola e Geledés, porém, no decorrer da pesquisa tomamos conhecimento que a ONG Fala Preta, deixou de existir enquanto ONG e os indivíduos de sua formação passaram a trabalhar em outras atividades, em órgãos governamentais e universidades brasileiras.

A Fala Preta, que completou dez anos de ONG em 2007, contribuiu muito com ações, projetos e parcerias contra a discriminação étnico-racial conforme já mencionamos. A relatora da Conferência de Durban, Edna Roland, presidiu a Fala Preta e em entrevista ao Portal Afro, comenta sobre um projeto realizado pela ONG na Rede de Ação Comunitária chamado "*Construindo Nossa Cumplicidade*<sup>25</sup>", que é uma organização de grupos de auto-ajuda para mulheres negras.

Esse projeto foi baseado no conceito de que, para transformarmos a sociedade precisamos de um indivíduo novo, e para termos um indivíduo novo precisamos de uma sociedade transformada. Então, com esse projeto foi criado um espaço onde as pessoas tivessem certeza que podiam contar com as pessoas que convivem e pudessem reconstruir suas histórias individuais e seriam convidadas a atuarem na transformação das condições de sua comunidade.

O projeto buscava fazer com que as novas relações de cumplicidade e de colaboração pudessem ser dominantes, no lugar das relações competitivas e de retaliação que vemos nos dias de hoje. A atuação da ONG Fala Preta! foi responsável por importantes resultados.

---

<sup>25</sup> Extraído da entrevista da Edna Roland ao Portal Afro. Disponível em: <http://www.portalafro.com.br/entrevistas/ednaroland/ednaroland.htm>

Um das principais estratégias das ONGs negras brasileiras é a de reforçar o elemento da identidade, mas não significa dizer que seja a única. Werneck (2010) comenta sobre as estratégias das ONGs:

“Diferentes estratégias têm sido empreendidas pelas organizações de mulheres negras, no sentido de denunciar e superar tais entraves. Entre elas se inclui a proposição de um eixo específico de atuação governamental – podendo estender-se para as ações de todo o Estado e também para a sociedade civil” (WERNECK, 2010 p.132).

Com a intensa participação e representação, as ONGs negras dialogam com outros movimentos sociais, com setores governamentais e sociedade civil, já que as ONGs explicitam a necessidade da luta por igualdade.

Além da luta antirracista, as ONGs negras analisadas lançam um olhar especial à questão de gênero, pois, em uma obra chamada *Mulheres negras na primeira pessoa*, escrita com a participação das ONGs Criola e Geledés em 2012 pelas coordenadoras destas ONGs, explana-se a importância do olhar lançado à população feminina negra brasileira, o que expõe parte da essência e existência da luta e causa na qual as ONGs negras se inserem:

“Somos a maioria (49,9%) da população feminina brasileira, compondo o contingente negro que equivale a 51% da população total do país. Dados reunidos no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (na quarta edição, em 2011), publicado periodicamente pelo governo brasileiro, e no Anuário das Mulheres Brasileiras de 2011, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em parceria com o governo do Brasil, ao lado de outras bases de dados oficiais disponíveis na saúde, previdência, entre outras, apontam nossa condição de maioria também entre as iniquidades sociais. Pobreza, indigência, morte precoce e evitável, violências, violação de direitos, restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/AIDS, baixo acesso a terra e à moradia adequada – urbana e rural –, estão entre os desafios enfrentados por nós, mulheres negras, na maior parte das vezes, em isolamento ( WERNECK, 2012, p. 13)

Para tanto, a estratégia política é singularizar e aprofundar essa realidade, de modo a não apenas indicar o racismo, mas principalmente, o racismo patriarcal. Diante disso, as estratégias não parecem modificar-se, mas ampliar-se, expandindo denúncias das formas de opressão.

O papel das ONGs é principalmente o de influenciar. Na verdade, as ONGs negras reúnem essas capacidades por serem compostas de intelectuais, ativistas políticos

e funcionários que desenvolvem atividades específicas e que organizam-se, inclusive burocraticamente para exercer determinados papéis e funções.

As ONGs negras, a exemplo das três que destacamos em análise, são na verdade, esses novos espaços de participação, enquadrando-se em uma espécie de cidadania corporativa, pela qual as ONGs no geral pautam suas agendas e, no caso das ONGs negras, direcionam principalmente ao público identitário, algo que nasce da necessidade de reestruturar formas de atuar.

Porém, mais que formas de atuar, as ONGs negras buscam legitimar a sua luta, já que na visão de Karol (2000) essas organizações possuem uma práxis comprometida com os interesses do Estado, uma vez que dialoga com órgãos estatais e envolve parcerias e demandas de políticas públicas e cidadania.

Como vimos, ao descrever as articulações das ONGs negras que pesquisamos tal práxis comprometida não parece servir apenas aos interesses do Estado, eu diria que é notável a existência de uma ampla rede de relações mais complexas e extensas, que vão desde aos diálogos com os governos, como as relações com a sociedade civil e instituições.

Por isso, um dos principais diferenciais que as ONGs negras dão às questões de cunho étnico-racial é o estabelecimento das práticas institucionais, ou seja, através dessas práticas, as ONGs buscam desenvolver ações concretas e resultados concretos, fazendo uso de diversas relações políticas e coalizações entre Estado e sociedade. Com isso, as ONGs negras conseguem potencializar a importância dessa discussão no Brasil, exercendo um papel determinante.

Não que não existam os pontos críticos da atuação das ONGs negras, mas o que aqui destacamos é que a forma institucionalizada de organização, é que tem sido a “bola da vez” da mobilização política acerca da identidade étnico-racial no Brasil e muito mais do que isso, é possível afirmar que o formato das ONGs negras constitui uma luta contra o racismo multifacetado (baseando em outras facetas, como em questões de gênero, por exemplo).

Com relação às dificuldades em torno dessa problemática, podemos considerar que houve um relativo aumento da preocupação e das ações concretas sobre a questão étnico-racial:

A parceria das ONGs com o poder público revelou toda a sua força na preparação da Conferência de Durban, da qual a delegação brasileira participou como ativa defensora do multiculturalismo.

Imediatamente depois do encontro, um discurso de Fernando Henrique Cardoso anunciou a formulação de “políticas afirmativas” para os “afrodescendentes”, incluindo “projetos para a formação de lideranças negras” e “projetos de apoio a empreendedores negros” (Kamel, 2006:36)

Portanto, a participação das ONGs negras se dá desde a Conferência de Durban até os dias atuais, buscando impulsionar e consolidar as ações políticas, inclusive pensando projetos que formem lideranças, que conscientizem.

. Por isso, a identidade étnico-racial e a afirmação desta é central em todo o nosso trabalho. A pressão das ONGs é feita para que se afirme e se reúnam os grupos de indivíduos negros, preferencialmente se organizem politicamente para lutar contra as desigualdades.

Discutimos a partir da próxima seção, quais são as implicações sociais e políticas da atuação das ONGs negras, já que configuram um novo cenário de luta antirracista compreendendo os desafios enfrentados, os limites e as contribuições do ativismo político das ONGs negras.

A partir das ações das ONGs negras e das suas intenções diante do funcionamento institucional e efetivo, verificaremos até que ponto as ONGs influenciam e pressionam pelas políticas públicas e em que nível se dá essa participação, pois as ONGs negras são apenas um dos grupos que atuam nessa temática sendo um entre os diversos outros, organizações, Estado e sociedade civil.

Logo, a partir do modelo de formação da própria ONG, o seu funcionamento já oferece diferentes formas de luta, frente aos mesmos objetivos dos movimentos sociais negros, só que por caminhos diferentes, em redes complexas de relações entre Estado, sociedade civil, órgãos de fomento, entre outros.

Dentro dessa hibridização, surge o desafio de separar política- ideologicamente aqueles que são representantes dos movimentos sociais negros e aqueles que são representantes das ONGs, pois a questão da representação surge como uma questão-chave da ação política na questão étnico-racial no Brasil.

Sobre essa problemática, Nilza Iraci (representante da Geledés) comenta em uma entrevista dada como contribuição à dissertação de mestrado de Márcio Santos em 2007: “Tem uma coisa que o Movimento Negro continua repetindo que eu acho que é complicado é a questão da representação. É a representação pela representação” (p.17)

Essa fala da Nilza Iraci reflete a preocupação dos movimentos sociais por representação, e isso não é diferente no caso da questão étnico-racial. Porém, é importante investigarmos se as ONGs “falam em nome” também dos movimentos sociais negros. Na opinião de Santos (2007):

“Organizações que usufruem de mais experiência organizativa, cujo aprendizado e manipulação de lobby político junto as instâncias de Estado possibilitam a construção de parcerias e redes políticas diversas, tendem a centralizar decisões e a hegemonizar processos decisórios. Não se trata puramente de maquiavelismo ou oportunismo político. Tais conjuntos de organizações ou organizações isoladas acreditam atuar muitas vezes em nome de toda “causa”, prestando verdadeiramente um serviço tanto para os movimentos negros como um todo quanto para o conjunto da população negra, teoricamente o destino principal de suas ações” ( p.18).

A questão da identidade e seu fortalecimento, é vista como primordial, até mesmo pela questão da representação, uma vez que o mesmo autor considera que não é muito simples a representatividade quando no caso dos movimentos sociais negros. Santos (2007) descreve como a representação étnico-racial no Brasil padeceu de uma organização central que não se legitimou no mesmo patamar dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, por exemplo.

De fato, pudemos observar que não apenas a questão da representação nas formas de luta política é complexa nessa temática, mas toda a invisibilidade do racismo e da discriminação no Brasil, sempre foi algo mitigado através do discurso de um país multicultural e de um paraíso racial, no qual as raças e etnias convivem harmonicamente.

No caso das ONGs, é possível compreendermos que a luta antirracista que as ONGs negras enfatizam, ampliam as esferas de atuação, de denúncia e de participação da sociedade civil diante das formas de discriminações, com discursos e práticas antirracistas, antissexistas e antilesbofóbicas. Procuram desenvolver estratégias que garantam o avanço de suas agendas e de suas reivindicações.

Dentro do que as ONGs negras traçaram como projetos, ações e propostas, verifica-se que as ONGs negras focam atenções prioritárias nas áreas de educação e saúde, enfatizando que há uma desigualdade dentro dessas questões em nosso país que precisa ser enfrentada e transformada. Assim, não parecem tratar a identidade como

algo estanque, mas articulado e mobilizado e consciente de um desigual tratamento, gerando assim disputas de poder.

Portanto, o papel que as ONGs vêm desenvolvendo não parece “redefinir” a identidade étnico-racial, mas reforçá-la, afirmá-la dentro de um contexto social e político que também têm possibilitado uma maior discussão sobre igualdade racial em ambiente globalizado.

#### **4.2 Um balanço da atuação e contribuição das ONGs negras na superação do racismo**

Ao longo de toda a nossa pesquisa e com a compreensão da construção da identidade étnico-racial, os dilemas das relações raciais no Brasil, as mobilizações dos grupos negros como os movimentos sociais e outros, o surgimento das ONGs negras e suas atuações, nos deparamos com múltiplos atores sociais e políticos importantes que formam a luta antirracista em nosso país.

Tomando como pressuposto a própria discussão sobre etnia e raça no Brasil como bastante complexa e entendendo que, passo a passo vimos conquistas políticas e sociais no combate à desigualdade racial que envolviam Estado, sociedade civil, órgãos públicos e privados e as tão comentadas ONGs negras, é possível retratar como realmente essas ONGs negras têm contribuído ou não para mudanças.

A nossa intenção aqui nesse balanço é mostrar que, as iniciativas dessas ONGs negras estão em tentar sanar dificuldades que os outros modelos organizacionais não alcançaram. São muitos os desafios, pois as ONGs negras participam de um momento muito favorável na preparação da Conferência de Durban, durante e depois, na formulação e implementação das políticas públicas fundamentais para o atendimento das necessidades dos negros na sociedade contemporânea. Porém, desde então buscam efetivar ações.

Para tanto, utilizaremos algumas entrevistas cedidas por lideranças dessas ONGs negras, para que possamos analisar os discursos, as práticas e as nossas considerações do que se têm realizado por parte das ONGs negras. Entender como essas ONGs negras se projetam politicamente, como querem ser vistas e como de fato elas se apresentam.

Dessa forma, em uma análise geral sobre o que já discutimos, o universo das ONGs negras nos aponta para diversos caminhos e nos permite estudos sob várias perspectivas, mas, aqui somente faremos um balanço da contribuição política dessas organizações.

Nisso, começaremos pela ONG Criola que é coordenada atualmente pela Jurema Werneck. Esta ONG atua com bastante participação nos cenários nacional e internacional. Como vimos, trata-se de uma organização que investe muito em comunicação e divulgação. Anteriormente, a Criola atuou nas áreas de Formação e Informação, Saúde, Violência, Cultura e Direitos. Atualmente, as áreas de atuação de Criola são: Saúde da Mulher Negra e da População Negra; Direitos Humanos; Ação Política e Articulações; Multidiversidade Criola; Monitoramento e Avaliação; Comunicação (Almeida, 2011).

Logo, temos um aspecto positivo que é a questão da ampliação das áreas, focando na saúde, cidadania e comunicação. Foi possível identificar que o acesso às informações e aos livros e publicações disponibilizados pela Criola, nos permitem uma conscientização do que é ser negro no Brasil. Através das publicações e notícias, a ONG busca conscientizar sobre a discriminação e os seus efeitos em toda a sociedade.

Para Jurema Werneck (2010, p.114), as ONGs negras são novas configurações atuais e o fato da Criola focar em projetos e políticas sobre a saúde da população negra, sobretudo de mulheres, é pelo fato das mulheres negras representarem um dos grupos mais vulneráveis a agravos à saúde, bem como a piores condições de acesso a políticas de promoção, prevenção e assistência.

A informação e a disponibilização dos dados é algo muito importante, a Criola principalmente através do site e de suas publicações têm alcançado visibilidade para a problemática. Conforme Jurema Werneck (2010), a crescente disponibilização de dados oficiais desagregados por raça/cor, decorrente das mobilizações e acordos da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR e seus impactos, tem permitido ao país retratar as disparidades raciais de forma mais precisa.

Nós abordamos no capítulo anterior, os impactos resultantes das mobilizações e políticas da Conferência, assim se trata de um processo ainda em avaliação, mas que já mostrou avanços se considerarmos o contexto político e social Pós-Durban. A participação das ONGs negras e principalmente de mulheres negras, segundo Werneck

(2010), é principalmente pelas graves falhas de acesso e qualidade das medidas de saúde ao alcance das mulheres negras.

A saúde e a educação são as principais estratégias de ação das ONGs, pois, no que se refere à educação, Werneck (2010, p. 130) relata que é importante que as ações afirmativas na educação no Brasil não se restrinjam às alternativas de cotas em ensino superior:

A partir da III CMR o governo federal produziu várias propostas na área educacional (e em outras áreas). São elas: garantia do acesso e da permanência das crianças negras na escola; promoção da alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos negros; incentivo à inserção de jovens negros na universidade; implementação da Lei 10.639, que inclui o ensino da história e cultura afrobrasileiras nos currículos escolares; estímulo a uma pedagogia não racista, não sexista e não homofóbica no sistema educacional brasileiro (Werneck, 2010, p.130)

Ainda que a ação política não seja atribuída apenas às ONGs negras, estas exercem forte pressão política desde Durban, uma vez que através das ONGs, amplia-se a disponibilização de recursos de diferentes atores – agências de cooperação, fundos públicos nacionais e internacionais, entre outros – para apoiar mulheres negras neste processo.

Muitas conquistas aconteceram no sistema educacional brasileiro através das cotas, mas, na visão das principais lideranças negras ativas no Brasil, isso mostra ser apenas um começo de muitas outras. Por conseguinte, Werneck (2010, p. 132) considera uma disputa marcante a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas que atendam às mulheres negras, mas enfatiza que “diferentes estratégias têm sido empreendidas pelas organizações de mulheres negras, no sentido de denunciar e superar tais entraves”.

Vale salientar que, as ONGs negras demonstram ter um bom potencial denunciador e informativo, mas que isso isoladamente não garante a consolidação dos resultados esperados. A questão da conscientização política de ser negro é que é um diferencial no universo da ONG. Sueli Carneiro (da ONG Geledés), em entrevista, reflete bem essa preocupação da conscientização de ser negro e militar na causa:

“Agora, uma coisa é ter consciência de ser negro, ser discriminado e defender a dignidade do “ser negro”. Outra coisa é essa consciência de se politizar e se transformar em uma perspectiva de ação política, no tornar-se militante. Isso pode acontecer ou não. Ninguém é obrigado a virar militante

porque é preto. Mas, a maioria das pessoas têm a consciência de que está exposta a diferentes formas de discriminação” (Alberti e Pereira, 2007, p. 40)

O depoimento de Sueli Carneiro só corrobora a idéia de que a identidade construída e reconhecida auxilia no processo de conscientizar-se do estranhamento e/ou discriminação. Com a tomada de consciência, Sueli Carneiro relata ter construído a sua militância articulando as questões de raça e gênero:

“Isso deve ter sido entre 1978 e 79. De fato, quando eu ouvi a Lélia Gonzalez, descobri o que eu queria ser quando crescesse! Do ponto de vista político. Porque a Lélia veio resolver o pedaço que faltava em toda a efervescência desse debate, e que era fundamental para minha experiência pessoal, para minhas inquietações: como pensar a questão de gênero, a questão específica da mulher negra no contexto da luta racial? E quando eu ouvi a Lélia, parecia que ela estava dentro do meu cérebro organizando tudo o que me inquietava, tudo o que eu sentia, que eu não conseguia formular. Parece que ela botou ordem na casa. E a partir daquele dia eu sabia perfeitamente o que eu iria fazer: construir a minha militância articulando as duas questões: de gênero e de raça. Dali surgiu um engajamento mais profundo com o movimento das mulheres, com o movimento feminista, e passei a pensar formas de organização específicas de mulheres negras” (Alberti e Pereira, 2007, p. 54)

Ao analisarmos a fala da Sueli Carneiro, entendemos como surge a militante e coordenadora de uma das ONGs negras pioneiras no cenário brasileiro, pois, as trajetórias e os motivos são os mais variados, pois algumas lideranças negras foram repensando a militância antirracista com outras questões que a envolvem.

Por isso, as ONGs negras mostram um tipo muito particular de luta, dentro do antirracismo. Na verdade muito do trabalho das ONGs negras se concentra na parte de conscientizar a identidade e a problemática na qual ela se insere, para então surgir estratégia de organização, mobilização e ação. Outra grande liderança, ativista e ex-coordenadora da fundada ONG Fala Preta!, Edna Roland descreve como foi para ela esse processo de tomar consciência de sua identidade, que ocorreu quando esteve um período nos Estados Unidos:

“O meu ônibus era uma verdadeira Nações Unidas, porque tinha gente de todos os lugares do mundo. Essa foi uma experiência muito importante também: ter africanos, asiáticos, latino-americanos, europeus, todo mundo dentro do ônibus. E você reconhecer toda a diversidade cultural e étnica dos seres humanos. Lembro claramente que a questão da minha consciência negra começou a aflorar durante o período dessa viagem, e foi se tornando cada vez mais intensa. E, nesse processo de atravessar os Estados Unidos, comecei a transformar a minha própria imagem, comecei a deixar cabelo Black Power, num momento em que a imagem de Angela Davis era muito forte na televisão, essa coisa toda” (Alberti e Pereira, 2007, p. 72)

Vale salientar que, embora no formato do contexto das políticas neoliberais, as ONGs negras são compostas por militantes das mais diversas formações políticas, vindos de outros movimentos e com muitas influências políticas de cunho esquerdistas. Algumas lideranças foram sendo influenciados por outras perspectivas políticas, conforme veremos a seguir no depoimento da Edna Roland (ex-Fala Preta!):

“No terceiro ano de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, numa aula de francês, eu conheci uma pessoa que veio a ser meu companheiro e depois meu marido. Ele tinha vínculos com a Polop, Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária, e então me recrutou. A gente fazia reuniões clandestinas em que estudava marxismo, O capital, textos de Lênin, ou textos de Emir Sader- os irmãos Sader eram da Polop. A Polop vivia então um momento que se chamava “ROP” Recuo Organizado Provisório”. A avaliação política que se fazia era que a ditadura militar tinha condições de eliminar fisicamente a esquerda no Brasil, e nesse sentido, a tarefa prioritária de todos os militantes era permanecer vivo.” ( Alberti e Pereira, 2007, p. 113-114)

Claro que lideranças como Edna Roland e Milton Barbosa acompanharam o fortalecimento dos movimentos sociais negros a partir de 70 e tentaram discutir sobre os negros nesse universo político. No depoimento da Edna Roland, a militante define os acontecimentos de sua trajetória: “A minha militância foi, inicialmente, no movimento estudantil e, depois, nessa questão do movimento underground contra a ditadura, vinculada a essa organização. Na década de 1970 eu não tinha contatos com o movimento negro” (Alberti e Pereira, 2007, p. 129).

As ONGs negras formam outro novo tipo de luta que se serve dos outros movimentos sociais, aumentando a sua rede de articulações e ações. Segundo o depoimento de Sueli Carneiro, além do apoio dos movimentos sociais, as ONGs negras possuem amplas parcerias e apoio institucional de agências internacionais:

“Hoje nós temos um programa de capacitação e profissionalização de jovens e adolescentes, um programa de educação e formação para a cidadania e um programa de ação afirmativa. Cada um deles abriga um monte de projetos. Temos tido apoio institucional da Fundação Ford desde 1991, 1992. Acho que o primeiro financiamento nosso foi por uma organização internacional que lida com a área da saúde, a Coalition. Historicamente nós fomos, ou temos sido, apoiadas por Coalition, Fundação Ford e Fundação MacArthur e tivemos também alguns projetos com o Ministério da Justiça- porque temos um programa de direitos humanos bastante vasto-, a Fundação Cultural Palmares, a Fundação Levi Strauss, a Kodak do Brasil, a Xerox e a Fundação bank Boston- esses são mais recentes”( Alberti e Pereira, 2007, p. 280)

Logo, o espaço político no qual as ONGs negras estão inseridas é bastante amplo e diverso. Isto favorece que as ONGs negras tracem metas e as cumpram. As ONGs em geral são criticadas por terem articulações com o Estado e órgãos governamentais, bem como as agências de fomento. E por favorecê-las é um ponto bastante criticado sobre a essência das ONGs de um modo geral.

Um dos desafios é conscientizar e informar a sociedade brasileira sobre o que é racismo e sobre sua existência é algo que as ONGs negras buscam fortalecer sempre, pois:

“A negação da informação tem sido um dos instrumentos mais virulentos existentes no Brasil, produto do racismo e da discriminação. Um problema sobre o qual você não tem informação não existe. Então nós já vimos há décadas lutando para que todos os sistemas de informações públicas no Brasil acerca da população tenham essa informação. Seja no trabalho, na educação, na saúde, habitação, acesso ao crédito, ao capital...Tudo isso precisa ter informação. Antes, o único lugar que se registrava a cor era a polícia. O Estado brasileiro só estava interessado em comprovar que os negros são marginais e que cometem crimes. Então nós precisamos ter informação do outro lado da moeda.” (Alberti e pereira, 2007, p. 282).

Através da disseminação de informações, denúncias e conscientização do problema, as ONGs tornam-se um espaço, que articulado politicamente e com uma forte cooperação internacional buscam cumprir as suas agendas diante das críticas direcionadas às suas essências, como bem defende a Edna Roland:

“E abriu aquela polêmica no movimento negro: “Dinheiro Internacional!” Aquelas confusões todas, desconfiança até dizer chega. Hoje está todo mundo nesse barco, mas naquela época a gente apanhava muito porque tudo tinha desconfiança. Quando precisavam de recursos, pediam que a gente articulasse para fazer os atos, as manifestações, nos colocavam nas comissões de finanças. Por outro lado, tinham uma desconfiança, porque não conseguiam entender, naquela época, que tinha um movimento ecumênico que ajudou a esquerda em todo o Brasil. A CUT e todo mundo nasceu desse tipo de recursos que foram articulados pela chamada cooperação internacional, que tinha uma agenda de democratização do país e da questão dos direitos humanos- foi nisso que nós entramos” (Alberti e Pereira, 2007, p. 288).

O começo das ONGs não pareceu de fácil legitimação, mas pouco a pouco as ONGs negras buscaram desenvolver um trabalho que se consolidasse no campo social e político. De fato, as críticas são direcionadas ao funcionamento e manutenção das ONGs, por incluírem ajuda financeira internacional, o que gera toda uma discussão de

rica bibliografia sobre ONGs e capital internacional que não vamos aprofundar na análise desse trabalho.

Porém, embora só tenhamos tratado de três ONGs negras, elas são muitas e estão espalhadas em todas as regiões do Brasil, articuladas e mobilizadas no processo de organizar essa luta, mesmo sem ter uma bandeira unitária sobre a causa, como afirma em entrevista, Ivanir dos Santos ao descrever sobre essa problemática:

“Eu me lembro que, quando a gente começou a debater cota e ação afirmativa no movimento negro, o pessoal dizia: “Não! Não vai acontecer nada, isso é reforma” Hoje até o MNU está defendendo. Porque uma das dificuldades que o movimento negro teve e tem tido é de não ter uma bandeira unitária. O que nós tínhamos de unidade era: contra o 13 de Maio, com o dia nacional de protestos; o 20 de Novembro, e contra o racismo”. (Alberti e Pereira, 2007, p. 393)

Na opinião de Ivanir dos Santos, a sociedade brasileira é conservadora na questão racial, e o debate sobre cotas foi muito importante para abrir discussões e polemizar:

“ E abriu esse debate todo, o que está obrigando as universidades a se repensarem, a se verem. Somos um país que precisava se ver dessa forma. Não que a cota seja a maravilha, mas ela é a nossa tática, nossa estratégia são as políticas de ação afirmativa, que a sociedade tem que fazer. Não dá mais para você viver em uma sociedade como essa. Acho que o movimento negro, a nossa geração-minha, do Amauri, esse pessoal- está vendo uma coisa que a gente jamais achou que veria. Talvez pensássemos nos nossos filhos, que ainda iam trabalhar para os netos verem. Nós estamos conseguindo ver agora: um debate concreto, a sociedade tem que caminhar para fazer alguma coisa concretamente”( Alberti e Pereira, 2007, p. 394)

Na verdade, não é que as opiniões das militantes causassem divergências com os demais militantes dos movimentos sociais negros, mas as opiniões apareceram divididas sobre a defesa das cotas nas universidades.

Todavia, as ONGs negras mostraram apoio e impulso político para sua implementação. Podemos atribuir mais uma contribuição das ONGs negras no saldo desse balanço: impulsionar debates concretos que pensavam que não veriam acontecer.

Diretamente ou não, as ONGs negras estão inseridas na luta pelas cotas e as ações afirmativas. A questão das cotas tomou fôlego após a constitucionalidade, mas claro não é nossa tarefa aprofundar esse assunto nessa pesquisa.

O contexto globalizado favoreceu muito a explosão dessas ONGs negras e seus diálogos com outros atores políticos. As ferramentas estratégicas das ONGs foram sem

dúvidas a ampliação de parcerias, a participação política e organizada junto aos eventos, conferências, conselhos e etc, com destaque para a Conferência de Durban. As ONGs focam nestas parcerias, possuem um amplo corpo dos seus membros, militantes/intelectuais e intelectuais/militantes. O protagonismo das ONGs negras aos poucos foi crescendo, pois como constatamos no início foi difícil encarar as acusações do uso de capital internacional. Acredito esta é uma das principais críticas direcionadas às ONGs negras, já que as ONGs utilizam esses recursos para capacitar, organizar e executar as suas atividades, o que descaracteriza um pouco da relação entre movimentos sociais.

As ONGs negras provocam ainda mais o reconhecimento da existência do racismo, estimulando mudanças no tratamento dessa questão através dos seus discursos e informações para fundamentarem a importância de políticas públicas. Claro que, as mudanças que ocorreram em nível institucional em nosso país não podem ser atribuídas apenas ao trabalho desenvolvido pelas ONGs negras, nós não queremos simplificar o processo, mas enfatizamos que a atuação dessas organizações foi fundamental para essas transformações.

A representação das ONGs negras nos mostra outra mobilização coletiva em torno da questão racial, outra experiência dentre as outras que tentam vencer a ideologia da mestiçagem e fortalecer a identidade étnico-racial, uma vez que em torno da identidade, as ONGs negras apontam “raça” e “gênero”.

Assim, as ONGs negras especificam seu campo de luta “mulher negra”, mas de fato constroem uma agenda que interessa à luta antirracista.

Há uma consciência por parte das ONGs negras de que o grupo mais vulnerável ao racismo é o de gênero, e que é preciso confrontar essa questão. Porém, nosso trabalho buscou estudar as contribuições das ONGs na esfera do combate ao racismo, e as questões que afloram podem servir para estudos futuros.

Existe uma certa originalidade dessas ONGs negras em reunir questões que não estão presentes em outros movimentos sociais, ao unir as demandas, as ONGs negras operacionalizam as suas práticas, centralizam-se enquanto grupo e reforçam o comprometimento com combate ao racismo.

Em outras palavras, o papel social e político das ONGs negras, corresponde aos processos de lutas na sociedade contemporânea, problematizando e atualizando uma temática que engloba a sociologia brasileira desde os primeiros estudos sociológicos,

antropológicos e políticos, fazendo-nos perceber que trata-se de um tema complexo, com as mesmas velhas questões, sob novos olhares e ressignificações, pois os desafios não terminam por aqui.

### **4.3 O Antirracismo feminista nas ONGs negras: Desafios e influências no cenário brasileiro**

Ao estudarmos as ONGs negras, verificamos que as mesmas unem muitas questões na luta antirracista, lutam pela cidadania, direitos humanos e também enfatizam a existência de uma desigualdade de gênero. Aos poucos, a questão racial ganhou a atenção das lideranças dessas ONGs negras que, passaram a definir suas lutas contra a desigualdade racial e de gênero.

Por isso, as ONGs negras se propõem atuar em questões nas quais elas não se sentem contempladas, podemos compreender que uma das contribuições das ONGs negras está no sentido de atender demandas específicas que foram percebidas como inatingidas pela luta antirracista e demais lutas existentes na agenda brasileira.

As ONGs Geledés, Criola e Fala Preta! pautam suas agendas com uma influência feminista dentro da questão racial e isso realmente difere das primeiras formações de grupos e movimentos sociais que reivindicavam a igualdade racial em períodos históricos anteriores. A Geledés, por exemplo, foi uma das ONGs pioneiras nesse sentido, transformando a luta antirracista também uma luta feminista. Assim, com a participação de lideranças como a Sueli Carneiro que desde de 1980 vêm desenvolvendo suas atividades:

O Geledés é formado por mulheres que vinham de diferentes formas de militância: gente que vinha de movimento estudantil, das lutas contra a ditadura, de movimento negro, do feminismo. Mas o que nos juntou? Nós surgimos de uma constatação: que, a despeito de existir um movimento de mulheres ou movimento feminista importante no Brasil e, de outro lado, um movimento negro também importante, e de nós estarmos presentes tanto em um quanto no outro, essa presença não tinha reconhecimento suficiente para que a nossa problemática específica fosse devidamente contemplada nas agendas desses dois movimentos sociais. As mulheres negras eram sempre um subitem de questões consideradas amplas, como a mulher em geral ou a temática racial como um todo. A impossibilidade de sensibilizar esses dois movimentos da maneira como nós considerávamos conveniente fez com que tivéssemos certeza de que precisaríamos construir instrumentos próprios de afirmação política que nos tornassem protagonistas efetivos e que nos colocassem em paridade, na negociação das agendas de gênero e de raça, com esses movimentos

sociais e com os demais. Então era essa a idéia: construir organizações de mulheres negras que pudessem representar as necessidades, os interesses e os desejos da metade da população feminina, que é não-branca e que carrega, de maneira estrutural, formas adicionais de discriminação e desigualdade” (Alberti e Pereira, 2007, p. 279)

Dessa forma, por considerarem que as mulheres eram um “subitem” da luta antirracista, as ONGs negras ampliam dentro da raça a perspectiva de gênero. Ao realizar essa ampliação, aumentam também as parcerias com agências internacionais e outros órgãos, dialogando com amplos setores sociais nacionais e internacionais.

Na verdade, a pluralidade de questões que essas ONGs negras abordam, permitem uma diversa rede de cooperação e diálogo e isso de fato não havia sido experimentado por outros formatos de movimentos sociais negros no Brasil.

Existiam e ainda existem muitas dificuldades em legitimar a luta contra a discriminação no Brasil. Diva Moreira comenta sobre essas dificuldades enfrentadas: “as entidades do movimento negro que surgiam tinham dificuldade de manter porque faltavam quadros qualificados, faltava dinheiro. Então havia dificuldade de institucionalizar o meio social negro” (Alberti e Pereira, 2007, p. 271).

Podemos considerar que, as ONGs negras na atualidade contam com quadros qualificados, intelectuais e lideranças e membros que muitas vezes participam ativamente da política e da educação no Brasil (alguns são secretários, professores universitários e etc). Além dos quadros qualificados, contam também com apoio internacional, que financia principalmente organizações que englobam os direitos das mulheres.

Dessa forma, a ação política das ONGs negras estudadas buscam maximizar a luta contra o racismo em uma perspectiva feminista, tornando-se o principal espaço institucional onde isso acontece.

“Aí não mais presas a uma organização mista, mas uma organização única para mulheres, dirigida por mulheres, fundadas por elas, voltada para a construção de um espaço para discutir o feminismo negro. E, ao mesmo tempo, pensar formas alternativas de superação das questões “(Alberti e Pereira, 2007, p. 302)

Não coincidentemente, as três ONGs principais e alguns outros grandes nomes de organizações negras brasileiras, são baseadas em uma pauta feminista, e isso parece reelaborar as novas estratégias de mobilização e de luta pela justiça racial. Ao

analisarmos as ONGs negras, verificamos um “acúmulo de forças” ao longo da história, para discutirmos muitas questões, os métodos de luta, a forma e o conteúdo das organizações.

Como no Brasil os conflitos nas relações raciais nunca foi algo declarado, evidentemente a atuação das ONGs negras também não se dá de forma conjunta. Em âmbito nacional, as ONGs negras estão tentando assumir uma luta antirracista, mas também enfrentam uma série de dilemas, impasses e desafios.

Não podemos deixar de reconhecer que as ONGs negras têm contribuído para a conscientização, oferecendo serviços que são responsabilidades do Estado e direitos dos cidadãos. Dentro das três que pesquisamos, esses serviços e atividades estão concentrados nas necessidades das mulheres afro-brasileiras, portanto apontam um público específico dentro da desigualdade racial.

Mesmo que elas defendam que pertencem a luta contra a discriminação racial, as ONGs negras realizam através de suas atuações, medidas e propostas que estão principalmente direcionadas às mulheres. Para tanto, as ONGs negras se vêm desafiadas, uma vez que tratam de “feminismo negro” a desenvolver bases teóricas que respondam a construção de uma identidade feminina que represente o combate ao racismo e ao patriarcalismo.

Nesse sentido, as estratégias de luta das ONGs negras delineam as práticas e os discursos sobre a identidade em questão, como afirma Fairclough (2001, p.13), “a organização faz da prática discursiva instrumento de transformação de identidades, relações sociais e crenças”.

Com isso, as ONGs negras são capazes de agrupar o discurso e formular suas práticas, e assim influenciar em processos decisórios, pois as ONGs negras constroem alianças e parcerias políticas devido ao seu caráter institucional, abordando questões sociais relevantes.

Portanto, as ONGs negras estão desafiadas a tratar da questão do reconhecimento e da redistribuição, como FRASER (2008) afirma que a política da redistribuição e a política do reconhecimento podem ser contrastadas nos seguintes aspectos: a redistribuição enfoca as injustiças socioeconômicas e presume estarem enraizadas na economia política; o remédio para a injustiça é a reestruturação político-econômica; os sujeitos coletivos da injustiça são classes sociais ou coletividades análogas a classes, os

quais são definidos economicamente por uma relação característica com o mercado ou com os meios de produção.

Na visão de FRASER (2008), a política do reconhecimento aponta injustiças culturais, as quais estão enraizadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação; o remédio para a injustiça é a transformação cultural ou simbólica; as vítimas da injustiça são definidas pelas relações de reconhecimento, elas são distinguidas pela menor estima, honra ou prestígio que desfrutam em face de outros grupos na sociedade.

A transformação cultural e simbólica é um dos pontos que as ONGs negras procuram reforçar, uma vez que as ONGs buscam consolidar a afirmação e valorização da identidade, de forma a auxiliar na construção da igualdade étnico-racial, isso trata-se de um grande desafio.

A luta antirracista que as ONGs negras enfatizam, ampliam as esferas de atuação, de denúncia e de participação da sociedade civil diante das formas de discriminações, visando transformar e gerar oportunidades de igualdade.

Sobre as influências das ONGs negras no cenário brasileiro, não podemos deixar de destacar que um dos principais papéis desempenhados pelas ONGs Negras é o de monitoramento e avaliação das políticas públicas, que ocorre da seguinte forma<sup>26</sup>:

- Atuação direta na formulação de estratégias e no desenvolvimento de ações de *advocacy* em políticas públicas, em especial aquelas de interesse das mulheres negras. Fazem parte deste conjunto as políticas de saúde; de equidade (promoção da igualdade racial e políticas para as mulheres); de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; das violências; da intolerância religiosa e promoção de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.
- Assessoramento, capacitação e fornecimento de informações acerca de conteúdos e mecanismos de *advocacy* para ativistas de diferentes áreas, organizações da sociedade civil, profissionais e gestores em nível local, regional e nacional.

---

<sup>26</sup> Material encontrado em livreto online sobre Políticas Públicas para Mulheres Negras, produzido pela ONG Criola, Rio de Janeiro, Junho de 2010. Disponível em: [http://www.criola.org.br/namidia\\_clippings.htm](http://www.criola.org.br/namidia_clippings.htm)

Logo, as ONGs negras influenciam em políticas públicas, principalmente as que atendam as mulheres, como também funcionam como assessoras e capacitadoras de ativistas em todos o país, disseminando informações e conteúdos que contribuam com políticas de promoção da igualdade racial.

Ao identificar essas duas formas de influência das ONGs negras (monitoramento e avaliação) dentro das políticas públicas, podemos entender que essas organizações participam do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em diferentes esferas.

A ONGs negras no cenário brasileiro, conduzem os rumos do tratamento das relações raciais no nosso país desde os anos 1990. Diante da constatação de que as três organizações pesquisadas estão bem localizadas geograficamente, desfrutam de prestígio junto a financiadores internacionais, operacionalizam a comunicação como campo estratégico e, portanto, tem num posicionamento destacado no movimento de mulheres negras, nosso recorte nos direcionou para a observação dessas três das agentes do movimento de mulheres negras do ponto de vista econômico, político e social.

É importante percebermos que, a questão da comunicação tem sido um elemento bastante explorado pelas ONGs negras, já que duas delas (Criola e Geledés) utilizam sites próprios, com informações bem direcionadas, possuem bastante material publicado que vão desde aos aspectos conceituais quanto às pesquisas empíricas e dados estatísticos da realidade brasileira.

À vista disso, a comunicação, constitui-se em um instrumento que possibilita avanços na atuação das ONGs negras, pois ao canalizar informações, as ONGs negras conseguem interferir e demarcar uma posição mais enfática.

Um dos grandes desafios das ONGs negras é o de impulsionar resultados que atendam às suas demandas e às suas pautas. Por isso, precisam organizar as informações e participar dos projetos sociais e políticos do Brasil que envolvam raça e gênero, mas claro, isso pode acarretar em perda de autonomia ou mudança de metas e prioridades, já que estão articuladas e atendidas com parcerias nacionais e internacionais, ou seja, em uma rede de atores políticos que disputam por poder.

A tarefa das ONGs negras não é apenas a de legitimar a sua luta e existência, mas direcionar as condições e as possibilidades de resultados concretos na superação da desigualdade racial, pois as ONGs negras têm a capacidade de mobilizar recursos financeiros e técnicos para as suas atividades.

O ativismo político das ONGs negras enfrenta desafios como garantir a manutenção e o avanço de suas agendas. Definir, elaborar e implementar políticas públicas têm sido uma das disputas políticas mais marcantes no campo das relações raciais no Brasil nos últimos anos.

As ONGs negras se propõem oferecer ferramentas para a superação do racismo, porém realizam em específico, a priorização de perspectivas e demandas das mulheres negras, não que isso seja contraditório, mas isso se enquadra em um antirracismo feminista, que tenta romper com práticas indutoras e mantenedoras das desigualdades raciais.

É importante reconhecer que as ONGs negras são desafiadas a buscar a instauração de perspectivas do antirracismo feminista no funcionamento do Estado de modo amplo, reivindicando alterações profundas tanto na sociedade em geral quanto nas formas de funcionamento da burocracia estatal, em suas diferentes e complexas formas de funcionamento. Como afirma Sansone (2003) esses novos atores buscam reforçar a “política de identidade”.

Um dos resultados importantes sobre a atuação das ONGs negras de um modo geral é a maior interlocução das mulheres negras com os diferentes sujeitos sociais, estatais e multilaterais. Entretanto, não existe uma organização nacional que represente as mulheres negras, o que torna a luta ainda mais desafiadora.

As ONGs negras do Sudeste (especialmente as do Rio de Janeiro e São Paulo) consolidaram como forma primordial de atuação política as políticas públicas para mulheres negras em nível nacional na busca pela cidadanização dessas mulheres.

Tais ONGs, como as que estudamos possuem vantagens em relação às demais associações e grupos, pela possibilidade de se relacionarem com organismos internacionais de regulação, como a ONU, por exemplo, que também legitimam essa forma de atividade. São beneficiadas pelo fato de profissionalizarem seu quadro de militantes, garantindo-lhes acesso a informações e ferramentas de intervenção fundamentais para a manutenção das atividades das ONGs.

As ONGs negras conseguem se legitimar como sujeitos políticos, trazendo para o cenário brasileiro a importância das questões das especificidades da mulher negra, todavia, não consegue consolidar e validar lideranças que representem, ainda que provisoriamente, os anseios das militantes, em específico, e das mulheres negras brasileiras de um modo geral, principalmente se levarmos em consideração que muitos

militantes e ativistas negros estão concentrados no eixo Sul-Sudeste, com uma maior e mais ampla rede de diálogos e articulações que não parece estar bem distribuída entre todas as regiões brasileiras.

Em nossa pesquisa, vimos como as ONGs negras avançaram em termos de visibilidade e participação diante dos setores da sociedade, em particular com o Estado, ampliando secretarias e espaços discussões.

Podemos comparar as ONGs negras como o funcionamento do TEN (Teatro Experimental do Negro), pois o TEN buscou valorizar a cultura do negro e a sua auto-estima através do teatro nos anos 1940, e atualmente as ONGs negras também realizam projetos e oficinas que desenvolvam a valorização da cultura e a auto-estima desse público. O TEN também focava em medidas de cidadanização e melhorias de educação, algo que as ONGs negras prosseguem tentando.

As ONGs negras tematizam os movimentos sociais negros e influenciaram em muitas mudanças nas questões étnico-raciais brasileiras do ponto de vista político-institucional, uma vez que participaram de Conferências Internacionais da ONU e a criação e consolidação de Secretarias e Coordenadorias para Assuntos da Comunidade Negra, em diferentes cidades e estados do país, a criação de uma Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial junto ao governo federal, revelam quanto o discurso utilizado pelas ONGs, tem alcançado, apesar de suas fragilidades internas e do racismo ainda persistente na sociedade brasileira, estabelecer espaços de articulação capazes de promover algum nível de mudança no cotidiano da população negra.

As ONGs negras são recentes atores políticos na cena política brasileira que vivenciam as relações de poder, como destaca Melucci (1996), tais relações de poder afetam as capacidades comunicacionais/informacionais, as oportunidades de mobilizar recursos e as possibilidades de autodefinição individual e coletiva dessas mulheres.

Todo o desempenho das ONGs negras engloba a luta pela afirmação de identidade, que busca transformar em reconhecimento o que antes era invisibilidade, e isso continua sendo um desafio inconcluso e desejado. No entanto, as ONGs negras proporcionam alguns caminhos com alguns resultados animadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos nesse trabalho o processo da “luta pela igualdade racial” no Brasil e os principais entraves, pudemos entender que as relações étnico-raciais em nosso país tiveram um difícil tratamento, tanto em âmbito político e social, como também acadêmico desde os primeiros estudos.

Houve importantes transformações que contribuíram para a organização dos movimentos sociais negros, bem como para articulação das principais questões que nortearam a luta contra o racismo e a discriminação. Assim, percebemos como a conjuntura nacional e internacional favoreceu o surgimento das ONGs negras, em um novo formato da identidade étnico-racial, capaz de articular seus debates e ações nas mais variadas coalizões e parcerias, que vão desde o Estado e aos órgãos de financiamento, quanto à participação da sociedade civil.

Na verdade, as ONGs negras expressam essas novas formas de participação acerca da luta antirracista no Brasil que busca a integração social do negro. É importante considerarmos que houve conquistas importantes, ao longo da história e o papel político das ONGs negras trouxeram pautas muito específicas, que englobam gênero e demais aspectos. Porém, ainda existem muitos pontos em comum com os movimentos sociais negros e outros segmentos, pois reivindicam principalmente o fim da violência e da exclusão pela etnia e/ou raça.

Dessa forma, nossa pesquisa buscou apontar que as “grandes ONGs” (as três analisadas) são parte desse processo institucional que impulsiona a multiplicação de espaços, com novas estratégias e de caráter bastante híbrido, permitindo intervenções no campo da construção de uma “cidadania negra”, que permita pensar melhores condições e igual acesso aos direitos.

Portanto, podemos constatar que houve um aumento dos espaços institucionais, sobretudo pela formulação e implementação das políticas públicas e pela rede de diálogos e cooperação que as ONGs traçam, mas tanto o trabalho dessas ONGs negras como das outras organizações que combatem o racismo no Brasil precisam de efetivos espaços que garantam a igualdade racial que estão para além dos mecanismos institucionais, precisam cada vez mais concentrar esforços sobre a conscientização dessa problemática nos mais diversos setores do Estado e da sociedade civil.

Nesse sentido, o papel das ONGs negras, sobretudo das três aqui representadas, funciona como: organizações que tratam da temática étnico-racial e que são marcadamente atores políticos e sociais atuantes, influenciando em processos decisórios, devido ao seu alto poder organizativo, intelectual e burocrático que evidencia como a luta antirracista sob a perspectiva das ONGs é heterogênea e se entrelaça com outras questões e outras lutas sociais e políticas.

Assim, talvez por abordarem o racismo de forma tão plural e unindo-o com outras demandas políticas identitárias (como por exemplo o gênero), que as ONGs negras não conseguem efetivamente priorizar e garantir as velhas questões da eliminação do racismo, mas ampliar questões com novas propostas e novos desafios. Embora as ONGs negras demonstrem “gerenciar” muito bem as suas atuações, ainda anseiam por mudanças que precisam ocorrer no campo das relações raciais no Brasil como um todo e somam-se as vozes que ecoam pelo fim da democracia racial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. **Ação das ONGs no Brasil – Perguntas e Respostas**, Disponível em <www.abong.org.br>. Acesso em 18 ago. 2005.

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. **Histórico do IDACO**, Disponível em <www.abong.org.br>. Acesso em 22 fev. 2006.

ABONG- **Sustentabilidade das ONGs no Brasil : acesso a recursos privados / realização** Abong, Associação Brasileira de ONGs -Rio de Janeiro : Abong, 2010.92p.

ALVES, J.A. Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. Rev. bras. polít. int. vol.45 no.2 Brasília July/Dec. 2002.

ANDREWS, George Reid. **“O protesto político negro em São Paulo-1888-1989”** In Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n° 21, 1991.

\_\_\_\_\_. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Trad. Magda Lopes; Revisão Técnica e Apresentação Maria Ligia Coelho Prado. Bauru: Editora EDUSC, 1998.

ALBERTI, Verena e PEREIRA. **“Articulações entre Movimento Negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas”**. In GOMES, Angela de Castro (org) Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

ALMEIDA, Lady Christina. **Trajetórias e Protagonismo de Mulheres Negras no Brasil**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador 07 a 10 de Agosto de 2011.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial**. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.

BANTON, Michael. **Racial Theories**. 2nded. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BARCELOS, Luis Cláudio . **Educação: um quadro de desigualdades raciais**. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro,n.23, p. 37-69, 1992.

\_\_\_\_\_. **Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica**. Afro-Ásia, Salvador, n°. 17, p. 187-210, 1996.

BARTH, F. (ed.) **Ethnic Groups and Boudaries: The Social Organization of Culture Difference**, Londres: Allen and Unwin, 1969.

\_\_\_\_\_. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Poutignat & Streiff-Fenart. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

BASTIDE, Roger. “**A imprensa negra do Estado de São Paulo**”, *Boletim de Sociologia*, n. 2, São Paulo, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951, p. 50-78;

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Florestan. 1951. **O preconceito racial em São Paulo. São Paulo**: Publicações do Instituto de Administração.

BEATRIZ, Ana Loner. “**Negros: organização e luta em Pelotas**”, *História em Revista*, n. 5, Pelotas/RS, 1999, p. 7-28.

BERGHE, Pierre Van den. (1970). **Race and Ethnicity**. New York: Basic Books.

BUARQUE, Cristina; VAINSENER, Semira Adler. **ONGS no Brasil e a questão de gênero. Trabalhos para discussão**, n. 123, nov 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/123.html> Acesso em: jan. 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**, São Paulo, Livraria Pioneira, 1976.

CARDOSO, Ruth. “**Fortalecimento da sociedade civil, em Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**”: São Paulo. Paz e terra, 1997.

CARDOSO, Lourenço. **O movimento negro no Brasil: A luta pela igualdade com o reconhecimento da diferença**, *Saberes: Revista do Observatório dos Movimentos Sociais*, UFPE, v.1, p. 11-28, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios**. Caderno CRH, salvador, n° 36, p. 209-215, jan-jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Mulheres em movimento**. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132, 2003.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. II: **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Carvalho, Isabel C. M. **ONGs: itinerários políticos e identitários. En publicacion:Cultura y Neoliberalismo**. Grimson, Alejandro. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio 2007. ISBN: 978-987-1183-69-2.

CASTILLO, M. Padrón. **Cooperación al Desarrollo y Movimiento popular: las asociaciones privadas de desarrollo**. Lima, Centro de Estudios y Promoción Del Desarrollo, 1982.

CERNEA, Michael M. **“Non-governmental organizations and local development”**. **World Bank Discussion Papers 40**. Washington DC: World Bank, 1988.

CICONELLO, A. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial**. In: OXFAM INTERNATIONAL. (Org.). **From Poverty to Power: how Active Citizens and Effective States can Change the World**. Oxfam International: Londres, 2008.

CRISÓSTOMO, Mário. Disponível em <http://ibahia.globo.com/entrevistas/artigos/default.asp?modulo=60&codig=192264>. Acesso em 05 jul 2012.

CRIOLA, **organização de mulher negra**. Disponível em: <[www.criola.org.br](http://www.criola.org.br)> Acesso em: 2012 e 2013.

CUNHA JR. Henrique. **Etnia afrodescendente, Pluriculturalismo e Educação**. Revista Pátio. Artes Médicas. Agosto/Outubro 1998.

\_\_\_\_\_. **A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança**. Cadernos de pesquisa, nº 63, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, novembro de 1987.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência, e juventude numa favela do subúrbio carioca**. In REZENDE, C, B.; MAGGIE, Y. (Org). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DARIEN, J. Davis. **Afro-brasileiros hoje**. Trad. Felipe Lindoso. São Paulo:Summus, 2000.

DOMINGUES, Petrônio José. “**A nova abolição. A imprensa negra paulista**”, Estudos Afro-Asiáticos, ano 27, n. 3, Rio de Janeiro, 2004, p. 89-122.

\_\_\_\_\_. **A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)**. 2005. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

\_\_\_\_\_. “**Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**”. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007.

\_\_\_\_\_. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. In: DIMENSÕES. Vol. 21 – 2008.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.

EMCKE, Carolin., “**Between choice and coercion: identities, injuries and different forms of recognition**”. *Constellations*, 7 (4): 483-495, 2000

ERICKSEN, T.H., **Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives**, Londres: Pluto Press, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **El processo organizativo de comunidades negras em el Pacífico Sur Colombiano**. In: ESCOBAR, Arturo. El final de salvaje. Naturaleza, cultura y política em la antropología contemporânea. Santafé de Bogotá: Giro, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman (2001): **Discurso e mudança social**. Brasília. Ed. UNB.

FRANK, André G. e Fuentes, M. (1989) “**Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais**” em *Lua Nova* 17: 19.

FRASER, Nancy. **Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada da justiça**, 2008.

FENTON, Steve. **Etnicidade**. Instituto Piaget. Lisboa, 2003.

FERNANDES, Florestan. (1965). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional.

FERNANDES, Rubem César. **“O que é o terceiro setor?”**, em Terceiro Setor: Desenvolvimento social sustentado, São Paulo. Paz e Terra. 1997, p. 27.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente - Identidade em Construção**. São Paulo: EDUC/Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**, São Paulo, FFLCH/USP, 1986;

FIGUEIRA, Vera Moreira. **O preconceito racial na escola. Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro. n.18, p. 63-72, 1990.

FIGUEROA, A. **Contextualização conceitual e histórica. In: Seminário Nacional de Saúde da População Negra**. Caderno de textos básicos. Brasília: Seppir, Ministério da Saúde, 2004.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro:EPSJV, UFRJ, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**, Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1936.

GARCIA, Marinalda. **Os arcanos da cidadania: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX**, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1997;

GELEDÉS – **Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <[www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)> Acesso em: 2012 e 2013.

GERONIMOUS, A. **To mitigate, resist, or undo: addressing structural influences on health of 2000 urban populations**. American Journal of Public Health, v. 90, n. 6, p. 867-72.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997

\_\_\_\_\_. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, vol 5, n 1, p.11-40, jan/jun, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**”. Edições Loyola, 3ª edição, 2002

GONÇALVES, Hebe Signorini. O Estado diante das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, Hebe S. (org.). **Organizações não governamentais: soluções ou problemas?** São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **O movimento negro na última década**. In: GONZALEZ, Lélia & Hasenbalg, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982a, p. 09-66.

GRANT, N. Multicultural education in Scotland. Edinburgh: Dunedin Academic Press, 2000.

GRIN, M. **Auto-confrontação racial e opinião: o caso brasileiro e o norte-americano**. Interseções, ano 6, n. 3, 2004 p. 95-120.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O problema do negro na sociologia brasileira**. Cadernos do Nosso Tempo, 2, jan./jun, 1954.

GUERREIRO RAMOS, A **Nova Ciência das Organizações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1989.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: UNESCO, 2003..

HANCHARD, Michael., “Resposta a Luíza Bairros”. *Afro-Ásia*, 18: 227-233. 1996.

\_\_\_\_\_. **Orfeu e o poder**. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2001

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. ; SILVA, Nelson do Valle . **Raça e oportunidades educacionais. Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-89, 1990.

HERINGER, Rosana. **Addressing Race Inequalities in Brazil: Lessons from the United States.** IN: The Latin American Program. Working Paper Series No. 237. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1999.

HERINGER, Rosana. **A agenda anti-racista das ONGs brasileiras dos anos 90.** In GUIMARÃES, Antonio S. A. (Org.) Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/SEF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ação afirmativa e combate às desigualdades raciais no Brasil: o desafio da prática.** Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. Anais... 16 p. Disponível em: <[www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)>. Acesso em: 21/07/2012.

HTUN, M. **From 'racial democracy' to affirmative action: changing state policy on race in Brazil.** Latin American Research Review, v. 39, n. 1, 2004, p.60-89.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's types of rationality:** cornerstones for the analysis of rationalization process in history. American Journal of Sociology, v.85, n.5, Mar 1980.

KAMEL, Ali (2006), **Não somos racistas.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

KAROL, Eduardo. **Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E. – estudo sobre território e organização não-governamental.** Dissertação (mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

LANDIM, Leilah (org.). **Ações em sociedade militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU, 1998

LANDIM, Leilah. [online] **O momento de pensar na desconstrução do nome ONG.** In: Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS. Revista do Terceiro Setor - RETS. Disponível em: <<http://notitia.rits.org.br/pub/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=3&dataDoJornal=1011364719000>> Acesso em: 18 jan 2002.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LEHNING, P. B. **Towards a Multi-Cultural Civil Society: the role of social capital and democratic citizenship.** In: Civil society and international development, Paris, Development Center of the OECD, p. 27-42, 1998.

LEITE, José Correia. **E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos.** Organização e textos de Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992

LIMA, Maria Batista. **Identidade Étnica/Racial no Brasil: Uma reflexão teórico-metodológica**. Ano 2, volume 3, p.33-46, jan-jun de 2008.

Liane S. Muller, **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)**, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, IFCH/PUCRS, 1999.

LYNNL, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em 2004 saúde da população negra**. In: Seminário Nacional de Saúde da População Negra. Caderno de textos básicos. Brasília: Seppir, Ministério da Saúde.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. **Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana (1920-1940)**, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 2001.

MACIEL, Cleber da Silva, **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)**, 2.Ed., Campinas, CMU -UNICAMP, 1997, p. 96-102.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, outubro de 1999. p. 141-158.

MAIO, M. C. & MONTEIRO, S. “**Tempos de Racialização: o Caso da ‘Saúde da População Negra’ no Brasil**”, in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 12(2), 2005.

MANNHEIM, K. **O homem e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELLO, Marina Pereira de Almeida. **O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição: identidade e alteridade na imprensa negra paulistana (1915-1923)**, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1999;

MELUCCI, Alberto. “**The process of collective Identity**. In *Social Movements and Culture*. Johnston; Klandermans (orgs) University of Minnesota Press.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação, in Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. “**Teatro negro no Brasil. Uma experiência sócio-racial**”, Revista Civilização Brasileira, Caderno Especial, n. 2, Rio de Janeiro, 1968, p. 193-211).

NASCIMENTO, Alexandre do. **As ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: O movimento dos cursos pré-vestibulares populares**. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de Abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

NEVES, Paulo Sérgio da C. **Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 20 nº. 59 outubro/2005.

NOVELLINO, M. S. F. **As Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras**. In: VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo Hp de. **Além, do nada: Estado, raça e ação afirmativa**. O American Public Policy racismo no Brasil: a democracia em questão. Caderno n. 23. Nov. 1997.

ONU. **Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

PARSON, Talcott, 1968. “ **The problem of Polarization on the Axis of Color**”. In John Hope Franklin, Ed., On Color and Race. Boston: Houghton Mifflin Company 349-369.

PAULA, Marilene de. “**Nunca antes na história desse país**”...? : **um balanço das políticas do governo Lula** / organizadora Marilene de Paula. -- Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heinrich Böll, 2011.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PETRAS, J. "A **Metamorfose dos Intelectuais Latino-Americanos**". Revista Novos Rumos, n. 18/19 de 1990.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINTO, R. P. **Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade**. Cadernos de Pesquisa, São. Paulo, n. 86, p. 25-38, ago. 1993.

PINTO, E. A.; Souza, R. **Etnicidade e saúde da população negra no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, n. 5, 2002, p.1144-5.

PUTNAM, R. **Making democracy work. Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAMOS, Arthur. **Introdução à antropologia brasileira. Os contatos raciais e culturais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante Brasileiro, 1962, v. 3.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing**. Estudos feministas, v. 3, n. 2, 1995, p.446-57.

\_\_\_\_\_. **Análises e propostas: as políticas de igualdade racial no Brasil**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung - (FES). Nº35, abril de 2009.

RODRIGUES, C. S. & Prado, M. A. M. (2010). **Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro**. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 445-456.

RODRIGUES, Gilberto M.A. **A organização das Nações Unidas e as políticas nacionais**. In BUCCI, Maria Paula D (org). *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROLAND, E. **Saúde reprodutiva da população negra no Brasil: um campo em construção**. *Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos*, v. 2, n. 4, 2001, p. 17-23.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, 1888, 2v.

ROSEMBERG, Flávia. **Educação e Desigualdade Social**. São Paulo: Loyola, 1984.

\_\_\_\_\_. **Raça e desigualdade educacional no Brasil**. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, SP: Summus, 1998

ROQUE, Átila. **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil** / Orgs. Marilene de Paula, Rosana Heringer. - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

SALES JR., Ronaldo L. de. **Raça e Justiça: o mito da democracia racial e racismo institucional no fluxo de justiça**. Editora: Massangana, 2009.

SANSONE, Livio. **Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil**. Mana vol.6 n.1 Rio de Janeiro Apr. 2000.

\_\_\_\_\_. **Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador/Rio de Janeiro: Edulba/Pallas, 2003.

SANTOS, Gevanilda. **Etnia negra e partidos políticos**. Dissertação de Mestrado/PUC. São Paulo, 1992.

SANTOS, Micênio C. Lopes. **13 de Maio, 20 de Novembro: uma descrição da construção de símbolos raciais e nacionais**, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1991)

SANTOS, Marcio André O. **A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: processo de mobilização à III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo**. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **“Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros”**. PAULA, Marilene de e HERINGER, Rosana (orgs) In: *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p.227 – 258.

SANTOS, Joel Rufino do. **“Movimento negro e crise brasileira”**, *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*, Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 157.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957)**, Pelotas, Ed. Universitária, 2003, p. 79-152.).

SEBASTIÃO, A. A. **Memória, imaginário e poder: práticas comunicativas e de ressignificação de organizações de mulheres negras**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SELZNICK, Philipe. **Liderança e administração**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. pp.1-52.

SILVA, Ana Célia. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I**. 1988. Dissertação ( Mestrado) – FAGED/UFBA, Salvador.

SILVA, Nelson do Valle. **White- Nonwhite income diferenciais: Brazil, 1960**. Ann Arbor: University of Michigan (Ph.D thesis), 1978.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. 2009. 267 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Silvio José Albuquerque e. **Combate ao racismo**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

SILVEIRA, Oliveira. “**Vinte de Novembro: história e conteúdo**”, **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**, P. B. G. Silva e V. R. Silvério (orgs.), Brasília, INEP/MEC, 2003, p. 21-42.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002. pp. 219-246

SODRÉ, Muniz. **Claro e escuros – identidade, Povo e Mídia no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade seduzida. Por um conceito de cultura no Brasil**. RJ: Codecri, 1983.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Maria Antônia. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Tuiuti de Curitiba, PR, 2008.

TRAPP, Rafael Petry. **O Antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978-2010)**. Cadernos do CEOM. Ano 24, nº 35, 2011.

TELLES, E. **Racismo à Brasileira: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2003.

VAKIL, Anna C. **Confronting the Classification Problem: Toward a Taxonomy of NGOs**. World Development, London: Elsevier Science Ltd., v. 25, n. 12, p. 2057-2070, 1997.

WEBER, Max. **Politics as a Vocation**. In: GERTH, H. H. e MILLS, C. W. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1946.

\_\_\_\_\_. **Classe, Estamento e Partido**. In: Ensaio de Sociologia. RJ: Editora LTC, 1982.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**, v.1. Brasília: EdUnb, 1994.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 2009.

WERNECK, Jurema. **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil** / Orgs. Marilene de Paula, Rosana Heringer. - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

\_\_\_\_\_. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm delongue**. (org.) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília Macdowell dos Santos, 2ª edição. RJ. Ed.Pallas/Criola, 2002.